

MODELAGEM LÓGICA PARA ESTRUTURAÇÃO PROGRAMÁTICA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MODELAGEM LÓGICA PARA ESTRUTURAÇÃO PROGRAMÁTICA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

Luciana Mendes Santos Servo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Gaiger Silveira

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Roberto Amitrano

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Aristides Monteiro Neto

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos Internacionais

Fábio Vêras Soares

Chefe de Gabinete

Alexandre dos Santos Cunha

Coordenador-Geral de Imprensa e Comunicação Social (substituto)

João Claudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

MODELAGEM LÓGICA PARA ESTRUTURAÇÃO PROGRAMÁTICA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

EQUIPE TÉCNICA

Renato Balbim

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Cleandro Krause

Técnico de planejamento e pesquisa na Dirur/Ipea.

Cristine Diniz Santiago

Pesquisadora bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dirur/Ipea.

Cristiane Benedetto

Chefe de Gabinete da Presidência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).

Antonio Couto Nunes

Assessor especial da presidência no CAU/BR.

Caroline Bertol

Analista no CAU/BR.

Sandra Marinho

Consultora no CAU/BR.

Julia Bianchi

Estagiária no CAU/BR.

João Farias

Estagiário no CAU/BR.

Beatriz Monteiro

Estagiária no CAU/BR.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	6
2 HISTÓRICO DO FOMENTO À ATHIS NO CAU	7
3 ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	9
3.1 Os fundamentos e passos que levaram à Lei de Athis.....	10
3.2 Leis que pegam e não pegam: o que vem acontecendo com a Athis?	12
3.3 Os esforços recentes do CAU para a instituição da Athis	13
3.4 Histórico de pesquisas do Ipea sobre HIS e produção social da moradia	14
4 O MÉTODO DO MODELO LÓGICO	16
4.1 Aplicação do modelo lógico para Athis a partir das ações do CAU.....	19
4.2 Discussões ampliadas, transparência e validação	23
4.3 Elementos do modelo lógico do CAU com relação à Athis.....	24
5 TRANSVERSALIZANDO E SINTETIZANDO OS ACHADOS INICIAIS.....	51
5.1 Públicos-alvo: diferentes escalas e tipos de ação.....	51
5.2 Causas e causas críticas: estratégias para enfrentar o problema.....	53
5.3 Análise dos fatores de contexto: estratégias e táticas.....	55
5.4 Análise das ações segundo categorias: a busca por resultados	56
6 REESTRUTURAÇÃO LÓGICA DAS AÇÕES E PRODUTOS VISANDO À MODELAGEM PROGRAMÁTICA DO CAU/BR	61
7 CRONOGRAMA DAS PRÓXIMAS ETAPAS.....	67
8 NOTAS FINAIS E PRÓXIMOS PASSOS.....	68
REFERÊNCIAS.....	69

1 APRESENTAÇÃO

Este relatório corresponde aos trabalhos desenvolvidos no período entre outubro de 2022 e abril de 2023, no âmbito do Protocolo de Intenções nº 04/2022 Ipea e CAU/BR, firmado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fundação pública federal cujo objetivo é fornecer suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento, e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), conjunto autárquico federal que possui a função de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo” (CAU/BR, 2017, p. 5).

A execução desta pesquisa teve início a partir de uma percepção, compartilhada pelo Ipea e pelo CAU/BR, da necessidade de compressão e sistematização das práticas que contribuem para a efetivação do direito à assistência técnica de habitação de interesse social (Athis) a partir dos investimentos realizados pelo conselho na promoção da política, especialmente em relação às particularidades de cada estado, bem como as distintas percepções existentes no conjunto de profissionais de arquitetura e urbanismo registrados no conselho.

Os entendimentos decorrentes do referido protocolo de intenções definiram como primeiro objetivo compartilhado o de elaborar uma estruturação programática para a Athis, a partir do histórico de ações práticas dos 27 Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UFs) e do CAU/BR, de modo que o CAU/BR possa desenvolver ações relacionadas à Athis de forma integrada e coerente no conjunto dos 27 CAU/UFs.

Um segundo objetivo que surgiu desse entendimento foi o de juntar esforços para sistematizar elementos de gestão pública que subsidiem a estruturação de mecanismos de financiamento, em particular a possibilidade de um fundo orçamentário no CAU/BR que amplie as possibilidades de seus investimentos na política pública de Athis. Esse objetivo foi debatido entre técnicos do Ipea e diversos representantes do conjunto dos CAUs, além de representantes de assessorias técnicas e gestores públicos nos três níveis da federação, durante todo o período de estruturação programática da Athis.

Atualmente, entende-se que a principal contribuição que essas duas instituições possam dar para a consecução do direito à Athis é, a partir da modelagem programática, estruturar uma proposta de fundo público, com a participação decisiva e descentralizada do conjunto dos CAUs, para a efetivação da Athis na escala e diversidade que essa política, que promove melhorias habitacionais e do *habitat*, demanda no Brasil.

Apona-se que o formato de relatório institucional, usualmente utilizado pelo Ipea como modelo de divulgação de resultados finais ou parciais de pesquisas previsto em planos de trabalho formalizados, quer internamente na instituição quer via parcerias assentadas em acordos de cooperação técnica ou termos de execução descentralizada, não constitui nenhuma obrigação das partes em relação ao Protocolo de Intenções nº 04/2022.

A formulação conjunta deste relatório tem como objetivo sistematizar achados relevantes da pesquisa e dar ampla transparência e divulgação a estes, colaborando assim com o

entendimento, comum entre as duas instituições, da necessidade fundamental que o Estado brasileiro tenha uma política específica voltada ao déficit qualitativo que possa, por meio de ações de melhorias habitacionais, por exemplo, dialogar com um estoque imobiliário composto de algo como 25 milhões de moradias, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP). Destaca-se que nestas moradias residem famílias dos estratos mais pobres da sociedade, muitas vezes em condições degradantes, insalubres e subnormais.

Após seis meses de trabalho conjunto e intenso, o modelo programático de atuação do CAU/BR para o fomento da Athis é entendido pela equipe técnica, por diversos conselheiros do CAU e por parceiros como o acurado fundamento para que se estabeleça uma política pública ampla, ultrapassando as competências do CAU e abrangendo outros atores envolvidos e potenciais no impulsionamento da melhoria habitacional e da melhoria do *habitat* a partir da requalificação urbana e edilícia, bem como da regularização fundiária.

2 HISTÓRICO DO FOMENTO À ATHIS NO CAU

Importante reiterar que, apesar de não ser papel institucional do conselho atuar diretamente na promoção de políticas públicas de habitação, desde 2015 o CAU/BR vem implementando esforços e recursos com este propósito. Esta ação está lastreada no *Planejamento Estratégico*, elaborado em 2013, com horizonte temporal até 2023. Nesse planejamento, a missão institucional do conselho foi definida como “promover a arquitetura e urbanismo para todos” (CAU/BR, 2013, p. 2).

Com o início da gestão 2021-2023, logo nos primeiros dias, foi iniciado um processo de planejamento, com uma primeira etapa intensiva, que definiu as principais metas e ações a serem implementadas nos cem dias iniciais da gestão. Deste exercício, surgiu como ação estratégica no eixo *desigualdade* o desenvolvimento de um fundo que pudesse amplificar as ações do CAU em torno da Athis, com a intenção de reduzir as disparidades regionais na forma de aplicação dos recursos do CAU com este fim.

No sentido de fomentar, de maneira continuada e em todo o território nacional, o desenvolvimento de ações voltadas à Athis, pensou-se na estruturação de um novo fundo orçamentário do CAU a ser desenvolvido pela Comissão de Política Profissional (CPP-CAU/BR), com apoio conceitual da Comissão de Política Urbana e Ambiental (CPUA-CAU/BR) e apoio técnico da Comissão de Planejamento e Finanças (CPFI-CAU/BR). Esta última elaborou um projeto de resolução estruturando o Fundo de Athis.¹

O modelo pensado inicialmente para esse novo fundo baseava-se nos modelos já adotados pelo CAU, em especial, o Fundo de Apoio, que redistribui recursos entre os conselhos com maior e menor arrecadação, em uma perspectiva federativa. Após a proposição inicial, as comissões citadas anteriormente, bem como outros conselheiros federais com interesse no tema, reuniram-se em diversas oportunidades, até a definição de uma proposta de minuta que atendesse aos anseios dos membros e que fosse convergente com o objetivo inicial, para que então estivesse apta para envio à consulta pública.

1. Deliberação nº 29/2021 – projeto de resolução que trata da criação do Fundo de Athis, disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/deliberacaoocpfi0292021.docx>.

A previsão era que em 2022 os recursos relacionados ao fundo já fossem utilizados. No entanto, considerando a consulta pública realizada em 19 de outubro de 2021 e os retornos recebidos dos CAU/UFs, bem como da sociedade, houve a compreensão de que a proposta ainda não estava suficientemente consolidada, sobretudo por não atender aos anseios dos CAU/UFs, que atuam diretamente no território e conhecem de forma mais detalhada as dificuldades na implementação de ações e nas trocas com o poder público local.

Assim, optou-se por retroceder na proposta inicial e analisou-se que seria mais conveniente e oportuno o desenvolvimento deste caminho em parceria com os CAU/UFs, para que o resultado fosse mais alinhado aos anseios do conjunto autárquico de amplificar o acesso e qualificar as ações de Athis promovidas pelo CAU.

Para tanto, as comissões CPP-CAU/BR e CPUTA-CAU/BR previram, em seus planos de ação para 2022, a inclusão do tema do Fundo de Athis. O Gabinete da Presidência, por meio da coordenação da assessoria especial, mediou as tratativas entre as comissões e os CAU/UFs. Foram realizadas consultas aos CAU/UFs, assim como oficinas específicas sobre o tema.

Cabe destacar que, apesar de a deliberação ter se originado da CPUTA-CAU/BR, o trabalho foi desenvolvido de forma conjunta, incluindo membros do Grupo de Trabalho de Athis, estabelecido informalmente ainda em 2021, para “transversalizar” o tema da assistência técnica entre diferentes setores e comissões do CAU/BR.

A primeira oficina referente ao Fundo de Athis ocorreu em abril de 2022, em Brasília, oportunidade na qual se percebeu a possibilidade de estruturar um fundo mais robusto, que poderia inclusive receber aportes de outros agentes.

A segunda oficina, com participação dos CAU/UFs, foi realizada no mês de maio do mesmo ano. Nesta oportunidade, considerando os encaminhamentos da primeira oficina, o CAU convidou consultores externos para contribuir com o debate. São eles: Sra. Tereza Herling, arquiteta e urbanista especializada em gestão de políticas públicas; Sra. Ana Paula, arquiteta e urbanista especializada em planejamento e projeto do espaço urbano; e Sr. Renato Balbim, geógrafo e urbanista especializado em políticas urbanas, do Ipea.

A partir das reflexões e entendimentos estabelecidos nessas duas oficinas, constatou-se a necessidade de o CAU contar com a contribuição de técnicos com competência no tema em questão, a fim de viabilizar a estruturação de uma política efetiva de Athis para o conjunto autárquico que, inclusive, pudesse garantir as diretrizes e objetivos relacionados à existência de um fundo para investimentos, garantindo a ampliação da escala das ações dos CAU/UFs e criando sinergia entre essas ações, como forma de contribuir para a efetivação desta política pública nos municípios, estados e governo federal.

Assim sendo, por meio da Deliberação nº 021/2022 CPUTA-CAU/BR, definiu-se o Gabinete da Presidência como responsável pela condução dos trabalhos, a fim de viabilizar a parceria com o Ipea para a elaboração conjunta dos elementos programáticos e

estruturantes de um fundo, ou outras formas de efetivação da Athis, garantindo maior amplitude de atuação nacional, tendo em vista que o instituto possui *expertise* reconhecida no tema e tem como responsabilidade assessorar o Estado na proposição e avaliação de políticas públicas; nesse caso, em parceria com o CAU/BR.

Desde o início da cooperação entre CAU/BR e Ipea, mesmo antes de firmar o protocolo de intenções, avaliou-se que, antes de discutir o formato de um fundo redistributivo, orçamentário, programático ou outro e, ainda, antes de se buscarem fontes de recursos para um possível fundo, seria necessária a estruturação de um programa claro e articulado entre o CAU/BR e os CAU/UFs, de maneira a fornecer subsídios técnicos e conceituais para a estruturação de uma proposta aderente à real demanda do CAU e da sociedade no que se refere à Athis.

Foi esse o principal entendimento que se consolidou internamente ao conjunto autárquico do CAU durante o ano de 2022 e que validou a proposta de formalizar a parceria com o Ipea. A partir desse momento, iniciou-se uma intensa colaboração de pesquisa e desenvolvimento de política pública descrita e sistematizada neste relatório.

3 ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A Athis é parte integrante do direito social à moradia previsto na Constituição Federal de 1988 (CF/1988). A Lei nº 11.888, aprovada em 2008, tem por objetivo assegurar legalmente e regulamentar este eixo da política pública que visa à garantia do direito à moradia digna às famílias com renda mensal de até três salários mínimos, por meio da prestação de serviço gratuito de arquitetura, urbanismo e engenharia para habitações de interesse social (Brasil, 2008). Reitera-se que a gratuidade prevista em lei é para as famílias e que os profissionais envolvidos devem ser remunerados adequadamente, por meio de uma política pública estruturada.

Pensar em moradia adequada ultrapassa questões meramente físicas da habitação. Em documento produzido pela agência da Organização das Nações Unidas (ONU) que trata da questão urbana, a ONU-Habitat, a moradia adequada é definida como aquela em que estão garantidos diversos elementos básicos, tais como: a segurança da posse; a existência de serviços básicos, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e limpeza urbana, drenagem urbana, iluminação pública, energia, entre outros; a acessibilidade em termos econômicos, de modo que o custo da moradia não ameace a garantia de outros direitos; a habitabilidade, que remete às questões físicas da moradia, relativas ao espaço e ao conforto climático, entre outras; a localização, que permita o acesso à saúde, ao emprego, à educação e a outros direitos; e a adequação cultural, ou seja, uma habitação que considere as singularidades de cada família e de cada território (UN-Habitat, 2014; CAU/BR, 2018).

3.1 Os fundamentos e passos que levaram à Lei de Athís

A proposta de institucionalizar a assistência técnica no âmbito legislativo está diretamente ligada à atuação das entidades representativas dos profissionais de arquitetura e urbanismo e foi iniciada nos anos 1970, no contexto do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul (Saergs). Em 1976, especificamente, em publicação do Saergs que obteve patrocínio do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (Crea-RS),² criou-se a proposta do Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME), coordenada pelos arquitetos Clóvis Ilgenfritz da Silva, Newton Burmeister, Carlos Maximiliano Fayet e Claudio Casaccia e os advogados Manuel André da Rocha e Madalena Borges (IAB, 2010).

No âmbito da legislação, uma emenda popular incluiu na CF/1988 um capítulo sobre política urbana a partir de debates que foram se aprofundando desde o congresso de Quitandinha, em 1963, e passaram por todo o período de recrudescimento das liberdades e direitos do período ditatorial, que formatou o movimento de luta pela reforma urbana no país e a própria emenda popular que trata dos instrumentos de reforma urbana e da função social da cidade.

A partir do final dos anos 1990, começam a surgir leis municipais visando assegurar a assistência técnica para planos, projetos e produção habitacional. Casos como esses foram se sucedendo em cidades como Porto Alegre-RS, Campo Grande-MS, São Paulo-SP, Vitória-ES e Belo Horizonte-MG (IAB, 2010). Em 2000, a moradia é incluída no art. 6º da CF/1988, passando a integrar o rol dos direitos sociais.

A partir da promulgação do Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257/2001, que estabelece as diretrizes para a política urbana disposta na CF/1988, a assistência técnica aparece pela primeira vez em uma normativa federal. Para além de regulamentar os arts. 182 e 183 da Carta Magna, a normativa apresentou a assistência técnica no inciso V – institutos jurídicos e políticos, prevendo sua implementação de forma gratuita para grupos menos favorecidos.

Cabe também citar que, desde a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1986, inexistia no país uma estrutura unificada de financiamento para promoção de políticas públicas habitacionais de caráter nacional. Somente em 2005 é criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), por meio da Lei nº 11.124/2005, com o objetivo de implementar investimentos e subsídios advindos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). O fundo teve sua previsão na referida lei por meio do art. 7º, visando à gestão de recursos destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de baixa renda, para viabilizar programas no âmbito do SNHIS.

No âmbito do FNHIS (Lei nº 11.124/2005), verifica-se a possibilidade de destinação de recursos para a ação de assistência técnica gratuita nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia por meio do art. 11 (Brasil, 2005):

Art. 11. As aplicações dos recursos do FNHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem: (...)

2. Até 2011, os profissionais de arquitetura e urbanismo estavam vinculados ao sistema Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)/Crea. A lei do CAU foi promulgada em dezembro de 2010; em 2011, o conselho foi estruturado minimamente; e, a partir de 2012, o CAU passou a ser o órgão fiscalizador da profissão.

§ 3º Na forma definida pelo Conselho Gestor, será assegurado que os programas de habitação de interesse social beneficiados com recursos do FNHIS envolvam a assistência técnica gratuita nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do FNHIS fixadas em cada exercício financeiro para a finalidade a que se refere este parágrafo.

A criação desse sistema colabora para o fortalecimento e institucionalização das políticas públicas de promoção da habitação em todo o país. A elaboração, em municípios de todo o país, dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e dos planos estaduais são ações decorrentes da estruturação do SNHIS e do FNHIS.

Quase trinta anos depois, após a primeira iniciativa, e criadas as condições políticas e sociais, em 2002, o deputado federal e arquiteto Clóvis Ilgenfritz da Silva dá início à tramitação de um projeto de lei de sua autoria sobre a assistência técnica, conduzido após o fim de sua legislatura na Câmara Federal pelo deputado e arquiteto baiano, Zezéu Ribeiro.

Em dezembro de 2008, é sancionada pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a Lei nº 11.888, que cria a assistência técnica pública e gratuita às famílias de baixa renda, também conhecida como Lei de Athis, a herdeira da ATME de 1976.

Em movimento paralelo, na cidade de São Paulo dos anos 1980, algumas iniciativas lideradas por movimentos sociais assessorados por equipes técnicas multidisciplinares e coordenadas por profissionais de arquitetura e urbanismo desenvolveram experiências de assistência técnica coletiva, executando projetos e obras de conjuntos habitacionais em regime de mutirão e autogestão.

Essa experiência foi institucionalizada pela Prefeitura de São Paulo por meio do programa Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal – Funaps Comunitário. Esse rico processo formatou o campo profissional das assessorias técnicas, que teve seu auge no final dos anos 1980, mas que moldou toda uma geração de profissionais comprometidos com o tema da “produção social da moradia” (Balbim e Krause, 2014, p. 190) em São Paulo.

Os conceitos de assessoria técnica e assistência técnica, ainda hoje, suscitam debates e reflexões, uma vez que o primeiro propõe (em uma descrição muito sucinta) a atuação em demandas coletivas e o outro tem como lema *uma família, um profissional de arquitetura* (IAB, 2010).

No meio acadêmico da arquitetura e urbanismo, as reflexões acerca da habitação de interesse social (HIS) se apresentam com maior frequência a partir dos anos 1990. Nesse momento, as escolas de arquitetura passam a promover iniciativas de extensão universitária e incluem em seus currículos questões referentes ao direito à cidade e à habitação, embora, avalia-se, aquém do necessário para suprir as demandas sociais.

Ainda segundo os registros historiográficos do manual do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), no final da década de 1990, a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (Fenea) cria o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (Emau). De forma inédita, essa iniciativa de cunho acadêmico aproximou-se das comunidades de baixa renda, tornando-se ponto de referência país afora e formando milhares de profissionais comprometidos com a pauta.

3.2 Leis que pegam e não pegam: o que vem acontecendo com a Athis?

Passados quase quinze anos da promulgação da Lei de Athis, ainda são poucas as experiências consolidadas no âmbito da política pública. Diversos motivos podem ser apontados para não se ter avançado de maneira a efetivar uma política pública de Athis, como os citados a seguir.

- Desinteresse e/ou incapacidade dos gestores públicos e do setor da construção civil em criar e promover políticas, estruturas de gestão e formas de execução inovadoras que garantam a dinamização da economia da melhoria habitacional.
- Carência de estrutura interna dos órgãos executores e financiadores para a operacionalização de um modelo de política pública que foge ao padrão da tradicional produção de novas unidades.
- Falta de dados – especialmente qualitativos –, problemas no acesso aos dados existentes e integração de diferentes bancos de dados na escala intramunicipal e sobre as unidades habitacionais que possibilitem verificar de maneira acurada as dimensões das inadequações, possibilitando o efetivo reconhecimento do problema e o desenvolvimento de um programa mais assertivo em relação às demandas.
- Desconhecimento da lei e do direito por boa parte da população e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Desinteresse ou desconhecimento por parte dos profissionais de arquitetura e urbanismo em atuar com demandas sociais, bem como deficiência técnica e sociopolítica na formação desses profissionais.
- Cursos de arquitetura e urbanismo elitizados, com grade curricular desatualizada e desconectada da realidade socioeconômica do país, que não ofertam disciplinas ou mesmo professores alinhados com essa área de pesquisa, ou possuem poucos espaços acadêmicos para preparar o estudante quanto à sensibilização para as realidades existentes dentro dos territórios vulneráveis.

Há ainda uma questão dos recursos não previstos pela lei. Uma vez que foi proposta pelo Legislativo, e não pelo Executivo, não há vinculação orçamentária direta para promover o que prevê a Lei de Athis, sendo necessário que os governos municipais, estaduais e federal destinem recursos específicos do orçamento para este fim. Sem um conhecimento efetivo da lei pela sociedade e na falta de uma cobrança ostensiva por parte daqueles que precisam de moradia, o Estado não vem garantindo recursos para este fim.

Quando existem recursos para políticas de habitação social, esses têm sido alocados para: i) promoção de novas unidades, modelo já consolidado e de fácil absorção pelo mercado, pelos agentes responsáveis pelo financiamento imobiliário e pelos gestores públicos; ou, ainda, ii) ações paliativas, como o aluguel social.

3.3 Os esforços recentes do CAU para a instituição da Athis

Considerando o desconhecimento da lei por boa parte da população e, inclusive, por boa parte da categoria profissional, considerando o próprio planejamento do CAU, que tem como missão *promover arquitetura e urbanismo para todos*, e, ainda, considerando o

protagonismo dos profissionais de arquitetura e urbanismo na elaboração das propostas que culminaram na aprovação da Lei de Athis, o CAU/BR vem, ao longo dos últimos anos, desenvolvendo ações voltadas a apoiar a implementação de serviços de assistência técnica. Esses devem ser prestados por equipe multidisciplinar, composta por profissionais de arquitetura e urbanismo para famílias de baixa renda, visando fomentar e contribuir para a implementação da Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social no país.

Considerando a atuação comprometida de profissionais de arquitetura e urbanismo com a realidade habitacional brasileira e a construção de uma política pública efetiva para este fim, o CAU/BR, criado pela Lei nº 12.378/2010, determinou, em 2015, a abertura de uma chamada pública para apoio institucional visando fomentar ações em Athis no território nacional. Ao todo, 28 propostas foram enviadas, número expressivo, indicando uma demanda latente por recursos e incentivo sobre o tema. Foram destinados R\$ 150 mil para o fomento, e, entre os 28, foram selecionados quatro projetos.³ Um deles, o projeto Canhema II, tornou-se uma referência na forma de atuar com Athis, sendo amplamente divulgado pelo CAU e por veículos da grande mídia à época (Kutas, Nunes e Sarmiento, 2021, p. 1843).

Em decorrência dos resultados positivos do edital de 2015, da grande repercussão midiática e do retorno obtido com essa ação inicial, o CAU/BR avançou na perspectiva da promoção da assistência técnica e, no planejamento orçamentário para 2017, realizado em 2016, determinou que, no mínimo, “2% do total dos recursos oriundos das receitas de arrecadação (...) deduzidos os valores destinados ao Fundo de Apoio e ao CSC [Centro de Serviços Compartilhados]” (CAU/BR, 2016, p. 15) fossem alocados em projetos estratégicos de Athis.

Assim, a partir de 2017, tanto o conselho federal quanto os conselhos estaduais e do Distrito Federal passaram a alocar parte dos seus orçamentos no fomento da Athis. Pela Lei nº 12.378/2010, a função do conselho federal é de legislar, propor as leis e normativas que regem a profissão em nível nacional. Ao conselho estadual – CAU/UF – cabe o papel executivo, em especial o de fiscalizar o exercício profissional no território onde ele é realizado.

Transcorridos oito anos do início desse movimento, o CAU atingiu o patamar de R\$ 23 milhões de investimento (2015-2022) no fomento da Athis, distribuídos em todos os estados da Federação. Desse total, o conselho federal investiu, aproximadamente, R\$ 4 milhões, entre celebração de acordos de cooperação técnica com o governo federal, eventos de sensibilização, campanhas e vídeos institucionais orientativos por meio de ações vinculadas ao Programa Mais Arquitetos, atividade transversal, promovida pela gestão 2021-2023, que abarca o tema da Athis, entre outros eixos.

A campanha publicitária Mais Arquitetos teve início nos primeiros meses de 2021, com uma ampla divulgação do tema por meio das mídias sociais do conselho, direcionada para públicos específicos – em especial, moradores das periferias das grandes cidades brasileiras.

3. Para o Projeto Loteamento João de Barro, foram destinados R\$ 22.613,80; para o Projeto Arquitetando o Desenvolvimento da Gente, R\$ 26.300,00; para o Escritório Modelo de Assistência Técnica, R\$ 20.000,00; e para o Projeto Canhema II, R\$ 81.086,20 (CAU/BR, 2015).

A campanha atingiu mais de 20 milhões de espectadores em 2022 (vídeos, *podcasts*, manuais), cumprindo com um dos objetivos do CAU, de popularização e amplo acesso às informações.

Destaca-se que os CAU/UFs possuem total autonomia para desenvolver a política de Athis como julgarem mais pertinente às suas realidades. Contudo, sabe-se que existe uma dificuldade na execução orçamentária dos 2% previstos, especialmente nos CAU/UFs com maiores limitações administrativas e operacionais.

O sistema CAU possui um formato federativo, no qual há uma redistribuição interna de orçamentos para financiar os conselhos estaduais com menos recursos. Essa política, no entanto, não consegue garantir a execução eficiente das ações de Athis de forma equalitária em todos os estados, sobretudo porque a redistribuição de divisas do CAU/BR é focada na execução do mínimo previsto para o funcionamento sustentável dos conselhos. Ainda, a política da Athis foi instaurada “depois”, fazendo com que a estruturação interna de cada CAU/UF dependa das condições materiais, financeiras e, sobretudo, da sensibilidade dos conselheiros e conselheiras eleitos para cada triênio.

Portanto, observa-se que a decisão do CAU/BR em assegurar a alocação de recursos por parte dos CAU/UFs proporcionou maior visibilidade e aplicabilidade da Athis como ações concretas para a efetivação desta como política pública – a exemplo do caso do CAU/RS, com o projeto Nenhuma Casa sem Banheiro, além da abertura de uma nova forma de prática profissional na temática da Athis nos órgãos públicos. Dessa forma, destaca-se a importância do conselho ao fomentar uma rede inovadora em relação ao direito à moradia e à cidade.

Enfim, após oito anos de intensos debates, práticas locais e ações concretas dentro do sistema autárquico do CAU, conclui-se que o momento atual demande ao CAU/BR a organização desse histórico, a fim de avaliar os avanços obtidos e projetar caminhos que viabilizem a Athis como política pública que alcance a dimensão das precariedades. Nesse sentido, a parceria com o Ipea se reforça e se multiplica com outros parceiros do governo federal.

3.4 Histórico de pesquisas do Ipea sobre HIS e produção social da moradia

As políticas federais de habitação do período 1964-1998 foram analisadas em um trabalho pioneiro da Coordenação de Política Urbana do Ipea em 1999 (Santos, 1999). O intervalo cobre toda a atuação do BNH, criado em 1964 e extinto em 1986, pautado pela produção majoritária de unidades habitacionais novas, no qual os chamados programas “alternativos” ou “especiais”, criados no final dos anos 1970, contemplaram a autoconstrução e a reurbanização de áreas degradadas, mas atingiram baixo desempenho quantitativo.

O fechamento do BNH deu-se de forma abrupta e explicitou a falta de proposta do governo federal para o setor, seguindo-se um período de confusão institucional e crise financeira. Uma mudança de orientação teria ocorrido em meados da década de 1990, pós-Plano Real, quando a política federal ampliou a atuação no financiamento a estados e municípios para melhorar assentamentos precários (programas Pró-Moradia e Habitar Brasil). No período 1995-1997, a maior parte dos recursos desses programas (75,5%)

foi investida em urbanização, melhoria habitacional e infraestrutura, contra 24,2% investidos em produção de moradias novas (Santos, 1999, p. 24). No final desse intervalo, entrou em operação o Programa Habitar Brasil-BID (HBB), que incorporou recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ampliou ainda mais a atuação em assentamentos precários.

Por sua vez, no primeiro mandato dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), houve uma inovação na forma do Programa Crédito Solidário, criado em 2004. Trata-se de financiamentos a entidades privadas sem fins lucrativos, que atuam dentro dos moldes da chamada produção social da moradia (PSM), que compreende formas variadas de produção da habitação, envolvendo, em graus diversos, os circuitos formais da economia, sejam públicos, sejam privados, mas guardando a organização do processo e a definição das principais diretrizes do projeto e do pós-morar nas mãos e nos mecanismos de organização coletiva dos próprios moradores (Balbim e Krause, 2014, p. 190). A provisão por meio de cooperativas e associações habitacionais seria mantida a partir de 2009, em uma modalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), denominada “entidades”, que deu novo fôlego ao Crédito Solidário.

Outra inovação do período foi a criação do FNHIS. A partir de 2008, o fundo, por meio de uma modalidade denominada justamente “produção social da moradia”, possibilitou que entidades privadas sem fins lucrativos, previamente habilitadas, pudessem pleitear recursos para produção ou aquisição de unidades habitacionais, requalificação de imóveis e, também, produção ou aquisição de lotes urbanizados. O público-alvo seria, portanto, o mesmo do Crédito Solidário. Infelizmente, o atendimento foi muito limitado, tendo sido selecionados somente 61 projetos em 2008, no valor total de R\$ 115 milhões, entre mais de mil propostas submetidas, no valor total de quase R\$ 1,7 bilhão (Balbim e Krause, 2014, p. 198).

A ideia de PSM dentro do FNHIS não se limitou à iniciativa descrita anteriormente: após a aprovação da Lei nº 11.888/2008, o fundo também viria a apoiar a prestação de serviços de Athis, a serem contratados tanto por estados e municípios como por entidades organizadoras privadas, sem fins lucrativos. Também foi inovadora a possibilidade de contratação de mão de obra para melhorias habitacionais em áreas consolidadas, em obras executadas pelos próprios beneficiários, em regime de mutirão, autoconstrução ou autogestão – modalidade que atenderia à demanda e à necessidade de movimentos de luta pela moradia.

Durante a vigência do MCMV, a produção social da moradia ficou restrita à marginalidade relativa aos recursos destinados ao MCMV-Entidades; e, durante a vigência do Programa Casa Verde e Amarela (CVA), essa modalidade simplesmente deixou de existir enquanto política nacional. Essas análises estão trabalhadas de maneira exaustiva em diversos trabalhos do Ipea, e, recentemente, há uma recuperação de muitas dessas, realizadas com o intuito de analisar o CVA (Balbim, 2022) e revelar não apenas rupturas, mas também continuidades da política nacional de habitação desde o BNH.

Afirma-se, assim, que a escala de todas as ações relativas à produção social da moradia e/ou às melhorias habitacionais jamais ultrapassou o *status* de “programas alternativos” no contexto da política nacional de habitação, do que é testemunha o enorme estoque

habitacional em assentamentos precários, com suas diversas inadequações e, ainda, destituído de trabalho técnico especializado em sua produção em todo o país.

Diante dessa realidade histórica, assume-se que as previsões legais e programáticas relacionadas à produção social e às melhorias habitacionais devam receber aportes técnicos e práticos inovadores, de maneira sistemática, para que se efetive o direito constitucional à moradia digna no país.

O Ipea mantém seu papel de acompanhamento e assessoramento à política federal de habitação, tendo realizado, entre 2019 e 2022, o desenvolvimento de metodologia-piloto para identificação e classificação de núcleos urbanos informais – NUIs (Krause e Denaldi, 2022), neologismo introduzido pela Lei nº 13.465/2017.

Também no marco da regularização fundiária urbana de interesse social (Reurb-S), foi realizada avaliação prévia da seleção de áreas de intervenção do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional (REG MEL), utilizando insumos da pesquisa anterior (Balbim e Krause, 2022).

Além disso, o Ipea vem se esforçando para identificar os impactos nas políticas públicas brasileiras de um outro neologismo, difundido em escala mundial e orientador de políticas e ações de agências multilaterais e bancos de desenvolvimento. Trata-se da difusão do termo *informal settlements*, que enseja a proposição crítica da necessidade de elaboração de novos marcos jurídicos e normativos para a instituição de políticas habitacionais que busquem justamente a consolidação com melhorias de estoques imobiliários, em vez de sua “formalização”, muitas vezes entendida como produção de novas unidades associada ao deslocamento de populações.

Nesse momento, a medida provisória que institui o novo MCMV e o conjunto de emendas que poderão alterar o texto final da lei foram objeto de análise e consequente divulgação de nota técnica,⁴ visando contribuir para o aprimoramento da política e garantir que as ações relacionadas a Athis em particular, as melhorias habitacionais e a produção social da moradia em geral sejam previstas de maneira que possam ser efetivadas.

4 O MÉTODO DO MODELO LÓGICO

Desde 2005, o Ipea vem apoiando esforços de organização de políticas públicas – formulação, revisão e avaliação – com base no método do modelo lógico. Naquele ano, ocorreu um piloto da aplicação dessa metodologia aos programas do Plano Plurianual (PPA) do governo federal. A partir desse momento, vários foram os esforços do instituto que concorreram para o aprimoramento dessa metodologia.

O método aqui adotado tem como base as formulações desenvolvidas e sistematizadas por Martha Cassiolato e Simone Guerresi para a formulação de programas de políticas públicas e avaliação de resultados (Cassiolato e Guerresi, 2010). Essa metodologia, por sua

4. Balbim, R. *O MCMV voltou: dos tons de cinza do CVA ao policromatismo das pautas identitárias, quais revisões e possibilidades a MP nº 1.162 e suas 253 emendas anunciam?* Brasília: Ipea, 2023. (Nota Técnica Dirur, n. 37). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11855/10/NT_37_Dirur_O_MCMV.pdf.

vez, recebeu influências também do planejamento de projeto orientado por objetivos, do grupo Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (em português, Agência Alemã de Cooperação Técnica) – GTZ, e do planejamento estratégico situacional, de Carlos Matus.

Ao longo dos anos, o Ipea adaptou e formulou instrumentos metodológicos com vistas a explicitar a “teoria” das intervenções, ou seja, “o objetivo lógico subjacente e não explícito que permite organizar uma intervenção em função dos efetivos resultados alcançáveis” (Cassiolato e Guerese, 2010, p. 16).

A partir de 2010, e a partir dessa base metodológica original desenvolvida pelo Ipea em subsequentes trabalhos em parcerias com a Caixa Econômica Federal (Caixa), com as secretarias nacionais de Saneamento e de Habitação do Ministério das Cidades (MCidades) e com a Prefeitura de São Paulo, foi possível desenvolver uma metodologia de estruturação e avaliação de programas nova e adaptada à realidade brasileira: trata-se da modelagem lógica a partir de uma “engenharia reversa”.

Em 2010 e 2011, foi realizada uma pesquisa no Complexo do Alemão (Balbim *et al.*, 2013), conjunto de favelas no Rio de Janeiro que foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Trata-se de um esforço pioneiro para um desenho de avaliação, seja pela escala de intervenção (um projeto individual e emblemático), seja pelo conteúdo de políticas urbanas necessárias a uma intervenção abrangente para estruturação do território.

Paralelamente, foi desenvolvida uma metodologia particular de meta-avaliação, ou seja, avaliação da qualidade de ações pós-ocupação de projetos do programa Habitar Brasil-BID (Balbim *et al.*, 2012), que iniciara sua operação no final da década de 1990.

A seguir, generalizando-se a experiência da pesquisa no Complexo do Alemão, foi proposta uma matriz de indicadores para avaliação a ser aplicada ao conjunto de intervenções de urbanização de assentamentos precários (Balbim *et al.*, 2013) e saneamento integrado incluídas no PAC, sob responsabilidade do MCidades. Ambas as matrizes e todo o conjunto de documentação para a avaliação de cada uma das intervenções foram posteriormente editados como normativos dos programas federais.⁵

Os desenhos de avaliação do PAC do Complexo do Alemão (Balbim *et al.*, 2013) e do conjunto de intervenções de urbanização de assentamentos precários (Balbim *et al.*, 2012) e de saneamento integrado do PAC consolidaram esse novo método do modelo lógico. Em comum, esses programas já estavam em funcionamento, sem que houvesse clareza sobre a forma de avaliação que seria esperada, situação que motivou o uso de técnicas de “engenharia reversa” para explicitar as premissas dos projetos/programas.

5. As portarias do MCidades/Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR) que dispõem sobre a avaliação estão disponíveis em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/aceso-a-informacao/regas-para-aceso-aos-recursos/Portaria_693_de_2018__versao_consolidada.pdf. O *Manual de Orientações para Avaliação de Resultados Pós-Intervenção* está disponível em: <https://docplayer.com.br/216645054-Manual-de-orientacoes-para-avaliacao-de-resultados.html>.

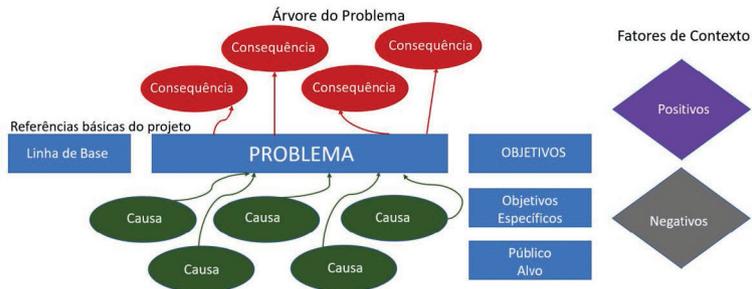
Vale também ressaltar a aplicação do modelo lógico a uma política pública municipal que já vinha sendo formulada e parcialmente implementada, no município de São Paulo. Dessa vez, a mesma ferramenta serviu para organizar um programa de ações e critérios para avaliação dos eixos de estruturação da transformação urbana estabelecidos no Plano Diretor Estratégico de 2014. Tais eixos foram definidos como áreas de influência da rede estrutural de transporte coletivo, aptas ao adensamento construtivo e populacional e à combinação entre usos mistos, residenciais e não residenciais. Assim, o modelo lógico foi utilizado para avaliar os limites e as possibilidades da aplicação de diversos instrumentos urbanísticos nessas áreas (Balbim e Krause, 2016).

Fazendo uso de representação gráfica para explicitar o problema, a metodologia é estruturada a partir dos componentes descritos a seguir, representados de maneira esquemática nas figuras 1 e 2.

- A *árvore de problemas*, que define o problema, suas causas críticas e suas consequências.
- A *matriz do modelo lógico* da intervenção completa, que indica a forma de estruturação do projeto para alcance dos resultados e que conecta itens financiáveis a ações, produtos, resultados intermediários e resultado final.
- As *referências básicas do projeto, ação, programa ou política*, com o enunciado do problema, dos objetivos e a definição do público-alvo.
- A identificação dos *fatores relevantes de contexto*, que terão influência sobre o projeto, mas que estão fora do controle do CAU.
- Os *resultados intermediários*, que contribuem para atingir o *resultado final* desejado.
- O mapeamento das *ações* desenvolvidas ou a serem desenvolvidas para atingir os resultados almejados.
- Os *produtos* resultantes das ações, que efetivamente contribuem para chegar nos resultados almejados.

FIGURA 1

Esquema dos componentes do modelo lógico

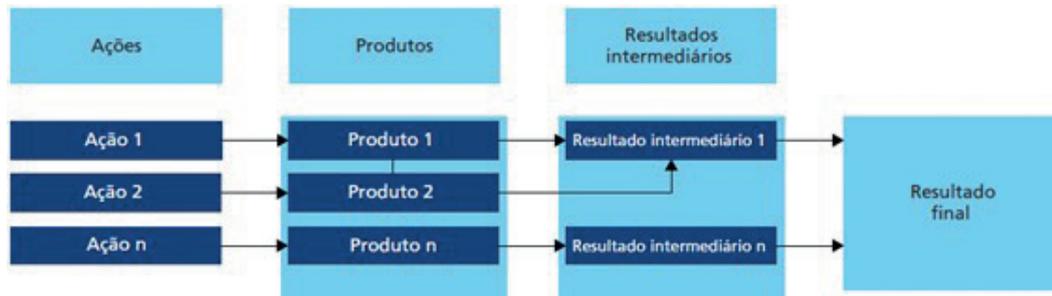


Fonte: Cassiolato e Guerresi (2010).

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA 2
Esquema de estruturação das ações, produtos e resultados



Fonte: Balbim *et al.* (2013).
Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Tratando-se de uma modelagem reversa, torna-se possível, a partir de um programa, de ações e de intervenções existentes e em curso, encontrar e sistematizar o fundamento explicativo deste programa, ação e/ou intervenção. Esta situação ocorre pois os elementos que compõem o modelo lógico certamente existem, mas nem sempre se encontram explícitos ou organizados na estrutura dos programas, ações e intervenções (Balbim *et al.*, 2013, p. 9).

Desse modo, a partir dos documentos existentes acerca das ações ou itens financiáveis, constrói-se uma estrutura geral de todas as ações passíveis de serem executadas e elencam-se os produtos entregues por cada uma delas. A partir desses produtos, são estruturados os encadeamentos para que tais produtos concorram para os resultados intermediários e, assim, esses encadeados concorram para o resultado final previamente definido na modelagem lógica. Essa forma reversa busca, ao mesmo tempo, retratar o programa existente e, se possível, em função da demanda, revelar lacunas de ações e produtos.

No caso da modelagem em execução com o CAU/BR, foram várias as ações e produtos novos elencados para que os resultados pudessem ser atingidos. Isso se deve à relativa novidade da ação de fomento à Athis, ainda não estruturada como programa, e ao fato de que parte substancial das ações práticas em execução são provenientes da escala dos estados, ou seja, dos CAU/UFs.

De todo modo, buscou-se apresentar, de maneira sistemática, a “teoria” explicativa por trás das práticas de fomento à Athis e o encadeamento lógico para a obtenção dos resultados.

4.1 Aplicação do modelo lógico para Athis a partir das ações do CAU

A aplicação da metodologia se deu a partir de resultados advindos de três frentes, sendo elas: i) questionário em meio digital enviado pelo CAU/BR a cada CAU/UF, a fim de conhecer as experiências em Athis de cada um destes; ii) entrevistas com os CAU/UFs – principal frente de trabalho –, conduzidas pelo Ipea, nas quais se seguiu um roteiro em busca da identificação das ações desenvolvidas em Athis e de seus respectivos produtos e resultados intermediários, além das percepções sobre qual o principal problema que a Athis contribui para solucionar, suas causas e consequências, bem como os objetivos das ações de Athis e dos fatores de contexto favoráveis e desfavoráveis, que se encontram fora de sua governabilidade; e iii) informações disponíveis nos sítios eletrônicos de cada CAU/UF.

A estratégia de estabelecer um momento de escuta ativa de cada CAU/UF permitiu construir uma referência a partir de um amplo panorama sobre como a Athis é compreendida nas diferentes regiões e estados brasileiros.

Foram enviadas solicitações de agenda em diferentes meios, assim como um roteiro das perguntas que seriam realizadas durante as entrevistas. O contato foi feito inicialmente pelo Serviço de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU); também foram contatados coordenadores de comissões e conselheiros que tratam do tema em todas as Unidades da Federação (UFs). Ainda assim, não foi possível realizar entrevistas com representantes de todos os estados, seja por falta de agenda ou de retorno aos contatos realizados pela equipe do CAU/BR.

Desse modo, com relação às entrevistas, foram realizados 23 encontros com os CAU/UFs no período de 29 de novembro de 2022 a 14 de dezembro de 2022, não sendo possível realizar a entrevista com quatro CAU/UFs: CAU/AM, CAU/TO, CAU/MT e CAU/ES. Não obstante, foi possível obter informações advindas das outras frentes sobre estes CAU/UFs. A maior parte das entrevistas ocorreu de maneira remota, sendo o CAU/RS e o CAU/SP visitados presencialmente pela equipe devido à relevância e disseminação de suas experiências em Athis. O quadro 1 a seguir apresenta o cronograma de realização das entrevistas.

QUADRO 1
Cronograma de realização das entrevistas com os CAU/UFs

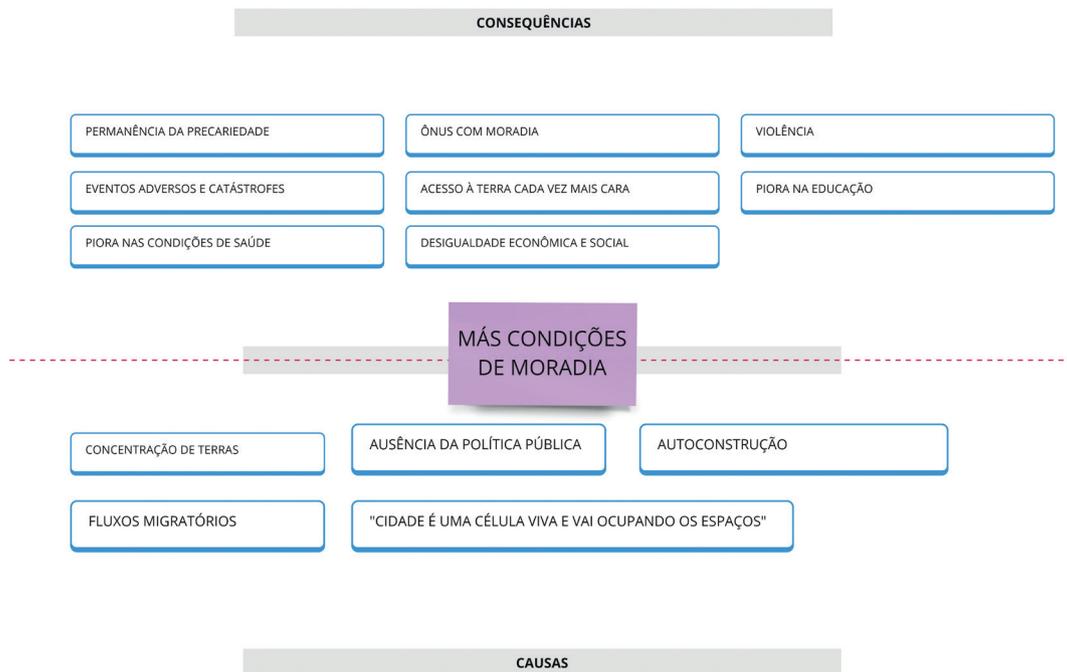
Número	CAU/UF	Data	Formato
1	CAU/PR	29/11/2022	online
2	CAU/AC	29/11/2022	online
3	CAU/MA	30/11/2022	online
4	CAU/AL	30/11/2022	online
5	CAU/MG	30/11/2022	online
6	CAU/MS	01/12/2022	online
7	CAU/RN	01/12/2022	online
8	CAU/PA	01/12/2022	online
9	CAU/GO	01/12/2022	online
10	CAU/CE	02/12/2022	online
11	CAU/RJ	02/12/2022	online
12	CAU/SC	07/12/2022	online
13	CAU/RS	08/12/2022	presencial
14	CAU/SP	09/12/2022	presencial
15	CAU/DF	12/12/2022	online
16	CAU/PB	12/12/2022	online
17	CAU/RO	12/12/2022	online
18	CAU/PE	12/12/2022	online
19	CAU/AP	13/12/2022	online
20	CAU/SE	13/12/2022	online
21	CAU/RR	13/12/2022	online
22	CAU/PI	13/12/2022	online
23	CAU/BA	14/12/2022	online

Elaboração dos autores.

No início de cada entrevista, o CAU/BR apresentou a trajetória da Athis no CAU de um modo amplo, incluindo montantes de investimentos e as principais ações desenvolvidas. O objetivo desta apresentação foi contextualizar o CAU/UF entrevistado sobre o objetivo da entrevista e sobre o trabalho desenvolvido em parceria com o Ipea. Em seguida, as entrevistas foram conduzidas pelo Ipea, seguindo-se o roteiro constante no apêndice A.

A partir das entrevistas, do questionário digital previamente respondido pelos CAU/UFs sobre as ações desenvolvidas em Athis, além das informações disponíveis nos sítios eletrônicos dos CAU/UFs, foram elaborados três quadros para cada CAU/UF, representando o modelo lógico correspondente às ações, percepções e expectativas de cada estado. Um exemplo dos quadros elaborados é apresentado nas figuras 3, 4 e 5. A totalidade dos quadros elaborados encontra-se no apêndice B.

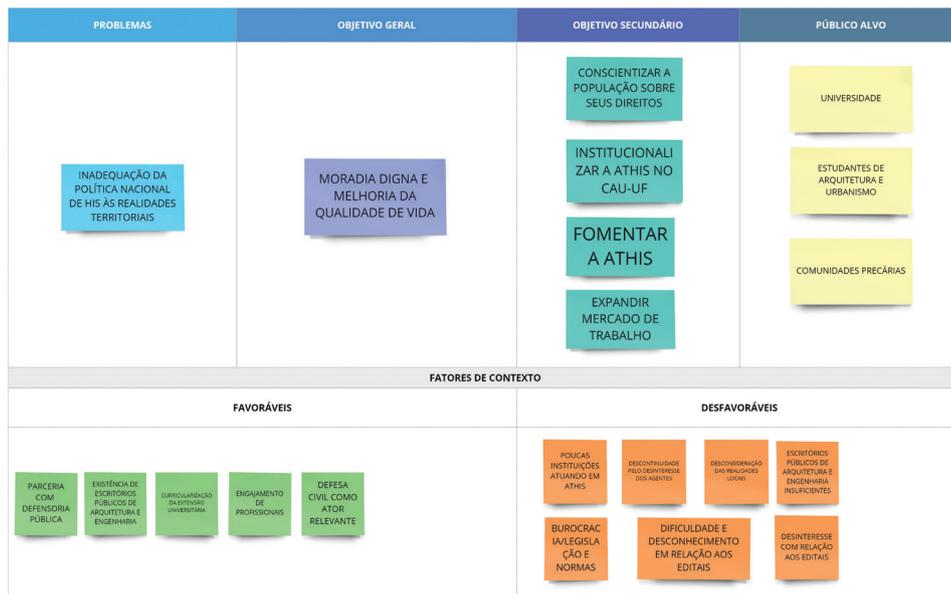
FIGURA 3
Exemplo do quadro *árvore do problema*, elaborado a partir de cada CAU/UF entrevistado



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA 4
Exemplo do quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto elaborados para cada CAU/UF entrevistado



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA 5
Exemplo do quadro *Ações, produtos e resultados intermediários*, elaborado para cada CAU/UF entrevistado



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A partir dos quadros elaborados, seguiu-se a etapa de elaboração da matriz do modelo lógico síntese dos CAU/UFs. Para tanto, tendo como entradas os quadros elaborados para cada CAU/UF e as transcrições das entrevistas realizadas, os membros da equipe do Ipea e do CAU/BR reuniram-se presencialmente a fim de elaborar, coletivamente, a matriz do modelo lógico síntese dos CAU/UFs.

A etapa de compilação das entrevistas e demais entradas de informação para a elaboração da matriz síntese do modelo lógico ocorreu nos meses de dezembro de 2022, janeiro e fevereiro de 2023 e resultou nos seguintes produtos:

- problema – percebido pelos CAU/UFs e o CAU/BR – que a Athis contribui para enfrentar;
- causas e causas críticas deste problema;
- consequências da persistência deste problema;
- a árvore do problema, resultante da combinação dos itens anteriores;
- objetivos do CAU com o desenvolvimento de ações de Athis;
- público-alvo das ações do CAU relacionadas à Athis para além dos beneficiários definidos na Lei nº 11.888/2008;
- fatores de contexto favoráveis e desfavoráveis às ações relacionadas à Athis;
- resultado final almejado com o desenvolvimento das ações de Athis;
- resultados intermediários que contribuem para chegar ao resultado final;
- ações desenvolvidas – e ainda não desenvolvidas – pelos CAU/UFs e o CAU/BR para chegar aos resultados supracitados; e
- produtos já existentes – e ainda não existentes – também essenciais para atingir os resultados intermediários e final.

Os elementos anteriormente citados conformam a matriz do modelo lógico para o CAU com relação à Athis e, a seguir, estes serão abordados em mais detalhes.

4.2 Discussões ampliadas, transparência e validação

É relevante ressaltar que os resultados apresentados passaram, até a elaboração deste relatório, por três momentos de apresentação aos conselheiros do CAU e um momento de apresentação aos presidentes dos CAU/UFs, em que houve a oportunidade de discussão dos resultados e dos elementos que compõem o modelo lógico, contribuindo para revisões pontuais nos produtos elaborados até então pela equipe Ipea-CAU/BR. Os encontros ocorreram em:

- 27 de janeiro de 2023, com as comissões do CAU (CPP-CAU/BR e CPUTA-CAU/BR) que se encontravam reunidas em Brasília para o planejamento anual;
- 7 de fevereiro de 2023, na agenda do encontro nacional de Comissões de Política Urbana e Ambiental (CPUTAs);⁶
- 28 de fevereiro de 2023, em reunião conjunta da CPP-CAU/BR e da CPUTA-CAU/BR;

6. Apesar de o tema ter diferentes formas de apropriação em cada CAU/UF, em alguns estados, o tema da Athis é tratado na CPUTA estadual.

- 14 de abril de 2023, em reunião do Fórum de Presidentes do CAU; e
- 20 de abril de 2023, no Fórum de Athis do CAU/PR, no qual estiveram reunidos diversos representantes dos CAU/UFs que haviam sido entrevistados, assim como representantes da CPP e da CPUTA do CAU/BR.

Tais momentos de apresentação do trabalho desenvolvido tiveram por objetivo não apenas dar ciência às diferentes comissões e instâncias do CAU acerca do andamento dos trabalhos, mas também permitir que os demais membros do CAU entendam e se apropriem do trabalho em andamento.

Para além disso, os momentos de apresentação e debate com as comissões permitiram tornar o processo de construção do modelo lógico mais participativo, enfatizando a construção de uma agenda conjunta fruto dessa parceria.

Após a etapa de apresentação dos resultados obtidos, iniciou-se a articulação com atores externos ao CAU e ao Ipea, agenda iniciada em março de 2023, com o objetivo de ampliar o escopo desse trabalho de modelagem programática para a Athis.

4.3 Elementos do modelo lógico do CAU com relação à Athis

4.3.1 Problema

Na metodologia do modelo lógico, o problema consiste em uma situação indesejável que, ao ser identificada, deverá ser enfrentada por um programa que vise às causas do problema, em especial às causas críticas. A partir de ações organizadas, monitoráveis e avaliáveis, que incidam sobre as causas, busca-se a transformação do problema, sua superação, atingindo, assim, os resultados previstos.

O problema elaborado a partir da convergência dos elementos presentes nas 23 entrevistas com os CAU/UFs foi descrito no box 1.

BOX 1

Formulação inicial do problema

Políticas públicas relacionadas à habitação de interesse social não aderentes às realidades territoriais, não favorecendo a valorização simbólica e econômica da atividade profissional de arquitetura e urbanismo dedicada à Athis, contribuindo para a não consecução desse direito e para a permanência da precariedade habitacional.

Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Posteriormente, o problema foi reformulado mantendo-se os elementos anteriormente presentes, mas apresentados em um formato mais coerente, que contém questões centrais para a problemática relacionada à Athis.

A nova versão do problema é fruto do amadurecimento das compreensões sobre as informações obtidas, das discussões entre a equipe de trabalho Ipea-CAU/BR, assim como das discussões resultantes das apresentações realizadas aos conselheiros do CAU/BR. A versão final da formulação do problema é apresentada no box 2.

BOX 2

Formulação final do problema

Políticas públicas relacionadas à HIS não aderem às realidades territoriais e não reconhecem a economia da autoprodução habitacional, contribuindo para a permanência da precariedade e a não consecução do direito à moradia digna e da saúde do *habitat* e, conseqüentemente, não valorizando simbólica e economicamente a atividade profissional de arquitetura e urbanismo dedicada à Athis.

Elaboração dos autores.

A leitura do problema revela elementos críticos que apresentam obstáculos à garantia do direito à moradia digna. Iniciando a análise pelas políticas públicas, mencionam-se aquelas relacionadas à HIS, como o SNHIS e a própria Athis, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Em seguida, o problema traz o elemento das realidades territoriais, desafiadoras quando tratamos de um país diverso e de dimensões continentais, como é o caso do Brasil. Nesse contexto de diversidade, ainda que incorporar as realidades territoriais no processo de implementação das políticas públicas seja desafiador, é ao mesmo tempo fundamental para a efetividade das políticas, planos, programas e ações desenvolvidos.

Como questões a serem consideradas na observância das realidades territoriais distintas, podem-se citar questões: socioeconômicas, como a pobreza, as desigualdades, a violência; ambientais, como distintas condições climáticas e ocupações em áreas de risco; socioculturais, como aquelas associadas às comunidades tradicionais e aos povos indígenas; além dos assentamentos precários, que possuem diferentes características em distintas regiões do país, entre outras.

A economia da autoprodução habitacional, da autoconstrução, ainda que represente a maior parcela da cidade, não é formalmente considerada e não possui instrumentos institucionais que permitam qualificá-la, dinamizá-la ou mesmo que seu potencial seja realizado em sua plenitude. Desse modo, não reconhecer a autoconstrução e as atividades econômicas envolvidas, que ocorrem majoritariamente no circuito inferior da economia urbana (Santos, 1975; Balbim e Santiago, 2023), implica prejuízos sociais e econômicos, comprometendo, para além da qualidade de vida da população, a situação nacional de maneira ampla.

A seguir, observa-se que a união dos elementos relacionados resulta na permanência e persistência da precariedade habitacional. Conseqüentemente, o direito à moradia digna não é garantido e tampouco universalizado, mantendo-se pelo país as cidades divididas.

Finalmente, um eixo do problema é estritamente ligado à atuação profissional no campo da Athis, mais especificamente a valorização desta atividade, no campo econômico, não havendo remuneração competitiva com outros ramos de atuação do profissional da arquitetura e urbanismo, ou mesmo a valorização simbólica, prejudicada por visões elitistas da profissão. Considerando que o CAU é uma autarquia pública federal que agrega, por meio do Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas (CEAU),⁷ entidades representativas de classe, explica-se a importância dada a este eixo.

7. O CEAU agrega as entidades que vieram "antes" do CAU e que, inclusive, possuem grande protagonismo e participação no processo de criação do conselho. São elas: o IAB, a Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (AsBEA), a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea), a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (Abap) e, por fim, a Fenea.

4.3.2 Causas e consequências do problema

Após a formulação do problema central, que converge a percepção dos CAU/UFs acerca da Athis, passou-se à etapa de identificação e compilação das causas e consequências do problema. Na etapa das entrevistas, os CAU/UFs apontaram as causas e consequências a partir de suas percepções individuais, sendo apresentadas 116 causas e 125 consequências no total.

A partir de uma metodologia de agregação desenvolvida em uma das oficinas do grupo técnico formado pelas equipes do Ipea e do CAU/BR, foi possível elaborar a árvore do problema, que apresenta, além das causas e consequências do problema, os eixos em que estas se estruturam, os níveis de proximidade das causas com o problema, assim como as relações entre as distintas causas que contribuem para o problema. Este processo resultou em 56 causas e dezoito consequências.

Após a definição das 56 causas – somando-se mais uma causa após os momentos de apresentação às comissões e conselheiros do CAU –, foram identificadas as causas críticas, definidas como aquelas que têm alto impacto potencial para produzir mudanças no problema. Além disso, as causas críticas impactam diretamente não apenas o problema, mas também outras causas. Finalmente, conclui-se que as causas críticas são aquelas sobre as quais é politicamente oportuno agir.

Os quadros 2, 3 e 4 apresentam as causas definidas para o problema nos três eixos identificados: realidade socioterritorial; políticas públicas; e formação e atuação profissional.

QUADRO 2

Causas associadas ao eixo da realidade socioterritorial

Causa	Nível ¹
Dificuldade de acesso à terra (urbanizada)	5
Não reconhecimento da autopromoção como alternativa habitacional ²	4
Desconhecimento do direito à assistência técnica ²	4
Falta de entendimento e estruturação da política de Athis por parte dos atores públicos ²	4
Sobretaxa relacionado à autoconstrução	3
Irregularidade fundiária	3
Ocupação de área de preservação	3
Ocupação de área irregular	3
Ciclo de remoção e retorno	2
Concentração de terras	2
Especulação imobiliária	2
Subutilização das edificações	2
Valor da terra	2
Desigualdades sociais espaciais	1
Falta de acesso à informação	1
Moradia como bem de consumo/mercadoria	1
Não efetivação dos direitos	1

(Continua)

(Continuação)

Causa	Nível ¹
Pobreza/baixa renda	1
Questão demográfica e migratória	1
Racismo estrutural	1

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Sendo 1 mais distante e 5 mais próximo do problema.

² Considerada causa crítica.

No eixo das realidades socioterritoriais, observam-se causas estruturais que contribuem para moldar a paisagem da realidade brasileira, como a questão da pobreza, do racismo estrutural, da especulação imobiliária, e questões que derivam destas causas, como a irregularidade fundiária e a autoconstrução no contexto do sobretrabalho. Além disso, há questões diretamente relacionadas ao modo de (auto) construção da cidade, como é o caso do desconhecimento do direito à Athis.

QUADRO 3

Causas associadas ao eixo das políticas públicas

Causa	Nível ¹
Exclusão das áreas ocupadas pelos mais pobres do arcabouço da política pública	5
Agentes financeiros e operadores não reconhecem a lógica da melhoria habitacional ²	4
Incompatibilidade das normas técnicas para efetivação das melhorias habitacionais ²	4
Política habitacional exclusiva para produção de novas unidades	4
Experiências de Athis pontuais e desarticuladas regional e nacionalmente	3
Falta de continuidade	3
Falta de diagnóstico da realidade urbana	3
Falta de equipe técnica nos órgãos públicos	3
Falta de programação orçamentária	3
Falta de priorização da precariedade na política urbana	2
Falta de escala nas ações de Athis	2
Questão eleitoral – calendário	2
Não aplicação do Estatuto da Cidade	2
Lei federal de Athis não é aplicada	2
Athis não dá voto	1
Descaso e esquecimento do poder público	1
Inação do poder público	1
Inexistência de política de Estado	1
Manutenção de pessoas privilegiadas no poder	1

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Sendo 1 mais distante e 5 mais próximo do problema.

² Considerada causa crítica.

Observando as causas no eixo das políticas públicas, notam-se diversas questões que, combinadas, levam à não implementação destas, como a inação do poder público, a falta de programação orçamentária e a questão de as políticas caracterizarem-se muitas vezes como de governo, e não de Estado, o que se atrela, por sua vez, à falta de continuidade. Complementarmente, vale destacar a questão de que a política habitacional brasileira está historicamente focada na produção de novas unidades.

QUADRO 4
Causas associadas ao eixo da formação e atuação profissional

Causa	Nível ¹
Autoprodução da habitação sem orientação técnica	5
Escassez de mercado	5
Precarização do trabalho	5
Processo de formação do arquiteto não contempla Athis ²	5
Extensão universitária pouco atuante em Athis	5
Falta canteiro e técnica para obras de melhorias	4
Falta de inserção da Athis na grade curricular	4
Falta de valorização do profissional no campo da Athis ²	4
Inexistência de estágios	4
Receio de responsabilização civil ao atuar em áreas precárias e irregulares ²	4
Dificuldade de compreensão sobre o tema ²	3
Falta de informação	3
Falta de responsabilidade social ²	3
Fragilidade jurídica da atuação em áreas precárias/irregulares ²	3
Desvalorização das pautas sociais	2
Arquiteto visto como artigo de luxo	2
Falta de consciência da realidade brasileira (profissional, órgãos públicos, organizações não governamentais)	2
Questão de gênero no exercício profissional	2

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Sendo 1 mais distante e 5 mais próximo do problema.

² Considerada causa crítica.

Finalmente, no eixo de formação e atuação profissional, têm-se questões diversas associadas à atividade profissional da arquitetura e urbanismo em Athis. Destacam-se questões relativas à formação, como a falta de inserção do tema na grade curricular; questões transicionais, como a insuficiência de estágios na área; e questões efetivas do mercado de trabalho, como a própria escassez e precarização do trabalho. Tais questões associam-se a causas mais amplas e simbólicas, como ao fato de o profissional da arquitetura ser percebido como “artigo de luxo”, além da dificuldade de compreensão sobre o tema.

Finalmente, o quadro 5 apresenta as causas que foram definidas como críticas nos três eixos.

QUADRO 5
Causas críticas associadas aos três eixos

Causa crítica	Eixo	Nível ¹
Desconhecimento do direito à assistência técnica	Realidade socioterritorial	4
Falta de entendimento e estruturação da política de Athis por parte dos atores públicos	Realidade socioterritorial	4
Não reconhecimento da autopromoção como alternativa habitacional	Realidade socioterritorial	4
Agentes financeiros e operadores não reconhecem a lógica da melhoria habitacional	Política pública	4
Incompatibilidade das normas técnicas para efetivação das melhorias habitacionais	Política pública	4
Processo de formação do arquiteto não contempla Athis	Formação e atuação profissional	5
Falta de valorização do profissional no campo da Athis	Formação e atuação profissional	4
Receio de responsabilização civil ao atuar em áreas precárias e irregulares	Formação e atuação profissional	4
Dificuldade de compreensão sobre o tema	Formação e atuação profissional	3
Falta de responsabilidade social	Formação e atuação profissional	3
Falta de informação	Formação e atuação profissional	3
Fragilidade jurídica da atuação em áreas precárias/irregulares	Formação e atuação profissional	3

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Sendo 1 mais distante e 5 mais próximo do problema.

Observando-se as causas críticas definidas, nota-se que a maior parte delas se relaciona a questões informacionais e de compreensão sobre a política habitacional, o que se insere amplamente na área de atuação do CAU, inclusive com potencial para atuação em conjunto com outros atores públicos atuantes no setor.

Além disso, conforme se pode ver no quadro 5, o eixo *políticas públicas* traz duas causas críticas relacionadas à operacionalização da política de Athis. Estas questões resultam de uma política pública habitacional voltada para a construção de novas unidades e que, por isso, não comporta, em seu arcabouço normativo técnico, a lógica da melhoria habitacional.

Desse modo, como um efeito dominó, os operadores e agentes financeiros que atuam na operacionalização da política habitacional também se encontram pouco familiarizados com a lógica relacionada à Athis.

É importante ressaltar que a atuação do CAU nessas causas críticas trará benefícios não apenas para a consecução do direito à Athis, mas também para a atuação profissional em arquitetura e urbanismo, uma vez que existe um receio de atuação na assistência técnica justamente por questões normativas que levam à insegurança jurídica. Além disso, a compreensão e reconhecimento, por parte de agentes financeiros, da lógica da melhoria habitacional pode constituir um importante fator impulsionador para o fortalecimento da Athis enquanto campo econômico, refletindo diretamente na valorização do profissional de arquitetura e urbanismo atuante neste âmbito, outra causa crítica do eixo profissional.

As demais causas críticas do eixo de formação abordam questões, para além das anteriormente exploradas, relacionadas ao processo de formação do profissional de arquitetura e urbanismo, que não contempla a Athis de modo geral nos cursos superiores pelo país. Este ponto, ao ser abordado pelo CAU com as instituições de ensino superior e o Ministério da Educação, tem potencial de contribuir para um profissional mais preparado para atuar nessa

realidade, com consequentes ganhos para a constituição de um campo econômico com maior dinâmica e mais bem avaliado entre os pares.

O quadro 6 apresenta as dezoito consequências definidas, entre as inicialmente pontuadas na coleta de dados, como resultantes da permanência do problema e da inação sobre as causas do problema.

QUADRO 6
Consequências da manutenção do problema

Consequência	Eixo	Nível ¹
Agravamento das condições de saúde das famílias	Realidade socioterritorial	3
Agravamento das condições de insalubridade das moradias	Realidade socioterritorial	3
Aprofundamento da degradação do <i>habitat</i>	Realidade socioterritorial	3
Aprofundamento da segregação e das desigualdades socioespaciais	Realidade socioterritorial	3
Agravamento das consequências de epidemias e pandemias	Realidade socioterritorial	2
Aprofundamento da marginalização, da estigmatização e da perda da dignidade	Realidade socioterritorial	2
Aprofundamento e multiplicação das condições relacionadas à violência urbana e doméstica	Realidade socioterritorial	2
Aumento das catástrofes relacionadas a eventos climáticos extremos	Realidade socioterritorial	2
Agravamento dos riscos de colapso da autoconstrução não assistida tecnicamente	Realidade socioterritorial	1
Dificuldades de estabelecer e valorizar o convívio doméstico e familiar	Realidade socioterritorial	1
Maior dificuldade de acesso à urbanidade (saúde, lazer, educação, cultura)	Realidade socioterritorial	1
Maior dificuldade de empregabilidade	Realidade socioterritorial	1
Continuidade do descolamento das políticas públicas das realidades territoriais	Política pública	3
Permanência da política habitacional dedicada exclusivamente a novas unidades	Política pública	3
Permanência e aprofundamento da precariedade das moradias associada à falta de infraestruturas urbanas	Política pública	3
Desvalorização da profissão e de seus profissionais, com efeitos econômicos e simbólicos (elitização)	Formação e atuação profissional	3
Permanência de restrição do campo profissional e das possibilidades de formação	Formação e atuação profissional	3
Sobrecarga das atribuições institucionais do CAU/UF	Formação e atuação profissional	3

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Sendo 1 mais distante e 3 mais próximo.

Nota-se uma maior concentração das consequências associadas à manutenção do problema no eixo das realidades socioterritoriais, em uma primeira análise, na permanência de um cenário de cidade dividida que resulta no agravamento das condições de saúde das famílias, em moradias mais insalubres, maior segregação e agravamento das desigualdades socioespaciais, além de maior degradação do *habitat*.

Ainda nesse eixo, observam-se consequências associadas ao clima e à saúde pública, como é o caso do aumento das catástrofes relacionadas a eventos climáticos extremos e do agravamento das consequências de epidemias e pandemias. No caso dos eventos climáticos extremos, o recente desastre na região do litoral norte do estado de São Paulo⁸ evidenciou

8. Mais informações em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-02/litoral-paulista-teve-maior-volume-de-chuva-registrado-no-brasil>.

exatamente esta consequência, tendo em vista o elevado número de habitantes em áreas de risco na região, deixando ainda maiores as vulnerabilidades destas populações prejudicadas pela injustiça ambiental⁹ fruto do perfil da ocupação na região.

O aumento dos riscos e, conseqüentemente, da vulnerabilidade também contribui para as consequências relacionadas ao aprofundamento da marginalização, estigmatização e perda da dignidade, bem como do agravamento da violência urbana e doméstica em diversos eixos, ainda no eixo das realidades socioterritoriais.

Tais consequências resultam, em última instância, no agravamento de questões estruturais amplas, como o risco de colapso resultante da autoconstrução sem assistência técnica, passando por dificuldades que impactam diretamente a qualidade de vida das pessoas que habitam em condições precárias, afetando seu acesso à urbanidade nos diversos eixos, como saúde, lazer, educação, cultura e, também, empregabilidade.

No eixo da política pública, as consequências observadas se inter-relacionam, visto que a permanência de políticas públicas descoladas das realidades territoriais e dedicadas exclusivamente à produção de novas unidades ignoram a existência da maior parte das cidades brasileiras, que permanecem em situação de precariedade e por vezes não recebem as infraestruturas urbanas essenciais à saúde do *habitat*.

Finalmente, no campo da formação e atuação profissional, as consequências da permanência e inação com relação ao problema mantêm os profissionais de arquitetura e urbanismo com seu campo de atuação limitado e elitizado, sendo inclusive desvalorizados econômica e simbolicamente. Este cenário da profissão, por sua vez, contribui para sobrecarregar o CAU, que atua de maneira isolada nos vácuos da política habitacional.

4.3.3 Árvore do problema

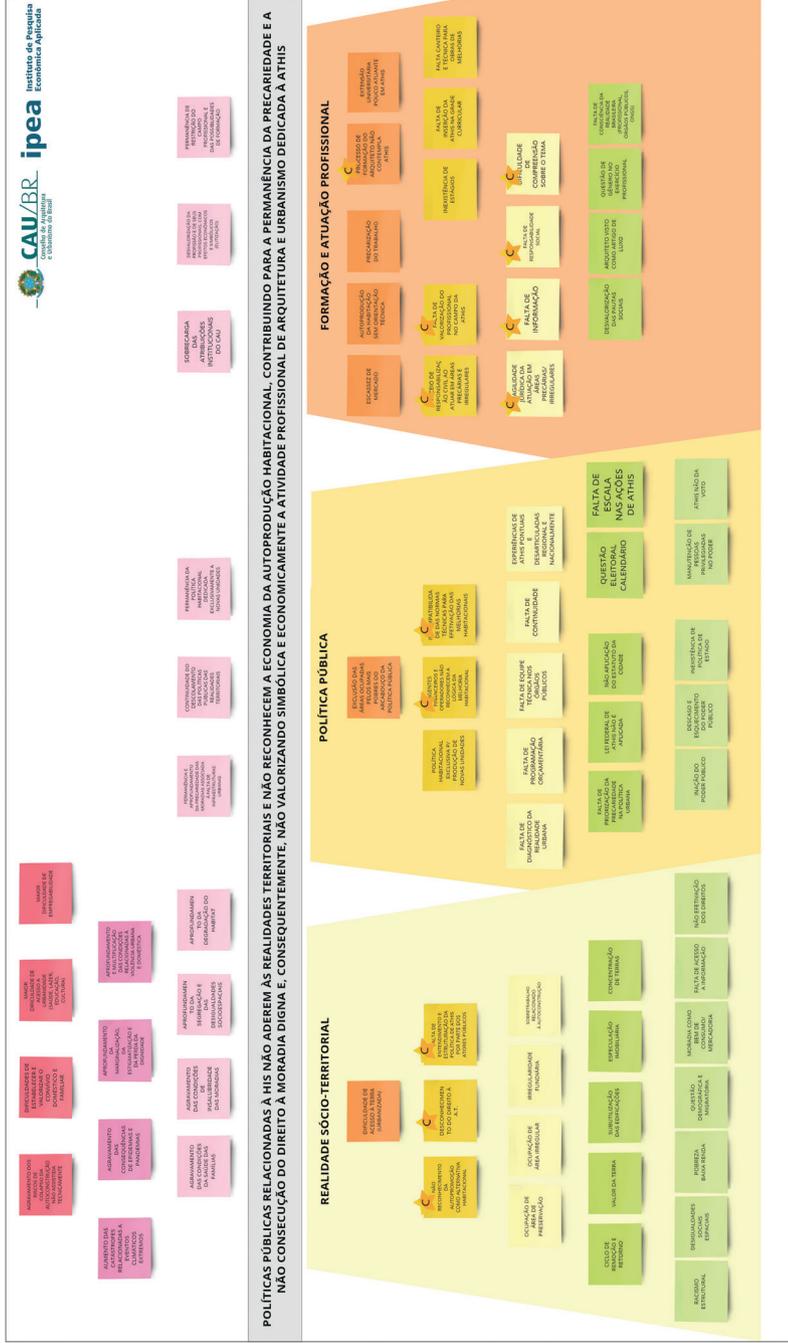
A construção coletiva do problema – bem como a análise de suas causas e consequências, a identificação das causas críticas e a relação hierárquica destas – é apresentada, de maneira esquemática, na árvore do problema, que auxilia a compreensão de como tais elementos se combinam para chegar ao problema e quais consequências são advindas deste.

Esse esquema também auxilia a visualização de onde se deve atuar com maior empenho para minimizar as consequências do problema e buscar sua resolução. O apontamento das causas críticas e suas relações e a organização de causas em três diferentes campos – realidade socioterritorial, política pública, e formação e atuação profissional – destacam prioridades e formas possíveis de organização da política e da instituição para fazer frente ao problema.

Assim, a figura 6 apresenta a árvore do problema elaborada, incluído o aprimoramento realizado após os momentos de diálogo com as diferentes comissões do CAU/BR.

9. A justiça ambiental está associada a princípios e práticas que têm por objetivo garantir que nenhum grupo social – seja este um grupo étnico, racial, de classe ou de gênero – sofra de maneira mais intensa e/ou desproporcional os efeitos ambientais oriundos da degradação do espaço coletivo (Acsehrad, Herculano e Pádua, 2004).

FIGURA 6
Árvore do problema final



Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Fevereiro de 2023

Elaboração dos autores.
Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

4.3.4 Objetivos

A atuação programática do CAU/BR compondo aquilo que poderá vir a ser uma política pública de Athis estrutura-se em quatro objetivos relacionados a essa instituição, que tiveram sua formulação a partir das entradas das entrevistas realizadas com os CAU/UFs. A identificação dos objetivos elencados individualmente por cada CAU/UF permitiu a elaboração, por parte da equipe Ipea-CAU/BR, dos quatro objetivos apresentados a seguir.

- 1) Promover a melhoria habitacional visando à saúde do *habitat* e à moradia digna: o primeiro objetivo traz os elementos mais evidentes relacionados à Athis, quais sejam a melhoria habitacional relacionada à garantia da moradia digna. Além disso, incorporou-se o conceito de saúde do *habitat*, cunhado no contexto deste projeto. A noção de *saúde do habitat* engloba as condições edilícias, sanitárias, ambientais e paisagísticas relacionadas à moradia e ao conjunto urbano que garantam qualidade e adequação do ambiente interno e externo da casa, assegurando a dignidade da vida de seus moradores e a valorização do lugar de vida.
- 2) Ampliar o campo de trabalho dos profissionais de arquitetura e urbanismo por meio da sensibilização e do fomento para atuação com Athis, notadamente via interiorização e com especial atenção a comunidades tradicionais e povos indígenas: o segundo objetivo associa-se ao campo profissional da arquitetura e urbanismo, mais especificamente a questões relacionadas ao conhecimento e fomento para atuação em Athis, bem como à ampliação do escopo de atuação em tal assistência, especificamente no que diz respeito à interiorização e ao trabalho com povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais do país.
- 3) Fortalecer a institucionalização da política pública de Athis democrática e participativa, com ganhos de escala e perene, mediante ações continuadas: o terceiro objetivo formulado relaciona-se às capacidades institucionais do CAU em contribuir para a institucionalização da política pública de Athis, visto que, na etapa de formulação da árvore do problema e também nos fatores de contexto – que serão apresentados adiante neste relatório –, questões associadas a descontinuidade, desconhecimento, falta de processos participativos e outros fatores limitam a Athis. Atualmente, há projetos pontuais, de pequena escala, usualmente nas capitais dos estados.
- 4) Conscientizar a população dos seus direitos e consolidar uma cultura técnica aderente às condições da precariedade, garantindo processos continuados de melhoria habitacional: finalmente, o quarto objetivo também traz o elemento da continuidade, assim como no terceiro objetivo, mas abordando-o a partir da ótica da participação e da construção de uma cultura, observando como essencial que a população tenha conhecimento de seus direitos relacionados à habitação e particularmente à Athis, e, em contrapartida, que o campo técnico – não apenas da arquitetura e urbanismo, mas, de maneira ampla, todos os campos que atuam na Athis – tenha uma cultura que reconheça e considere as condições da precariedade nas cidades brasileiras. Desse modo, os quatro objetivos apresentados constituem mais um dos elementos do modelo lógico que servem de base para a construção programática relacionada à política pública de Athis. Os objetivos podem e devem orientar e calibrar ações estratégicas da instituição na proposição e efetivação de programas e ações.

4.3.5 Público-alvo

A análise das entrevistas realizadas com os CAU/UFs, bem como das ações já desenvolvidas por estes e pelo CAU/BR no campo da Athis, evidenciou a existência de cinco grupos que constituem o público-alvo das ações do CAU na promoção da Athis.

O primeiro grupo é o de profissionais, formado majoritariamente por profissionais do campo da arquitetura e urbanismo, uma vez que o projeto se dá a partir do escopo de atuação do CAU, mas é possível observar a percepção de que a Athis se dê a partir de trabalhos multi e interdisciplinares, ampliando o escopo desta categoria para outros profissionais que possam atuar em Athis, como é o caso de assistentes sociais, engenheiros, profissionais da educação, entre outros. No caso dos profissionais de arquitetura e urbanismo, observa-se um destaque para aqueles recém-formados, que podem contribuir para a formação e disseminação de uma cultura em Athis dentro do seu próprio território.

O segundo grupo observado é o de comunidades em assentamentos precários. É relevante pontuar que este grupo se expande para além dos beneficiários definidos na Lei de Athis, e esta expansão se dá a partir de critérios de vulnerabilidade socioespacial particulares das distintas realidades socioterritoriais observadas pelo país. É válido lembrar que os beneficiários constituem uma parcela do grupo de pessoas em habitações precárias abrangidos e priorizados no escopo da legislação, tendo em vista que os recursos disponíveis não são suficientes para atender integralmente todos aqueles que necessitam de melhorias habitacionais. Além disso, a definição deste público-alvo como um coletivo aponta para o entendimento de que, ao menos como política pública, deva ser superado o lema *uma família, um profissional de arquitetura* (IAB, 2010).

O terceiro grupo do público-alvo é o poder público, que representa os atores executores da política pública ou então aqueles que viabilizam ou mesmo asseguram este direito – por meio de regulamentação ou alocação orçamentária, por exemplo. Este grupo é representado por uma ampla gama de profissionais nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no âmbito federal, estadual e municipal. Também se observam distinções, nas ações já desenvolvidas pelos CAU/UFs, na atuação com gestores públicos, atores políticos e técnicos do poder público.

O quarto grupo alvo de ações relacionadas à Athis é a comunidade acadêmica. Este grupo é majoritariamente formado pelos estudantes de graduação e pós-graduação das instituições de ensino superior brasileiras, sendo foco de ações relacionadas à sensibilização e capacitação para o campo da Athis. Contudo, também estão inseridos neste grupo atores como professores, pesquisadores e técnicos. A distinção entre o grupo da comunidade acadêmica e o dos profissionais *lato sensu* desvela a existência de duas linhas de trabalho necessárias no campo do fomento da Athis a partir do CAU – relativa à formação dos profissionais, mas também à sua atuação profissional, como pôde ser observado na árvore do problema.

Finalmente, o quinto grupo que compõe o público-alvo da Athis é o grupo dos movimentos sociais, que representa as diferentes formas de organização comunitária presentes nas cidades e no campo. A partir dos dados coletados com os CAU/UFs, a relevância deste grupo se deve ao conhecimento da realidade local, envolvendo aspectos muitas vezes determinantes

para o sucesso dos projetos de Athis, como questões culturais e dinâmicas locais próprias. Além disso, este grupo tem se mostrado um parceiro essencial nas ações de Athis bem-sucedidas que foram desenvolvidas pelos CAU/UFs.

4.3.6 Fatores de contexto

Os fatores relevantes de contexto são elementos da metodologia do modelo lógico que buscam identificar possíveis influências do contexto na implementação das ações relacionadas à Athis.

Os fatores de contexto encontram-se fora da governabilidade dos responsáveis pela execução das ações de Athis – nesse caso, os CAU/UFs – e podem favorecer a implementação do programa, quando são considerados fatores favoráveis; contudo, também podem prejudicar ou até mesmo impedir esta implementação, sendo, neste caso, identificados como desfavoráveis.

O panorama de fatores de contexto identificados a partir das entrevistas com os CAU/UFs foi de 145 fatores de contexto favoráveis e 153 desfavoráveis. O tratamento destes dados se deu a partir de seu agrupamento por categorias, seguido pela seleção daqueles fatores mais relevantes em cada categoria.

A seguir (quadro 7), são apresentados os principais fatores de contexto favoráveis e suas categorias.

QUADRO 7
Principais fatores de contexto favoráveis e suas categorias

Fator de contexto favorável	Categoria
Poder de representação dos movimentos sociais	Articulação
Articulação com prefeituras	Articulação
Articulação com a Agenda 2030	Articulação
Apoio do CAU/BR	Articulação
Articulação com atores locais	Articulação
Articulação com a defensoria pública	Articulação
Interesse dos agentes políticos em Athis	Articulação
Parceria com o poder público	Parceria
Convênio com a companhia de habitação local	Parceria
Parceria com a defensoria pública	Parceria
Parceria/proximidade com movimentos sociais	Parceria
Parceria com a universidade	Parceria
Parceria com empresas locais	Parceria
Expectativa em relação ao novo governo	Poder público
Adesão do Legislativo	Poder público
Athis no plano de governo estadual	Poder público
Multidisciplinaridade para execução da política de Athis	Multidisciplinaridade
Arquitetos(as) jovens dispostos(as) a trabalhar com Athis	Profissionais
Interesse nos editais	Profissionais

(Continua)

(Continuação)

Fator de contexto favorável	Categoria
Profissionais de arquitetura e urbanismo em cargos de gestão	Profissionais
Incentivo dos cursos de graduação para Athis	Universidade
Legislação municipal/estadual específica	Legislação
Ambiente físico com menor propensão a situações de risco/desastres	Questões socioterritoriais

Elaboração dos autores.

Foram definidas oito categorias para os fatores de contexto favoráveis, sendo elas: articulação, parceria, poder público, multidisciplinaridade, profissionais, universidade, legislação e questões socioterritoriais.

A categoria de articulação foi a mais representativa, com sete fatores de contexto favoráveis. Nesta categoria, observam-se majoritariamente questões de articulação com outros atores, notadamente aqueles do poder público – prefeituras, defensoria pública e agentes políticos –, mas também de outros atores locais, com destaque para os movimentos sociais, especialmente no que se refere a seu poder de representação – tópico já abordado na subseção acerca do público-alvo. Além dos atores externos ao CAU, também se nota a extrema relevância da articulação dos CAU/UFs com o CAU/BR, sendo este um apoio amplamente valorizado pelos CAU/UFs. Por fim, esta categoria traz uma articulação não com um ator, mas, sim, com a Agenda 2030, revelando a atenção dos CAU/UFs para os debates internacionais e para a relação da Athis com a agenda da sustentabilidade.

A segunda categoria dos fatores de contexto favoráveis é a parceria, complementar à categoria de articulação, que evidencia os CAU/UFs como importantes atores articuladores e impulsionadores da Athis no território. Nas parcerias, observa-se novamente o destaque para o poder público, especialmente as companhias de habitação locais e a defensoria pública. Em outros eixos aparecem atores diretamente relacionados ao público-alvo anteriormente apresentado, como é o caso das universidades e dos movimentos sociais. Finalmente, a parceria com empresas locais é citada como favorável para o desenvolvimento de ações de Athis.

Ainda que o poder público seja majoritário no favorecimento à implementação de ações de Athis em ambas as categorias, a presença de grupos diversos e da agenda internacional revela a amplitude do escopo de atuação e atenção dos CAU/UFs com relação à pauta de tal assistência.

A terceira categoria foca exclusivamente fatores favoráveis relacionados ao poder público, sendo relacionada às expectativas positivas associadas ao novo governo federal e a uma esperada sensibilidade e priorização da pauta de Athis na agenda pública nacional. Para além desta expectativa, a prática dos CAU/UFs tem revelado como positiva a adesão do Poder Legislativo à pauta de Athis, assim como a relevância de sua inserção no plano de governo para impulsionar e dar maior escala às ações desenvolvidas.

A categoria da multidisciplinaridade foi também previamente abordada na subseção sobre público-alvo, e registrou-se como um fator de contexto positivo o fato de a política de Athis ser executada a partir de uma perspectiva multidisciplinar, envolvendo uma amplitude de atores para além da arquitetura e do urbanismo.

Na questão dos profissionais, foi percebida como favorável a disposição dos profissionais de arquitetura e urbanismo, particularmente os recém-formados, em atuar na temática de Athis, inclusive por meio dos editais elaborados pelos CAU/UFs. Além disso, a presença de profissionais de arquitetura e urbanismo em cargos de gestão também foi apontada como favorável para a pauta de Athis de modo geral.

A categoria universidade apontou como favorável o incentivo de cursos de graduação voltados para a temática da Athis, seja incluindo disciplinas na grade curricular, promovendo projetos de extensão, premiando trabalhos de conclusão nesta área ou, ainda, proporcionando experiências práticas relativas à melhoria habitacional.

Por sua vez, na categoria legislação, é relevante apontar que, apesar da existência da Lei de Athis, os CAU/UFs têm observado como fator favorável a existência de legislações específicas de Athis em âmbito estadual e municipal, como um fator impulsionador da Athis no território.

Finalmente, na categoria de questões socioterritoriais, levantam-se, como fatores positivos para a Athis, os locais que possuem características físicas e geográficas que resultam em menor propensão a situações de risco e/ou desastres.

No quadro 8, são apresentados os principais fatores de contexto identificados como desfavoráveis, assim como suas categorias.

QUADRO 8

Principais fatores de contexto desfavoráveis e suas categorias

Fator de contexto desfavorável	Categoria
"Burocracia sempre encontra argumentos para não fazer"	Política pública
Descontinuidade de ações voltadas à Athis	Política pública
Falta de dados	Política pública
Questões orçamentárias	Política pública
Desconhecimento da Lei de Athis	Política pública
Ciclo de remoção – retorno	Política pública
Baixa rentabilidade da atividade econômica em Athis	Profissional
Desinteresse do profissional pela Athis	Profissional
Dificuldade de gestão e desconhecimento em relação aos editais e contratos	Profissional
Contexto político	Política
Descontinuidade advinda da troca de governo	Política
Calendário eleitoral	Política
Outros atores não fomentam Athis	Desarticulação
Poucas instituições atuando em Athis	Desarticulação
Desconsideração das realidades locais	Questões socioterritoriais
Crise migratória (refugiados)	Questões socioterritoriais
Inadequação de legislações estaduais e municipais	Legislação
Falta de atuação da universidade no campo de Athis	Universidade

Elaboração dos autores.

Os fatores de contexto desfavoráveis foram organizados em sete categorias: política pública, profissional, política, desarticulação, questões socioterritoriais, legislação e universidade. A existência de categorias iguais ou semelhantes àquelas dos fatores de contexto favoráveis revela que as mesmas questões, ou questões das mesmas áreas, podem contribuir para ou dificultar a implementação da Athis.

Na categoria política pública, com maior representatividade, foram elencadas questões que, não apenas na política de Athis, podem dificultar ou até mesmo impedir o desenvolvimento de ações, projetos e programas, ou então podem minar seu sucesso, efetividade e eficácia, como é o caso de questões burocráticas, que por vezes se apresentam como obstáculos no processo, ou ainda a falta/inexistência de dados para o planejamento das ações, a descontinuidade, questão presente nos objetivos anteriormente apresentados, além do desconhecimento da Lei de Athis, que prejudica sua inserção na agenda política, e da falta ou insuficiência de orçamento. Além disso, o fator *ciclo de remoção-retorno* revela como a implementação de medidas inadequadas e/ou que não considerem amplamente o contexto em que a situação de habitação precária está inserida pode levar ao dispêndio de recursos que não resolvem o problema, o qual permanece e pode até mesmo agravar-se.

A categoria profissional elenca fatores desfavoráveis para a Athis que superam a falta de interesse dos profissionais em atuar neste campo, apontando o próprio desconhecimento destes sobre o direito à Athis. Outra questão elementar nessa categoria é a baixa remuneração do campo de trabalho em geral, que deprime ainda mais a atividade relacionada a políticas públicas de interesse social. Ou seja, não há interesse nem rentabilidade do mercado, o que impossibilita o profissional de atuar em campos alternativos.

A categoria política, por sua vez, apresenta questões que se associam à descontinuidade e também à falta de institucionalização dessa política pública, que fica vulnerável em função de questões relacionadas ao calendário eleitoral e ao contexto político corrente.

No caso da categoria (des)articulação, são apontados como desfavoráveis o fato de que poucas instituições atuam em Athis e que outros atores não têm atuado no fomento a tal assistência, o que acaba limitando a implementação desta política e também sobrecarregando o CAU, enquanto instituição que atua nesse eixo da Athis como fomentadora e articuladora.

Nas questões socioterritoriais, foram elencados como fatores desfavoráveis a descon sideração das realidades locais, o que aparece explicitamente no problema formulado e previamente apresentado, além de questões como crises migratórias e a presença de refugiados nos territórios, agravando as situações já complexas da precariedade da moradia no país.

No eixo da legislação, as questões da inadequação e da inexistência de legislações estaduais e municipais que abordem a Athis são elencadas como desfavoráveis para o sucesso das ações de Athis, o que pode ser visto como complementar ao que foi observado na categoria legislação dos fatores de contexto favoráveis.

Finalmente, na categoria universidade, também complementar àquilo que foi observado na categoria homônima dos fatores de contexto favoráveis, está a falta de atuação da universidade em Athis, em relação tanto à grade curricular dos cursos de arquitetura e urbanismo quanto às questões de fomento e acesso a experiências práticas neste campo de atuação.

4.3.7 Resultados intermediários e resultado final

Os resultados, na estrutura da metodologia do modelo lógico, dividem-se em resultados intermediários e resultado final. Os resultados intermediários são consequências das ações e de seus produtos, que serão apresentados a seguir.

Esses resultados intermediários evidenciam mudanças nas causas – em especial nas causas críticas – do problema e, por sua vez, levam ao resultado final esperado, que está diretamente relacionado ao(s) objetivo(s) do programa, resultando em mudança(s) no problema, sejam elas específicas no comportamento, no conhecimento, nas habilidades, no *status* ou no nível de desempenho do programa, podendo incluir a melhoria das condições de vida, o aumento da capacidade e/ou as mudanças na arena política relacionada ao problema.

As informações utilizadas para a elaboração dos resultados foram advindas da documentação analisada e das entrevistas realizadas com os CAU/UFs, assim como da árvore do problema elaborada. Nas entrevistas, duas questões do roteiro contribuíram especificamente para a elaboração dos resultados, sendo elas:

- As ações desenvolvidas pelos CAU/UFs e o CAU/BR estão agindo sobre as causas críticas do problema?
- Os produtos dessas ações estão atingindo ou concorrendo para os resultados esperados?

Assim, foram elaborados o resultado final e seis resultados intermediários divididos em dois eixos: i) políticas públicas; e ii) setor econômico/formação. O resultado final elaborado foi apresentado no box 3.

BOX 3

Formulação do resultado final esperado

Por meio das ações definidas pela Lei de Athis e com a participação dos profissionais de arquitetura e urbanismo: direito à moradia digna e à saúde do habitat assegurados, garantindo a autonomia das famílias em relação às prioridades do projeto, a conscientização de seus direitos e os meios para a execução total ou incremental das obras.

Elaboração dos autores.

É possível observar como o resultado final encontra-se diretamente articulado com o problema, trazendo os profissionais de arquitetura e urbanismo definitivamente para a implementação da política, que, após implementada, não apenas contribui para a moradia digna em detrimento da precariedade habitacional, mas também possibilita a autonomia às famílias em relação à moradia, uma vez que estas possuem conhecimento sobre seus direitos e quais são os instrumentos para efetivarem seus direitos de maneira segura, atendendo às suas necessidades particulares.

No caso dos resultados intermediários, a seguir são apresentados três relacionados ao eixo das políticas públicas.

- 1) Capacidades técnicas e de gestão administrativas, jurídicas e operacionais instaladas no poder público suficientes e aderentes à dimensão das precariedades habitacionais e politicamente comprometidas com a efetivação das políticas de Athis: este resultado intermediário está mais diretamente atrelado à política pública em sentido amplo, buscando que a estrutura existente seja adequada e capaz de efetivar as políticas de Athis.

- 2) Programas e ações associados às políticas públicas de assessoria técnica e melhoria do *habitat*, públicos e privados, aderentes às diversidades sociais e desigualdades territoriais com efetiva participação das comunidades e movimentos sociais: o segundo resultado intermediário traz maior presença do componente participativo das políticas públicas, evidenciando a importância de envolver as comunidades e movimentos sociais no processo, além de garantir que as ações relacionadas à Athis, sejam elas de iniciativa pública ou privada, reconheçam e considerem as diversidades sociais e as desigualdades territoriais existentes no país, fugindo de modelos e/ou receituários comuns a todo o território nacional.
- 3) Normas e regulações públicas (técnicas, edilícias, fundiárias e administrativas) adaptadas às práticas de melhoria habitacional e às formas de operacionalização da Athis elaboradas com a participação de comissões e fóruns técnicos e sociais: o terceiro resultado intermediário, último no eixo das políticas públicas, relaciona-se à questão das normas e regulações que muitas vezes estão descoladas, não reconhecem e não incorporam a realidade da precariedade e, conseqüentemente, as práticas de melhoria habitacional. Este resultado depende, portanto, de articulações de atores conhecedores destas práticas e desta lógica, para que possam apresentá-la e construir/adequar coletivamente normas que provejam maior segurança e viabilidade na atuação em Athis.

Os três últimos resultados intermediários associam-se ao campo econômico relacionado à Athis, assim como à formação dos profissionais.

- 4) Setor econômico e circuitos locais de produção relacionados à Athis estruturados e atividade profissional visibilizada e valorizada simbolicamente, remunerada de maneira competitiva: o quarto resultado intermediário traz a estruturação do setor econômico relacionado à Athis. Um setor que, apesar de ser comumente considerado como informal, está formalmente constituído de diversas maneiras, com a aplicação de tecnologias que permitem estruturar organizações e insumos, e que, além de movimentar recursos financeiros significativos, edifica a maior parcela do espaço urbano, sendo de relevância nacional também nas esferas social, econômica e política. Este resultado também traz o elemento de visibilização e valorização do profissional de arquitetura e urbanismo, tanto no quesito simbólico quanto no econômico.
- 5) Escritórios e profissionais de arquitetura e urbanismo capacitados para a atuação multidisciplinar em Athis em todo o território, sensíveis às diversidades sociais e às realidades da precariedade habitacional e agindo com responsabilidade social: o quinto resultado intermediário reflete questões elencadas previamente neste relatório, relativas à falta de preparo dos profissionais de arquitetura e urbanismo para atuar em Athis, assim como à falta de conhecimento e reconhecimento da realidade da precariedade habitacional, sendo um resultado amplamente associado à prática profissional em arquitetura e urbanismo qualificada e adaptada para a Athis.
- 6) Estrutura curricular do ensino superior e extensão universitária transformados e adaptados à realidade das precariedades habitacionais e do ambiente construído, garantindo a formação de profissionais de arquitetura e urbanismo comprometidos e suficientes para a efetivação da Athis: finalmente, o sexto resultado intermediário foca a formação dos profissionais, abordando a questão da grade curricular previamente mencionada e trazendo a questão da extensão universitária, que tem a possibilidade de apresentar a realidade e proporcionar a vivência aos alunos, ao mesmo tempo que pode impactar as realidades e incentivar maior articulação entre

este público-alvo, aquele das comunidades em assentamentos precários e, ainda, o dos movimentos sociais.

Observa-se que os resultados intermediários trazem maior detalhamento, relacionando-se direta e indiretamente as questões previamente abordadas e outros elementos do modelo lógico, de modo que tais elementos pontuais destes resultados intermediários precisam ser equacionados para que seja possível atingir o resultado final.

4.3.8 Ações e produtos

A partir das três fontes de informação utilizadas para elaboração do modelo lógico, foram elencadas setecentas ações desenvolvidas pelos CAU/UFs no campo da Athis. Deste banco de dados inicial, foram identificadas: i) repetições; ii) ações que efetivamente representavam insumos para uma ação; e iii) ações que representavam intenções.

Chegou-se, assim, a 154 ações finais desenvolvidas ou em vias de serem desenvolvidas pelos CAU/UFs em Athis.

Tendo em vista o elevado volume de ações, buscando trazer maior organização e facilidade em sua compreensão, as ações foram divididas em dez temas estratégicos para a atuação do CAU em Athis.

No quadro 9, são apresentadas essas categorias, as quais são posteriormente detalhadas nas figuras 7 a 16; nestas são apresentadas as ações, os produtos resultantes de cada uma e os resultados intermediários que tais ações contribuem para alcançar.

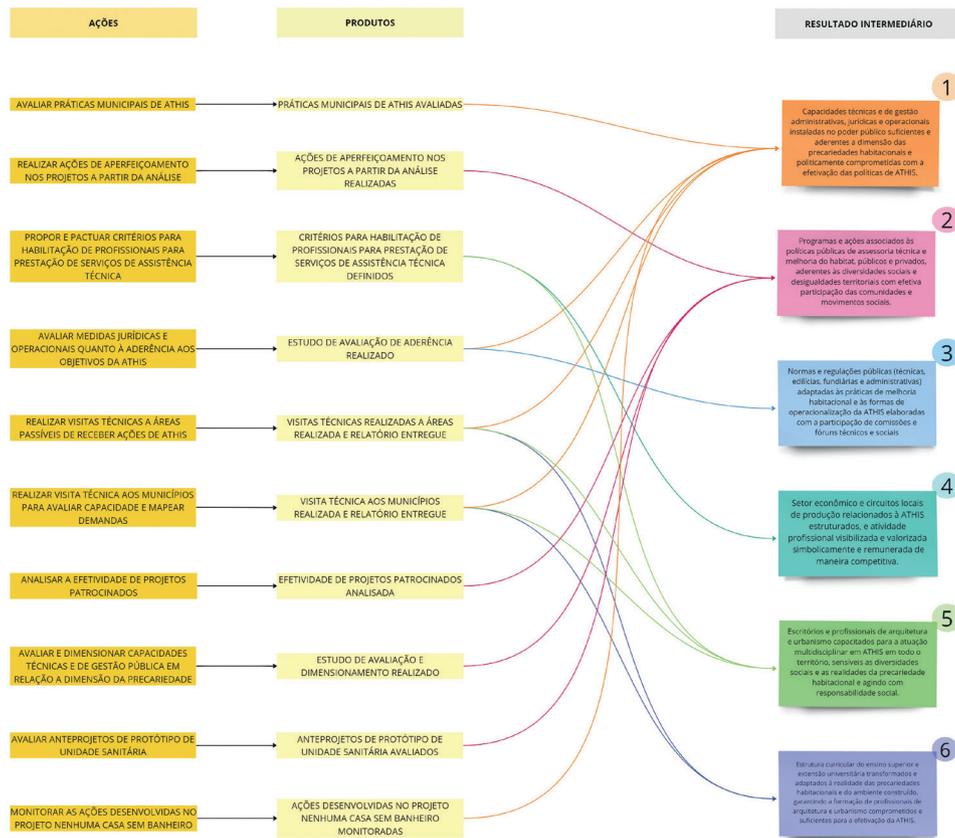
QUADRO 9
Dez temas estratégicos para atuação em Athis

Temas estratégicos para atuação em Athis
Avaliação
Diagnóstico e banco de dados
Elaboração de projeto
Eventos de capacitação
Eventos de divulgação
Eventos de sensibilização
Interno
Materiais de comunicação
Obra
Formação universitária

Elaboração dos autores.

No tema avaliação, observam-se dez ações que abordam a avaliação em um escopo amplo, desde a avaliação de práticas municipais em Athis, passando por avaliações internas, avaliações de normativos em relação a sua aderência à Athis, entre outras. A figura 7 traz as ações, produtos e resultados deste tema.

FIGURA 7
Ações, produtos e resultados intermediários: avaliação

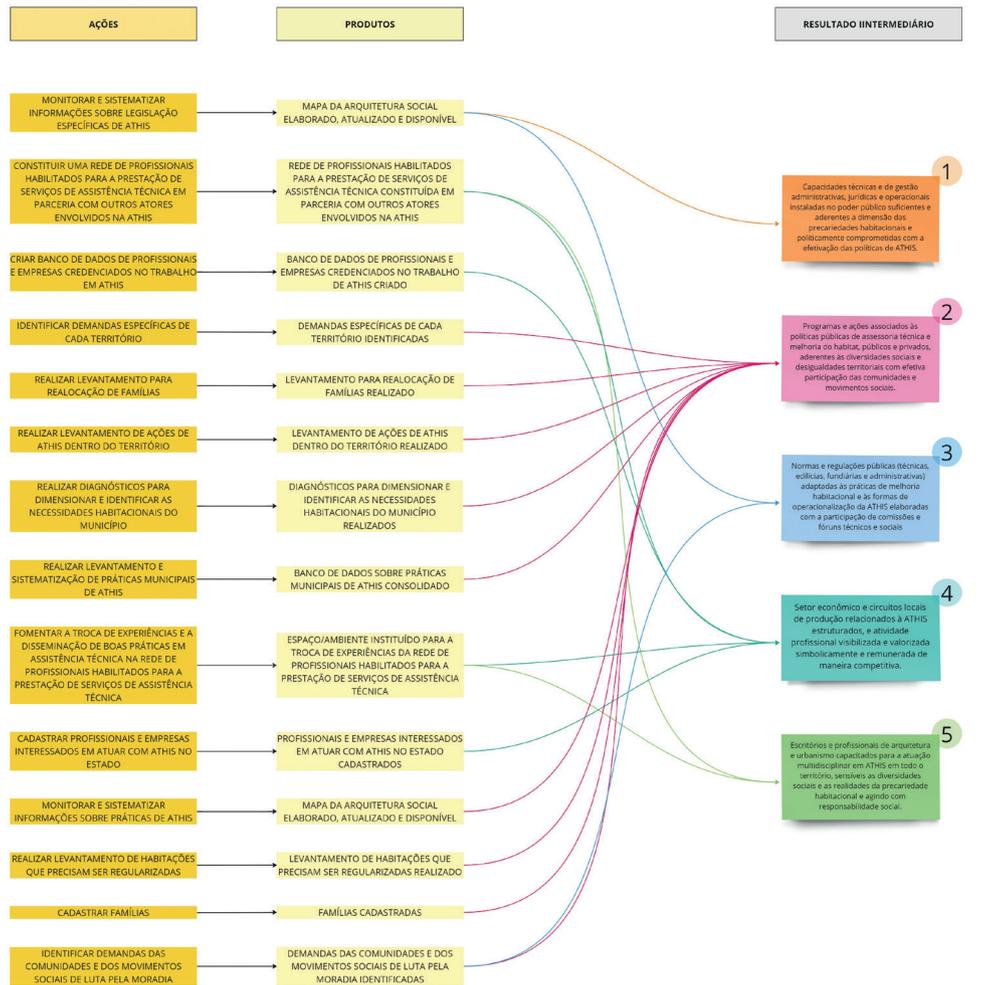


Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Por sua vez, no tema diagnóstico e banco de dados, encontram-se catorze ações, sendo estas tanto para o levantamento de informações ainda não existentes e diagnósticos específicos quanto para a sistematização das informações já existentes – quando oportuno, em banco de dados –, facilitando o planejamento e desenvolvimento de tais ações. A figura 8 as apresenta com seus produtos e resultados relacionados.

FIGURA 8
Ações, produtos e resultados intermediários: diagnóstico e banco de dados

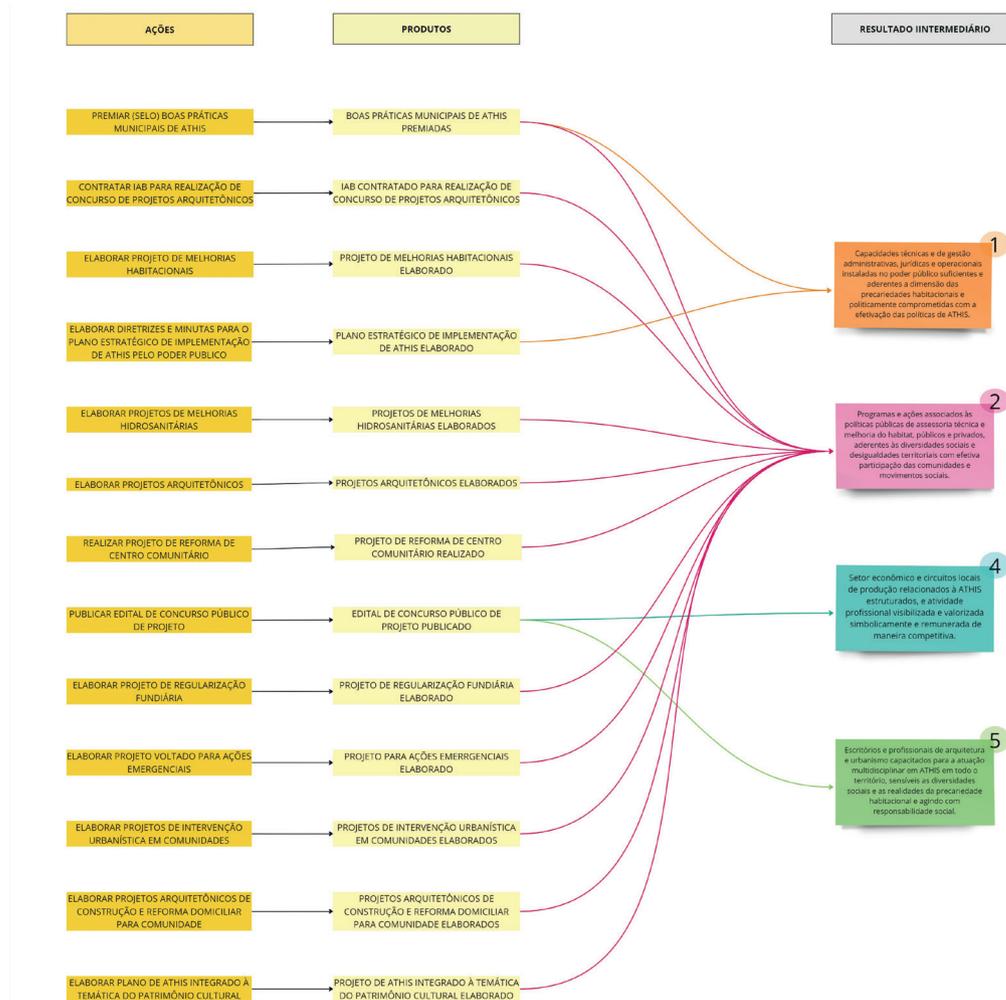


Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O tema estratégico elaboração de projeto contempla treze ações que vislumbram a elaboração de planos e projetos relacionados a distintos temas relevantes para a Athis, como é o caso das melhorias hidrossanitárias e intervenções urbanísticas, por exemplo. A figura 9 apresenta estas ações, bem como seus produtos correlatos e resultados intermediários relacionados.

FIGURA 9
Ações, produtos e resultados intermediários: elaboração de projeto

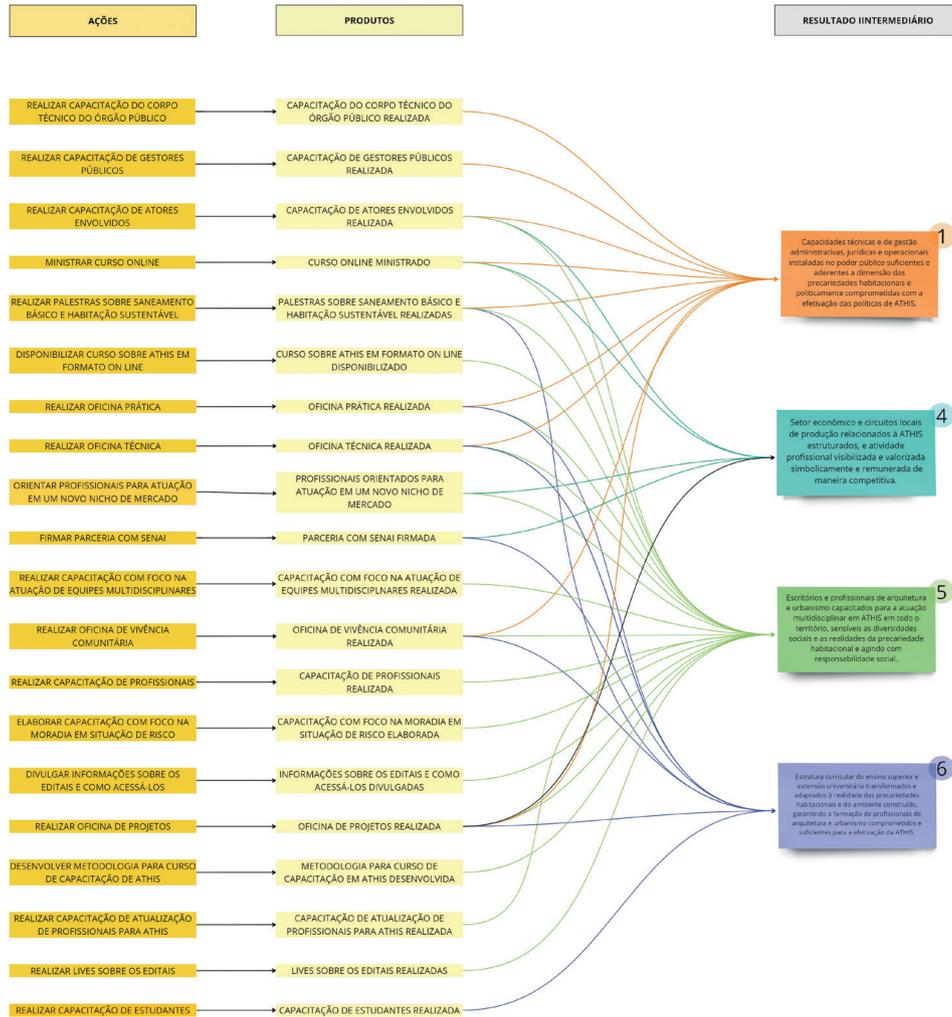


Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No tema estratégico eventos de capacitação, são apresentadas as vinte ações que designam os distintos formatos, temas e públicos-alvo das capacitações desenvolvidas pelo CAU, sobre questões mais amplas, mais específicas, multidisciplinares, entre outras. Vale ressaltar um foco majoritário na capacitação de profissionais de arquitetura e urbanismo e um menor foco, mas já existente, nos estudantes. É possível avaliar a ampliação da capacitação para outros públicos-alvo. A figura 10 apresenta estas ações, produtos e os resultados intermediários relacionados.

FIGURA 10
Ações, produtos e resultados intermediários: eventos de capacitação

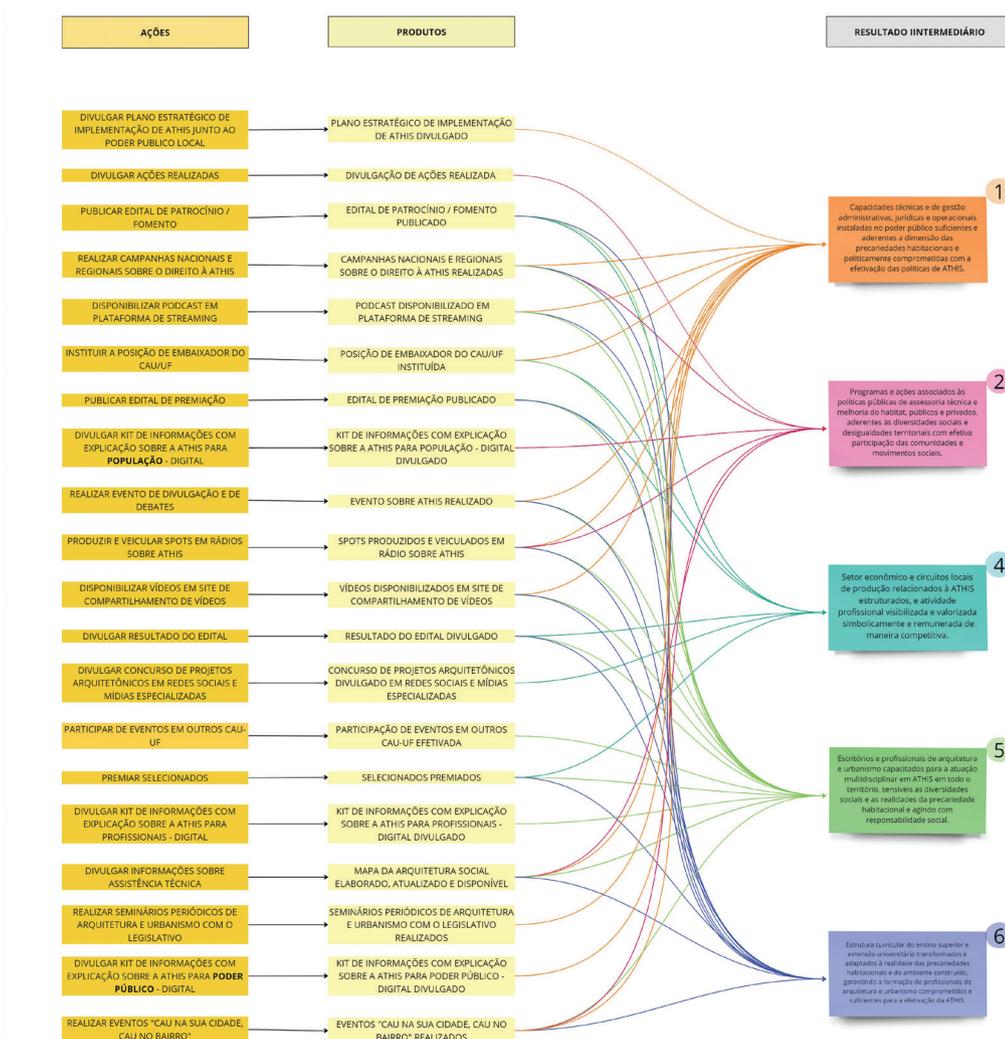


Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O quinto tema estratégico é de eventos de divulgação relacionados à Athis, contemplando também vinte ações. Estas detalham os temas específicos, formatos de divulgação, assim como o público-alvo foco de cada uma delas. As ações, produtos e resultados intermediários deste tema são apresentados na figura 11.

FIGURA 11
Ações, produtos e resultados intermediários: eventos de divulgação

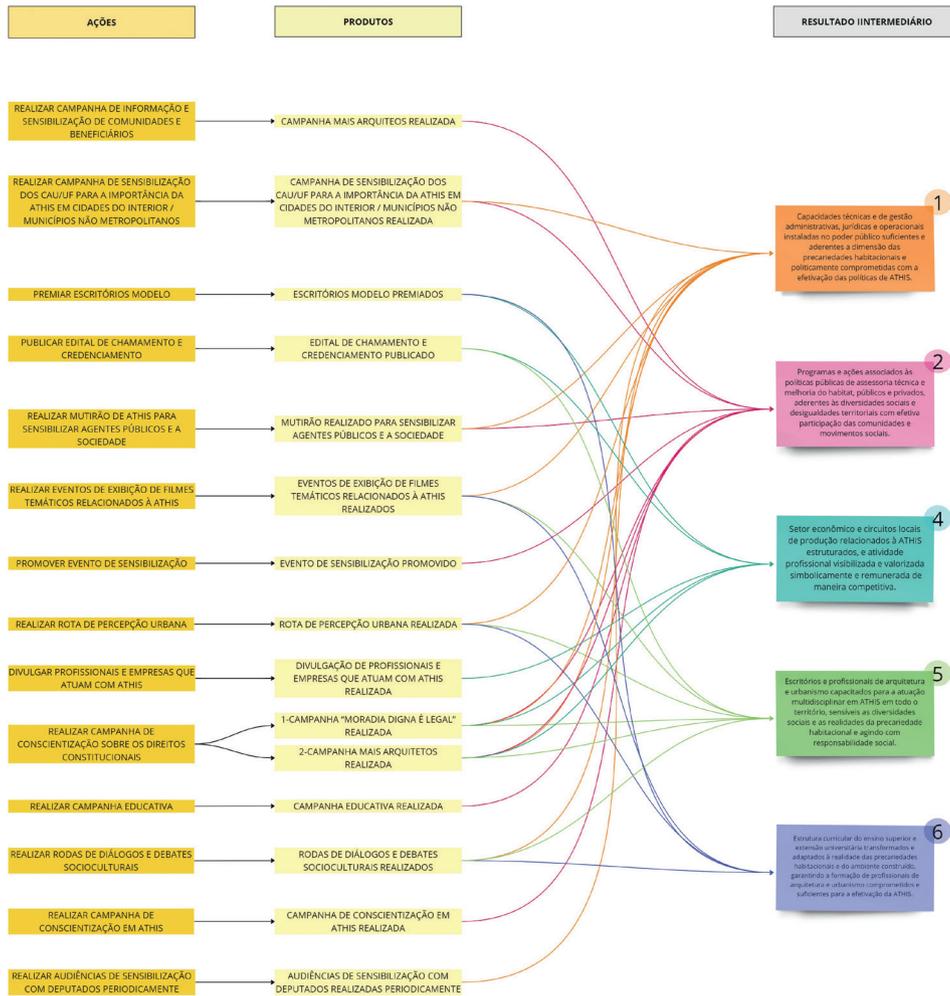


Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos layout e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O próximo tema estratégico é o de eventos de sensibilização, que traz catorze ações e seus produtos relacionados a ações do CAU, cujo objetivo é sensibilizar diferentes públicos-alvo com relação à Athis e temáticas relacionadas. A figura 12 apresenta estas ações, produtos e os resultados intermediários relacionados.

FIGURA 12
Ações, produtos e resultados intermediários: eventos de sensibilização

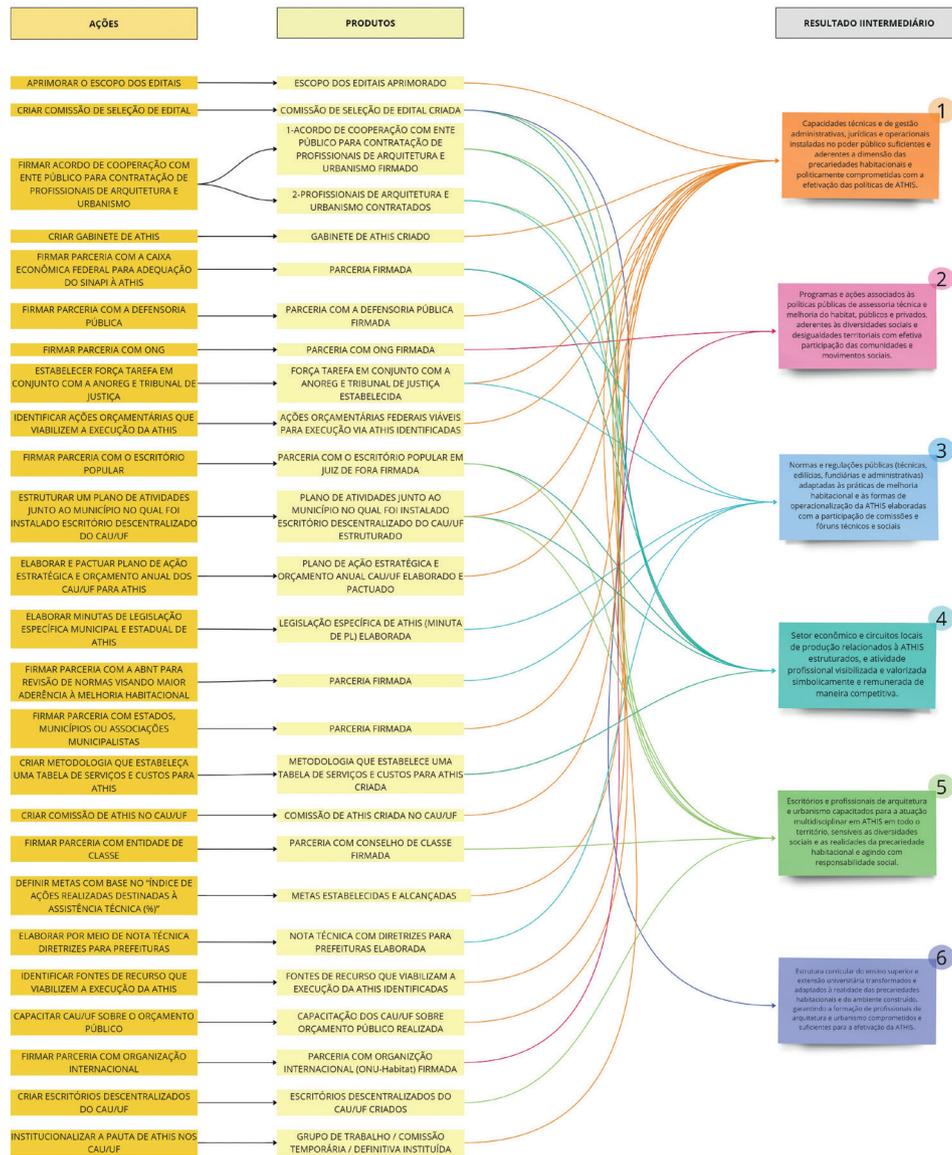


Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O sétimo tema estratégico de atuação foi denominado interno e apresenta 25 ações de cunho interno ao CAU que contribuem para o fortalecimento, o fomento e a institucionalização da Athis na estrutura do próprio CAU. Estas ações também se relacionam com o perfil articulador do CAU em relação à pauta de Athis. A figura 13 as apresenta com seus produtos correlatos e resultados intermediários relacionados.

FIGURA 13
Ações, produtos e resultados intermediários: interno

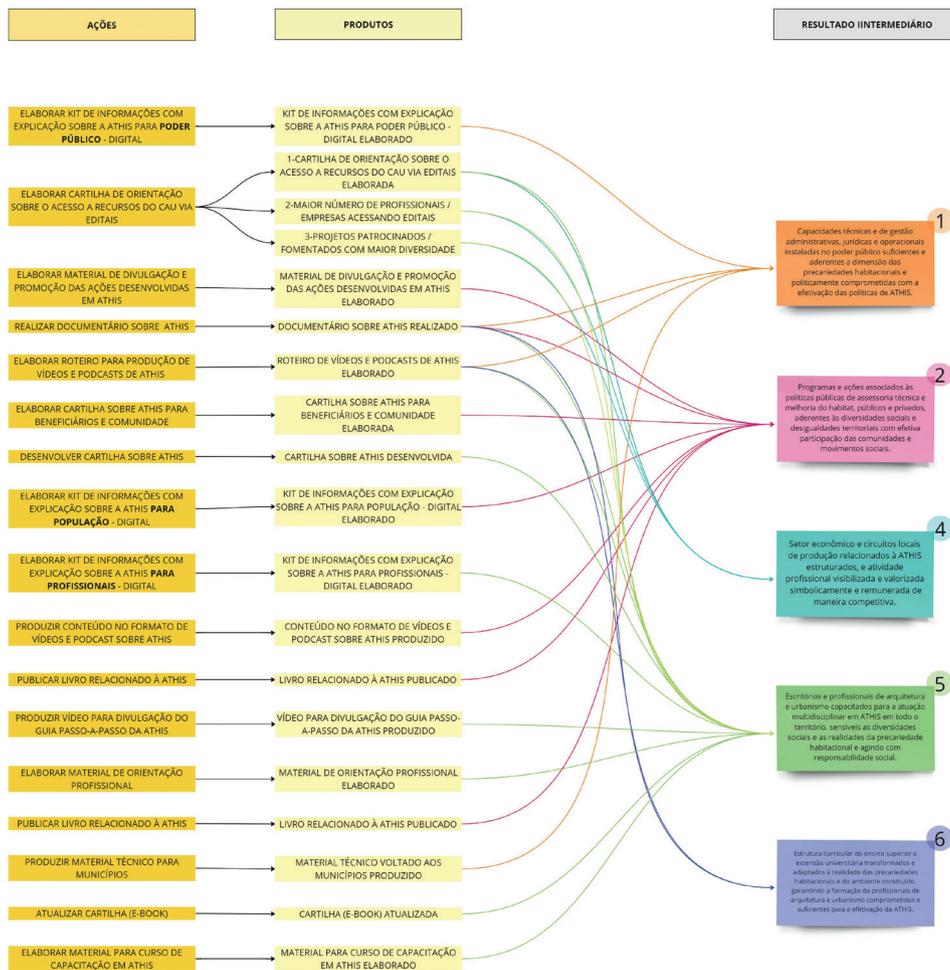


Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos layouts e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O tema estratégico materiais de comunicação apresenta dezessete ações que representam as diferentes tipologias, temáticas, públicos-alvo e meios de veiculação dos materiais de comunicação desenvolvidos sobre a temática da Athis e temáticas correlatas. É importante ressaltar que esta temática tem forte relação com outras, especialmente os eventos de capacitação, divulgação e sensibilização. A figura 14 apresenta as ações, produtos resultantes e resultados intermediários relacionados a elas.

FIGURA 14
Ações, produtos e resultados intermediários: materiais de comunicação

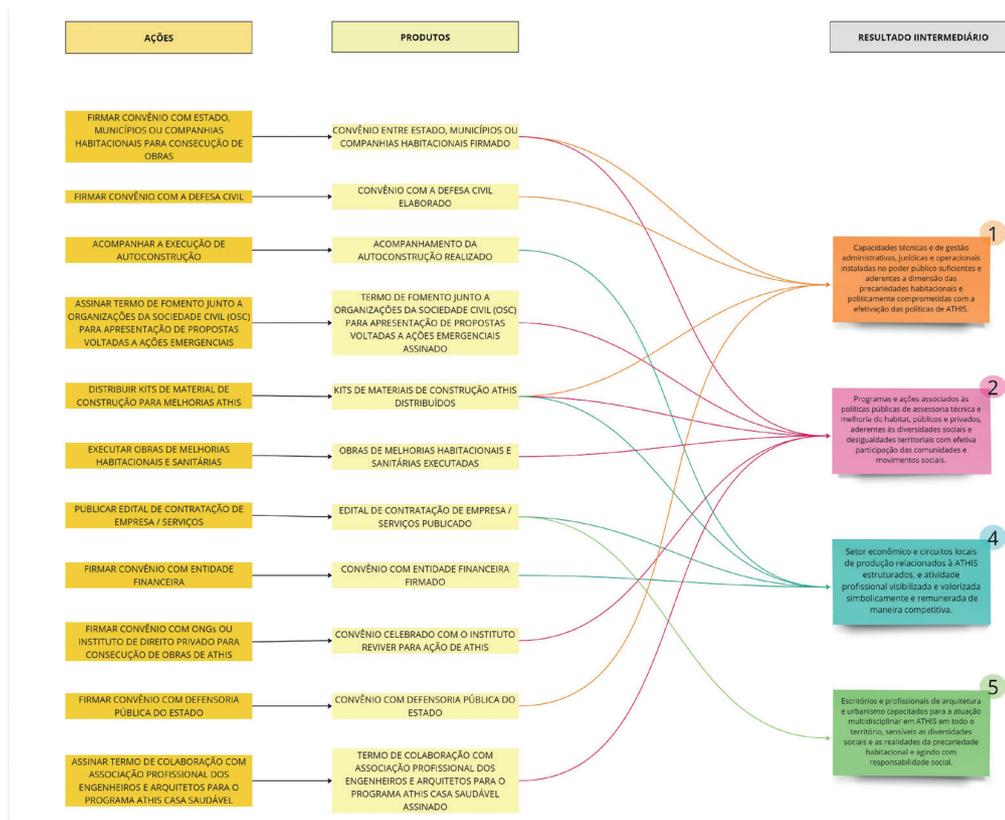


Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A nona temática estratégica foi denominada obra e apresenta onze ações relacionadas à execução de obras apoiadas indiretamente pelo CAU, uma vez que este não é um ator executor de obras. São observados diversos convênios com outros atores para viabilizar estas execuções. A figura 15 traz estas ações, seus produtos resultantes e resultados intermediários relacionados.

FIGURA 15
Ações, produtos e resultados intermediários: obra

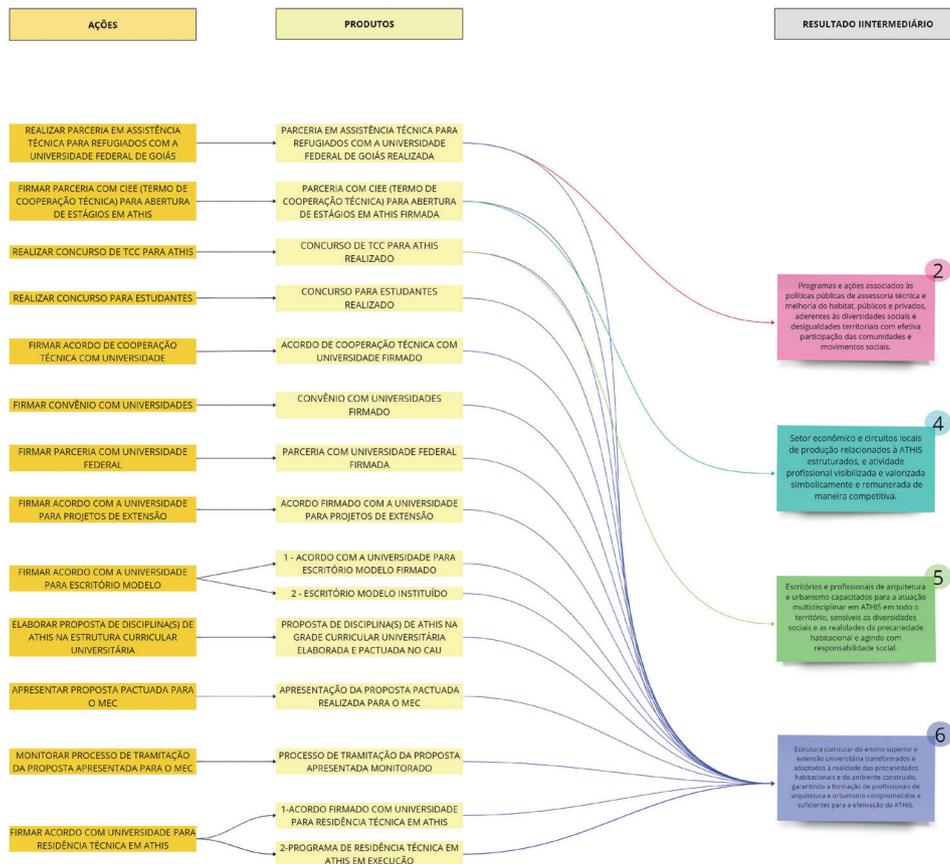


Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Finalmente, a última temática estratégica definida para atuação em Athis foi formação universitária, que contempla treze ações desenvolvidas, ou a serem desenvolvidas, a fim de buscar maior proximidade e integração da temática de Athis com a universidade, desde ações no sentido de adicionar a Athis à grade curricular da graduação até aquelas relacionadas à articulação, ao estímulo e ao fomento da Athis na universidade. As ações, produtos e resultados relacionados são apresentados na figura 16.

FIGURA 16
Ações, produtos e resultados intermediários: formação universitária



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Como anteriormente apontado, as dez temáticas e suas ações permitem constatar que o CAU já tem desenvolvido diversas ações no campo da Athis, ainda que, na maior parte das vezes, de maneira pouco articulada. Essa diversidade de ações, ainda que não concatenadas até o momento, revela esforços robustos que possibilitam uma construção programática que se quer consistente e, sobretudo, aplicável.

Entretanto, deve-se lembrar e considerar que o vasto conhecimento acumulado por parte do CAU/BR e dos CAU/UFs acerca dos processos, da prática e dos obstáculos e potencialidades existentes não reflete a totalidade aqui representada. Ou seja, o todo, ou a busca de se estruturar uma organização programática para o fomento de Athis a partir do CAU/BR, não se resume à diversidade e potencialidade da soma das partes.

A revisão dessa miríade de ações, bem como o aprofundamento de elementos anteriormente apresentados, será feita a seguir. A análise estratégica conduzida nesse momento da pesquisa permitiu, como também se verá adiante, produzir uma estruturação programática aderente à escala nacional do CAU/BR e em sintonia com as ações, os objetivos e os demais esforços de cada um dos CAU/UFs.

5 TRANSVERSALIZANDO E SINTETIZANDO OS ACHADOS INICIAIS

Após a apresentação da metodologia utilizada e dos resultados obtidos com a aplicação desta para a compreensão dos elementos estruturantes e explicativos das ações dos CAU/UFs e do CAU/BR no fomento à aplicação da Lei de Athis, parte-se agora para uma análise estratégica de alguns dos achados desta etapa da pesquisa.

A partir de todos os elementos e grupos de informação que constituem o modelo lógico, poderiam ser extraídas considerações estratégicas com vistas: i) ao aprimoramento das ações empreendidas; e ii) à formulação de uma estruturação programática adequada à escala nacional de fomento a partir do CAU/BR.

Na apresentação e descrição dos achados da pesquisa, seção 4 deste relatório, foram feitas considerações no sentido de aprimorar as ações já empreendidas e também as novas. Aqui são destacados quatro grupos de informações para o aprofundamento de uma análise estratégica que busca a estruturação programática na escala nacional.

Os grupos são: público-alvo; causas e causas críticas; fatores de contexto; e encadeamento de ações, produtos e resultados, analisando com profundidade as ações em curso e outras que foram apontadas pela equipe como necessárias.

Como se pode depreender da diversidade de públicos-alvo, de causas, de fatores de contexto e de ações que ensejou a organização de grupos e categorias, deve-se ter também claro que a ação focada em um público-alvo, por exemplo, coloca como prioridade um determinado grupo de ações que implicariam a confrontação de determinadas causas e estariam sujeitas a outras seleções de fatores de contexto.

Da mesma forma, a eleição de certas causas críticas, por exemplo, ligadas à formação universitária e a questões profissionais, irá definir um recorte de público-alvo, ações e produtos, além de fatores de contexto.

Ainda que óbvio, esse apontamento inicial pretende reforçar a necessidade de eleição prioritária de estratégias para as ações do CAU/BR. Poder-se-iam, por exemplo, definir diferentes estratégias para diferentes grupos de CAU/UFs que, conforme as pesquisas apontam, se encontram em níveis diversos na “curva de aprendizagem” de Athis.

5.1 Públicos-alvo: diferentes escalas e tipos de ação

Iniciando pelo grupo de profissionais, trata-se do público-alvo que se encontra, obviamente, mais próximo do CAU. A comunicação institucional com profissionais de arquitetura e urbanismo inscritos no conselho é direta, pode e deve ser utilizada como veículo para as ações que se dirigem a este grupo.

Em consonância com a estrutura programática das ações e produtos e sua necessária (re)formulação periódica a partir de avaliações estruturadas, caberia ainda a identificação dos profissionais que já realizaram ações que possam ser enquadradas, genericamente, como Athis ou como prática profissional assemelhada, de modo a segmentar a comunicação, tornando-a mais efetiva e aderente a sua inserção ou especialização profissional.

Especial atenção deveria ser dada aos recém-formados, por sua maior disposição e flexibilidade para fazer da Athis sua principal atividade profissional. Em contrapartida, seria recomendável identificar grupos ou situações regionais menos propícias à realização de Athis, neste caso, para buscar reverter esse quadro por meio de ações de sensibilização e capacitação, inclusive como estratégia de interiorização da implementação da Athis.

A parte desse público-alvo que engloba os profissionais de engenharia e de outras carreiras que possam ser coadjuvantes da Athis também mereceria atenção e formulação de uma estratégia de comunicação distinta, por parte do CAU.

Quanto ao grupo das comunidades em assentamentos precários, trata-se de público-alvo que pode ser melhor contatado por profissionais que já desenvolvem atividades nesses territórios. O CAU também poderia marcar presença por meio de campanhas, em meios mais assertivos com este público, que indiquem aos moradores das comunidades a existência do direito à Athis e as formas de acessá-la.

Outra forma de “chegar” às comunidades seria o CAU apoiar a instalação e manutenção de postos ou centros de referência de Athis, localizados no interior das comunidades, em ação combinada com as prefeituras municipais.

Reconhecendo tratar-se de um público-alvo relevante e prioritário, caberia ao CAU patrocinar ações que ampliem o conhecimento detalhado – da habitação e das infraestruturas, mas também laboral, das relações sociais etc. – dos assentamentos precários, identificando suas carências e potencialidades, como um passo necessário para que quaisquer outras ações de Athis sejam mais adequadas a esses contextos.

O terceiro grupo, referente ao poder público, é bastante segmentado, seja em relação à instância de poder à qual se conecta cada instituição, seja na posição que ocupa na ordem federativa.

Entre essas instâncias, as prefeituras municipais são certamente prioritárias, pelos diversos papéis que desempenham e que podem interagir com a Athis – aprovação de projetos e licenciamento de obras, execução direta ou indireta das obras, seleção de beneficiários, criação de bancos de materiais de construção etc. É provável que o maior contingente de profissionais de arquitetura e urbanismo, ao menos nas maiores cidades, esteja concentrado nas prefeituras municipais, reforçando a importância desse segmento que combina ambos os públicos-alvo.

Por sua vez, alguns governos estaduais já têm mostrado capacidade de aportar materiais de construção para a execução de melhorias habitacionais com Athis, podendo-se dizer que essa “vocação” deveria ser estimulada em outros contextos.

Essas características apontam para modelos de parcerias interfederativas do CAU/BR que respeitem e valorizem a autonomia dos CAU/UFs, sobretudo nas relações de proximidade com os governos locais, e priorizem nacionalmente a divulgação das boas práticas de governos estaduais, fomentando novas iniciativas no conjunto da federação.

Também deveria ser dada atenção prioritária a outras instituições que podem ter papel de facilitadoras da Athis, caso, por exemplo, das defensorias públicas, especialmente as que atuam mais fortemente com regularização fundiária urbana, para além das associadas ao patrimônio histórico.

O quarto grupo, da comunidade acadêmica, especialmente dos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo e da extensão universitária, já vem se mostrando receptivo à Athis, por meio da crescente criação de escritórios-modelo, canteiros experimentais e outras iniciativas.

Não se trata, contudo, de uma situação generalizada, uma vez que persiste um modelo hegemônico de formação profissional guiado por atividades de “prestígio” e que valoriza referências profissionais e acadêmicas mais próximas de um “*star system*” da arquitetura. Assim, as práticas voltadas a beneficiários de baixa renda e mediante intervenções de pequeno porte tenderiam a ser consideradas de baixa visibilidade ou pouca expressão, contribuindo para a continuidade de uma visão que as classifica como “alternativas”, no melhor dos casos, ou como “marginais”, no pior.

Cabe, nesse sentido, reforçar as ações do CAU que premiam atividades acadêmicas relacionadas à Athis e melhoram a visibilidade desse segmento do campo profissional. Para que isso seja mais efetivo, contudo, é necessário que, concomitantemente, haja ações em prol de uma mudança de mentalidade sobre o *habitat* dos mais pobres, devendo associá-lo a áreas urbanas dinâmicas e a um setor econômico, mesmo que caracterizado por pequenas obras, pujante.

O quinto e último grupo, o dos movimentos sociais, encontra-se mais fortemente representado em áreas urbanas que carecem de infraestruturas e serviços; carência que, obviamente, justifica sua atuação nesses territórios. Quer-se aqui sublinhar a importância deste público-alvo para o melhor conhecimento da realidade sobre a qual deve debruçar-se a Athis.

Contudo, como há uma distribuição desigual, com melhor representação nas grandes cidades, caberia ao CAU aproximar-se de organizações que poderiam assumir tal papel em locais ainda carentes dessa forma de organização comunitária, como ação necessária à interiorização da Athis.

5.2 Causas e causas críticas: estratégias para enfrentar o problema

Os três eixos em que foram segmentadas as causas contribuem para revelar a complexidade do problema que a Athis visa enfrentar.

Em primeiro lugar, o eixo das realidades socioterritoriais incorpora causas estruturais, muitas delas históricas, que, ao longo do tempo, contribuíram para a formação de uma paisagem dividida nas cidades brasileiras. Este eixo indica a necessidade de que uma política

pública de Athis preocupe-se efetivamente em contribuir para a modificação do modelo de constituição das cidades brasileiras, seu modelo de urbanização, para uma realidade em que o direito à cidade não seja um privilégio, mas, sim, elemento de cidadania.

Ainda nesse eixo, encontram-se causas relacionadas ao desconhecimento da população em relação a seus direitos, o que pode ser trabalhado pela política pública, fomento do CAU e instituições parceiras com maior efetividade a partir da organização de ações de informação e capacitação.

No caso do eixo das políticas públicas, é possível identificar elementos comuns a diversas políticas e que, por isso, demandam ações integradas e transversais por parte da estrutura estatal. Neste grupo encontram-se causas como a inação do poder público diante da pauta de Athis, a instituição de políticas de governo em vez de políticas de Estado – o que se associa diretamente à questão da descontinuidade.

Outro subgrupo desse eixo relaciona-se à política habitacional brasileira, historicamente marcada pela falta de continuidade e pela estratégia amplamente focada, quase exclusivamente, na produção de novas unidades, colocando o papel da melhoria habitacional como secundário. Neste caso, há um efetivo chamado à atuação do CAU e das entidades parceiras no exercício daquilo que se chama, na linguagem corrente da política pública, *advocacy*.

No terceiro eixo, relativo à formação e atuação profissional, encontram-se causas relacionadas ao profissional de Athis, desde a universidade, problemáticas referentes ao currículo das escolas de arquitetura e urbanismo, bem como a elitização da profissão, além de questões como a precariedade da remuneração de profissionais atuantes em Athis, que afasta os profissionais deste campo de atuação. Aqui também há um destaque relevante para a necessária atuação do CAU na escala nacional, com o Ministério da Educação (MEC), para as universidades federais e diversos outros órgãos, no sentido de valorizar a atuação do profissional e estabelecer mecanismos de reconhecimento social.

Estes eixos, por sua vez, delineiam as estratégias a serem desenvolvidas para o enfrentamento do problema, notadamente observando-se as causas críticas identificadas. Estas contemplam três requisitos, quais sejam: i) possuem alto impacto na mudança do problema; ii) impactam diretamente o problema e outras causas; e iii) há oportunidade política em agir sobre essas causas. Nota-se que boa parte das causas identificadas como críticas encontram-se na esfera da informação, comunicação, compreensão e conhecimento de direitos e possibilidades. Este grupo de causas críticas está diretamente ligado à esfera de atuação do CAU, mas também abre possibilidades de atuação conjunta em articulação e parceria com outros atores.

Em relação às políticas públicas, a incorporação da lógica da melhoria habitacional relaciona-se não apenas à operacionalização da política, mas também a uma mudança de concepção sobre a política habitacional na qual o CAU e outros parceiros podem ser determinantes para provocar tal mudança estrutural.

Essa causa crítica impacta diretamente a atuação profissional, como abordado em seções anteriores, sendo um importante meio para ampliar e fomentar o campo econômico e profissional associado à Athis, notadamente o que se encontra expresso no quarto resultado intermediário.

Finalmente, com relação à formação dos profissionais, elencou-se como crítica a incorporação de Athis à grade curricular dos cursos superiores, de modo que o CAU/BR pode atuar na articulação com as universidades federais, o que já ocorre em parte dos CAU/UFs, e com o MEC, no sentido de universalizar uma visão mais próxima da sociedade em um curso caracterizado pelos próprios arquitetos e arquitetas como elitizado.

5.3 Análise dos fatores de contexto: estratégias e táticas

Observar os fatores de contexto nos permite identificar e tomar em consideração elementos que podem prejudicar, impedir, ou então favorecer e viabilizar as ações na área de Athis. Nesse sentido, os principais elementos que podem favorecer e viabilizar as ações relacionam-se à temática de articulação e parcerias, o que revela este como um caminho em potencial para a efetivação da política de Athis a partir, sobretudo, da escala nacional. Essa realidade já se reflete nas ações em curso nos CAU/UFs, sendo previstas ações de parcerias e articulações na forma de convênios e cooperações. O aprofundamento dessa estratégia no plano nacional deve ter forte impacto, ao menos, no reforço dos trabalhos dos CAU/UFs.

Ainda, elementos como a mudança de governo, a adesão do Poder Legislativo e a inserção da Athis na agenda local de governo – inclusive por meio de legislações específicas – também são fatores de contexto favoráveis que estão estritamente relacionados às ações já desenvolvidas e àquelas a serem desenvolvidas.

Com relação ao campo de formação e atuação profissional, reforçam-se elementos previamente abordados, como a disposição de profissionais recém-formados a trabalhar em Athis e o benefício de grupos multidisciplinares atuando em Athis. A existência destas convergências entre os diferentes campos de análise contribui para apontar as direções a serem seguidas e também priorizadas. Parcerias do CAU/BR com outras entidades representativas de engenheiros, assistentes sociais, geógrafos, médicos, entre outros, podem potencializar o fomento da Athis e valorizar a atividade.

No caso daqueles fatores que podem prejudicar ou mesmo inviabilizar o sucesso das ações em Athis, observam-se principalmente as questões relativas à institucionalização da política pública, quais sejam: a descontinuidade, a deficiência na existência de dados, a não alocação de orçamento e a burocracia. Novamente, estas são questões que ecoam tópicos anteriormente abordados, indicando a importância de institucionalizar esta política pública e garantir seu financiamento de maneira perene. Aqui, mais do que o trabalho de *advocacy*, avalia-se que as práticas do CAU/BR e dos CAU/UFs permitem contribuir para a inovação necessária em programas destinados a melhorias habitacionais.

Entre outros pontos, a parceria com o Ipea vem reforçando a necessidade de se construir as bases programáticas para a constituição de uma economia popular que viabilize a produção social da moradia na escala necessária para enfrentar o problema em tela.

Temas opostos aos observados nos fatores de contexto favoráveis também são elencados, como é o caso da desarticulação em torno da pauta de Athis – oposto à questão das parcerias e da articulação. A inexistência de legislações locais e regionais específicas – mesmo considerando o fato de que a lei federal é autoaplicável – é pontuada como prejudicial à implementação

da Athis, sobretudo na perspectiva da operacionalização da política nos municípios e nos estados. Esse achado de pesquisa revela a necessidade de se instituir uma ação robusta e de alto impacto que colabore para que estados e municípios venham a elaborar e aprovar legislações específicas de Athis.

No campo profissional, questões vistas como desfavoráveis também ecoam daquilo que foi anteriormente discutido, notadamente a questão da remuneração que leva ao desinteresse por esse campo profissional. Um elemento novo relaciona-se à dificuldade dos profissionais em acessar recursos disponibilizados pelo CAU/BR e os CAU/UFs na modalidade de editais. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014, Decreto nº 8.726/2016) define o formato de fomento de entes públicos às organizações da sociedade civil organizada. A dificuldade de acesso se dá por excesso de burocracias e/ou exigências, associado ao desconhecimento ou falta de capacitação para ingresso nos editais, demandando ações internas para otimizar e ampliar o acesso ao fomento existente.

Por fim, a desconsideração das realidades locais também é apresentada como negativa, elemento que novamente ecoa as análises anteriores e explicita como é premente incorporar a pluralidade do Brasil na política pública de Athis.

5.4 Análise das ações segundo categorias: a busca por resultados

A modelagem lógica aqui empreendida revelou e permitiu organizar estratégias para o aprimoramento de ações já em curso e, também, possibilitou o apontamento de novas ações que se sugere serem empreendidas pelo CAU/BR para a consecução dos objetivos e a busca dos resultados.

Avalia-se que, entre as 154 ações apresentadas, grande parte corresponda a ações particulares de CAU/UFs específicos; muitas vezes, derivações de ações que podem ser anunciadas de maneira mais genérica.

Há uma quantidade não desprezível de ações apontadas que “extrapolam” o mandato ou as responsabilidades do CAU, assemelhando-se mais a ações que deveriam ser capitaneadas pelo poder público executor. Em contrapartida, há “novas ações”, inseridas pelo trabalho técnico de parceria Ipea-CAU/BR, que deveriam ser previstas e colocadas em prática, para que os objetivos sejam alcançados e os resultados possam aparecer.

As análises a seguir buscam dar também coesão entre as ações categorizadas, um primeiro passo para uma nova síntese de ações que simplifique a apresentação do modelo lógico e contribua para sua compreensão por técnicos e gestores.

Quando analisadas as ações por categoria, pode-se apontar as seguintes estratégias, as quais se sugere que sejam assumidas pelo CAU/BR.

- 1) Categoria ações internas:
 - a) organizar os temas dos editais de fomento e criar banco de dados com minutas a serem utilizadas pelos CAU/UFs, de preferência acompanhadas dos posicionamentos jurídicos e técnicos que embasaram sua publicação;
 - b) organizar, nas comissões pertinentes, ação de acompanhamento e aprimoramento do escopo e temas dos editais. Segundo a análise das ações, há uma variedade de editais em curso, mas, ao mesmo tempo, avalia-se a necessidade de que novos escopos e formatos sejam previstos, notadamente para a recuperação de imóveis ocupados, em especial aqueles com algum nível de interesse histórico;
 - c) estruturar, no CAU/BR, uma ação que vise ao estabelecimento de parcerias, não necessariamente formais, do ponto de vista jurídico, mas que possibilitem o aprimoramento de regulações e normativos, viabilizando não apenas as ações de melhorias habitacionais, mas, sobretudo, a execução orçamentária e financeira, e que deem segurança jurídica ao profissional de arquitetura e urbanismo que trabalhe com Athis. Exemplo de organizações-alvo para parcerias: Caixa, Defensoria Pública, Associação dos Notários e Registradores (Anoreg), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) etc. Essas ações deveriam ser continuadas, visto que as políticas públicas associadas à execução das Athis (melhoria habitacional, assistência social, saúde, preservação do patrimônio histórico e ambiental) tem seus tempos específicos e regulações com dinâmicas próprias. Esse último ponto implica que o CAU Brasil deveria também monitorar essas políticas e manter os CAU/UFs atualizados;
 - d) estruturar programa ou outras formas de incentivo e facilitação para que as ações de Athis sejam realizadas. Um dos exemplos apontados no processo de modelagem foi o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) específico para Athis, uma vez que o RRT Social, estabelecido em 2019, não atende plenamente às especificidades do trabalho com assistência técnica. Nas ações, pode-se também depreender a necessidade de criar tabela de serviços e custos para a Athis;
 - e) elaborar, via notas técnicas, resoluções ou outros instrumentos pertinentes do CAU/BR, diretrizes para que entes públicos subnacionais executem ações de Athis, bem como modelos de legislação;
 - f) criar estrutura técnica interna permanente, para oferecer suporte para manutenção da política de Athis a partir do CAU. A estrutura pode contribuir para desenvolver e manter as ações sugeridas anteriormente, além de contribuir na uniformização de entendimentos em torno do tema no sistema do CAU. Os técnicos, no âmbito do CAU/BR, poderão orientar e amplificar as trocas entre os CAU/UFs acerca do desenvolvimento das ações nos territórios, especialmente aqueles CAU/UFs com menor estrutura financeira e administrativa; e
 - g) estabelecer, no regimento do CAU, uma comissão específica para tratar do tema da Athis, uma vez que atualmente é atribuição de uma comissão específica (no CAU/BR), mas tem interface com diversas outras agendas do conselho. Importante também que esta ação reverbere nos CAU/UFs, pois, diferentemente de outras comissões obrigatórias estabelecidas nos regimentos do CAU/BR e dos CAU/UFs, o tema da Athis é tratado de forma distinta em cada estado, dificultando a interação dos agentes responsáveis pelo tema de forma mais direta.

- 2) Categoria diagnóstico e banco de dados:
 - a) é efetivamente estratégico que o CAU/BR crie um banco de dados – ou aprimore estruturas existentes nesse sentido – com a legislação específica de Athis subnacional, que pode trazer também minutas de legislação a serem utilizadas como base, simplificando os processos de apoio a entes locais e superando a necessidade de editais para esse tema;
 - b) um segundo banco de dados refere-se ao credenciamento de profissionais e empresas que trabalhem com o tema. Este pode ser realizado a partir do aprimoramento da ferramenta “Ache um arquiteto”, esforço já iniciado pelo CAU/BR. De maneira geral, essa ação pode ser vista como controversa, no sentido da análise da qualificação de tais profissionais e empresas; portanto sugere-se que esse possível banco de dados, caso realizado, seja feito em parceria com os CAU/UFs e de maneira colaborativa com entes públicos, a fim de não configurar nenhuma forma de qualificação ou habilitação profissional, como inclusive sugerido em uma das ações;
 - c) construir banco de dados de práticas de Athis. Sugere-se, em certo momento, o termo *boas práticas*. Aponta-se que, estrategicamente, a qualificação destas, caso entenda-se necessária a partir do CAU/BR, deva acontecer com forte participação do plano local e por meio de parcerias formalizadas, minimizando questionamentos, mas, sobretudo, não consolidando práticas que possam inibir o surgimento de inovações, algo central à lógica dos circuitos econômicos e dos grupos sociais envolvidos; e
 - d) há uma série de ações nesta categoria que sobrepõem as responsabilidades específicas do CAU e que se assemelham mais a atividades do poder público local, como levantamentos territoriais, cadastros de famílias etc. Sugere-se a análise minuciosa dessas ações e o apontamento preciso para os CAU/UFs da adequação em apoiá-las. Caso exista uma definição para que a redistribuição de recursos orçamentários ocorra por temas/ações estratégicas, essa orientação dar-se-ia naturalmente.
- 3) Categoria avaliação:
 - a) há certas ações de avaliação elencadas necessárias à constituição de banco de dados, de práticas, de profissionais e empresas (incluindo critérios de habilitação, tema apontado como sensível, anteriormente) e de legislação. Essas ações deveriam ser priorizadas pelo CAU/BR;
 - b) há o apontamento da necessidade de ações que avaliem a efetividade de projetos patrocinados que se soma à necessidade, não apontada no modelo lógico das ações dos CAU/UFs, de avaliação das ações do CAU/BR e do sistema de CAU/UFs;
 - c) há o apontamento ainda não claro ou minucioso da necessidade de avaliação de protótipos (isto é, unidades sanitárias), algo que forçosamente se relaciona com regulações e normas urbanas e edilícias; e
 - d) há também aqui ações que parecem ser mais ligadas às responsabilidades dos entes públicos, como a avaliação das capacidades públicas.

- 4) Categoria elaboração de projetos:
 - a) visto que é corrente a avaliação de que os entes públicos têm dificuldades de realizar projetos, necessários para a tomada de recursos para obras e para a efetividade de sua execução, avalia-se que esta é, ou deveria ser, a principal categoria de ações dos CAU/UFs no fomento à Athis. Entretanto, as citações de ações pelos CAU/UFs não revelam essa importância, sendo que dois fatores parecem concorrer para essa falta de centralidade: custo e amadurecimento da Athis em diversos CAU/UFs; ou seja, essa ação aconteceria após um percurso de editais de fomento, fato esse que pode ser superado por uma ação mais estratégica do CAU/BR;
 - b) sugere-se a revisão estratégica das ações elencadas sistematizando o fomento à elaboração de projetos via editais gerais com planilhas ou lista de temas (projeto de unidade habitacional, projeto urbanístico de regularização, projeto de microdrenagem, projeto de unidade sanitária etc.);
 - c) a realização de concurso e a premiação de práticas e projetos são ações citadas, mas que não parecem refletir a centralidade e a necessidade de fomento e visibilidade para os projetos de Athis. Novamente, neste caso, a possibilidade de redistribuição temática de recursos pode colaborar na obtenção dos resultados; e
 - d) como em outras ações, há uma variedade delas que são específicas a situações de determinados CAU/UFs e que devem ser revistas estrategicamente.
- 5) Categoria obra:
 - a) as ações relacionadas a obras revelam também uma certa sobreposição da ação dos CAU/UFs na realização de responsabilidades de entes públicos ou organizações por esses contratadas. Há, inclusive, ações previstas ou em andamento de execução direta de obras. Sugere-se que os limites das responsabilidades dos CAU/UFs sejam esclarecidos e explicitados;
 - b) por meio das ações em curso, não parece haver uma estratégia precisa de vinculação dos projetos apoiados com a efetivação de obras. Entretanto, são apontadas ações de conveniamento com entidades públicas e privadas. Avalia-se que a meta de garantir a execução dos projetos apoiados deva ser o principal objetivo do CAU para a consecução dos resultados elencados, ensejando uma revisão das ações presentes nesta categoria; e
 - c) há a ação de distribuição de *kits* para obras, algo que é feito por meio de parcerias e, como decorrência do aprimoramento das regulações e normas, pode garantir a efetivação de projetos e a escala desejada de ação.
- 6) Categoria formação universitária:
 - a) há uma série de ações que visam instituir concursos e premiação para projetos e trabalhos de conclusão de curso (TCCs). Sugere-se dar escala e visibilidade para estas, valorizando os CAU/UFs, o conhecimento regional, mas, ao mesmo tempo, somando a valorização simbólica do CAU/BR;
 - b) há ações que visam à criação de escritórios modelo de Athis nas universidades. Aponta-se que outras formas poderiam ser consideradas em conjunto com ações das próprias universidades – *startups* e incubadoras, por exemplo – e que essas

ações poderiam ser exemplares nas negociações do CAU/BR com o MEC sobre a extensão e residência universitária;

- c) a necessária parceria com o MEC foi apontada nas ações e se faz prioritária, como ação direta do CAU/BR, mas que deve contar com o exemplo das ações específicas dos CAU/UFs; e
 - d) sugere-se que a ação de elaboração de ementa de disciplina, bem como diversas outras ações que resultam ou visam ao estabelecimento de boas práticas, se dê por meio da criação de banco de dados, da avaliação das práticas e da divulgação, respeitando as parcerias com as universidades que têm a responsabilidade de elaborar tais ementas e com as identidades locais e comunitárias.
- 7) Categoria materiais de comunicação:
- a) sugere-se categorizar os materiais de divulgação por tipos (cartilha, livro, *e-book*, guias etc.), considerando que existem os meios para efetivação do direito (acesso a editais, recursos, meios de execução etc.) e os fins (participação, direitos, obras, projetos etc.).
- 8) Categoria evento de divulgação:
- a) a categoria divulgação foi criada no sentido de dar efetividade às diversas ações em curso, ou seja, buscou-se relacionar as ações de divulgação de efetivos esforços no fomento da Athis, como editais, campanhas, premiações etc. Sugere-se que exista diretriz clara para que os CAU/UFs realizem divulgações e *marketing* de ações concretas; e
 - b) sugere-se que o CAU/BR estabeleça, no bojo do Programa Mais Arquitetos, uma estratégia de *marketing* para a Athis, a exemplo da “arquitetura social” citada em entrevistas, para que os CAU/UFs possam se associar e dar escala às ações, valorizando simbolicamente o trabalho dos profissionais de arquitetura e urbanismo.
- 9) Categoria evento de sensibilização:
- a) foram diversas as ações elencadas que poderiam ser enquadradas na categoria sensibilização. Além do esforço de divulgar ações concretas dos CAU/UFs, ações presentes na categoria divulgação, entende-se que ações de sensibilização devam ser revistas e mesmo reduzidas, viabilizando a execução orçamentária em ações mais finalísticas e que envolvam parceiros dedicados à Athis, a exemplo de projetos, premiações etc.; e
 - b) da mesma forma, parece haver um esforço do CAU/BR, ainda não conjuntamente organizado com os CAU/UFs, de sensibilização de potenciais parceiros no plano federal, com destaque para o Legislativo. Entende-se que esse esforço terá maior eficácia quando ações anteriores forem gerando produtos, como exemplo dos bancos de dados, das estratégias de comunicação e mesmo de sensibilização, e puderem ser utilizados.
- 10) Categoria evento de capacitação:
- a) avalia-se que o conjunto de ações mais relevantes dos CAU/UFs seja categorizado como capacitações. Entende-se ser relevante que o CAU/BR formule, a partir da formação de banco de dados e boas práticas, estratégias que reúnam essas

iniciativas e viabilizem a replicação destas, com adaptações conforme necessidades específicas, por diferentes CAU/UFs; e

- b) avalia-se que as ações de capacitação são etapa necessária e inicial para fomentar a Athis e que os esforços nesta área devam ser sempre precedidos por esforços de aplicação prática. Ou seja, a orientação estratégica da capacitação deveria considerar que esta se desdobraria para outras ações previstas na modelagem lógica (elaboração de minutas de lei, de projetos etc).

De maneira geral, pôde-se apontar que a ação do sistema CAU relacionada à Athis tem como característica a ocupação de certo espaço da política pública que dificilmente os entes subnacionais conseguem realizar – trata-se, em especial, da elaboração de projetos.

Em contrapartida, o sistema CAU também opera com ênfase no aprimoramento das legislações e na formação de equipes destinadas à Athis, sobretudo com assessorias técnicas e movimentos sociais.

Apona-se que três áreas relevantes parecem ainda não terem sido objeto de ação mais enfática do CAU: regulação, formação universitária e viabilização da atividade profissional.

6 REESTRUTURAÇÃO LÓGICA DAS AÇÕES E PRODUTOS VISANDO À MODELAGEM PROGRAMÁTICA DO CAU/BR

A partir da avaliação estratégica das 154 ações levantadas com os CAU/UFs e organizadas na modelagem lógica já apresentada, foram propostas e serão apresentadas a seguir 46 ações para a modelagem programática do CAU/BR, sendo 33 delas advindas do grupo de 154 ações e outras 13 ações novas, propostas com base nas ações existentes e na análise estratégica.

Essas 46 ações foram reunidas em quatro grupos, oriundos da agregação dos dez temas inicialmente formulados. Importante apontar que, apesar de ser uma reformulação com a adição de novas ações e produtos, esse conjunto de 46 ações e seus produtos concorrem para a efetivação dos mesmos seis resultados intermediários originais, já apontados anteriormente, e o mesmo resultado final. Ou seja, não há qualquer disparidade ou inconformidade com a etapa de mapeamento de todo o conjunto de ações dos CAU/UFs, apenas a definição estratégica de uma estrutura programática específica do CAU/BR que corrobora as demais ações no plano estadual.

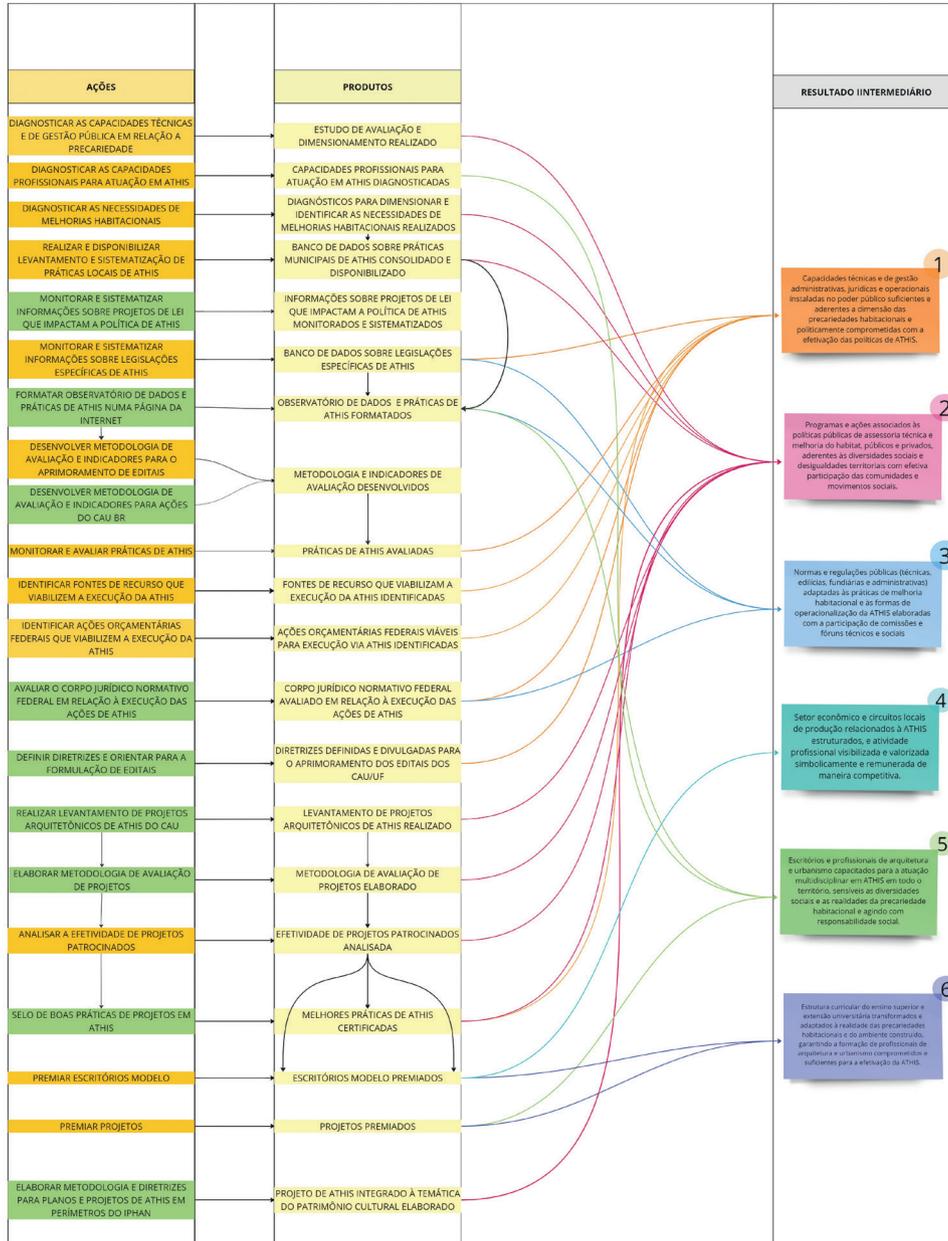
As ações consideradas estratégicas, e que passamos a chamar de “nacionais”, foram formuladas pela área técnica do Ipea e apresentadas ao CAU/BR com os demais apontamentos anteriores, para que contribuíssem na definição e especificação dessas ações a partir de seu maior conhecimento sobre o escopo e a prática de atuação do CAU/BR e das definições internas à instituição.

Assim, as ações e produtos que compõem uma estruturação programática da Athis na escala nacional, organizadas em quatro grandes grupos, estão a seguir apresentadas.

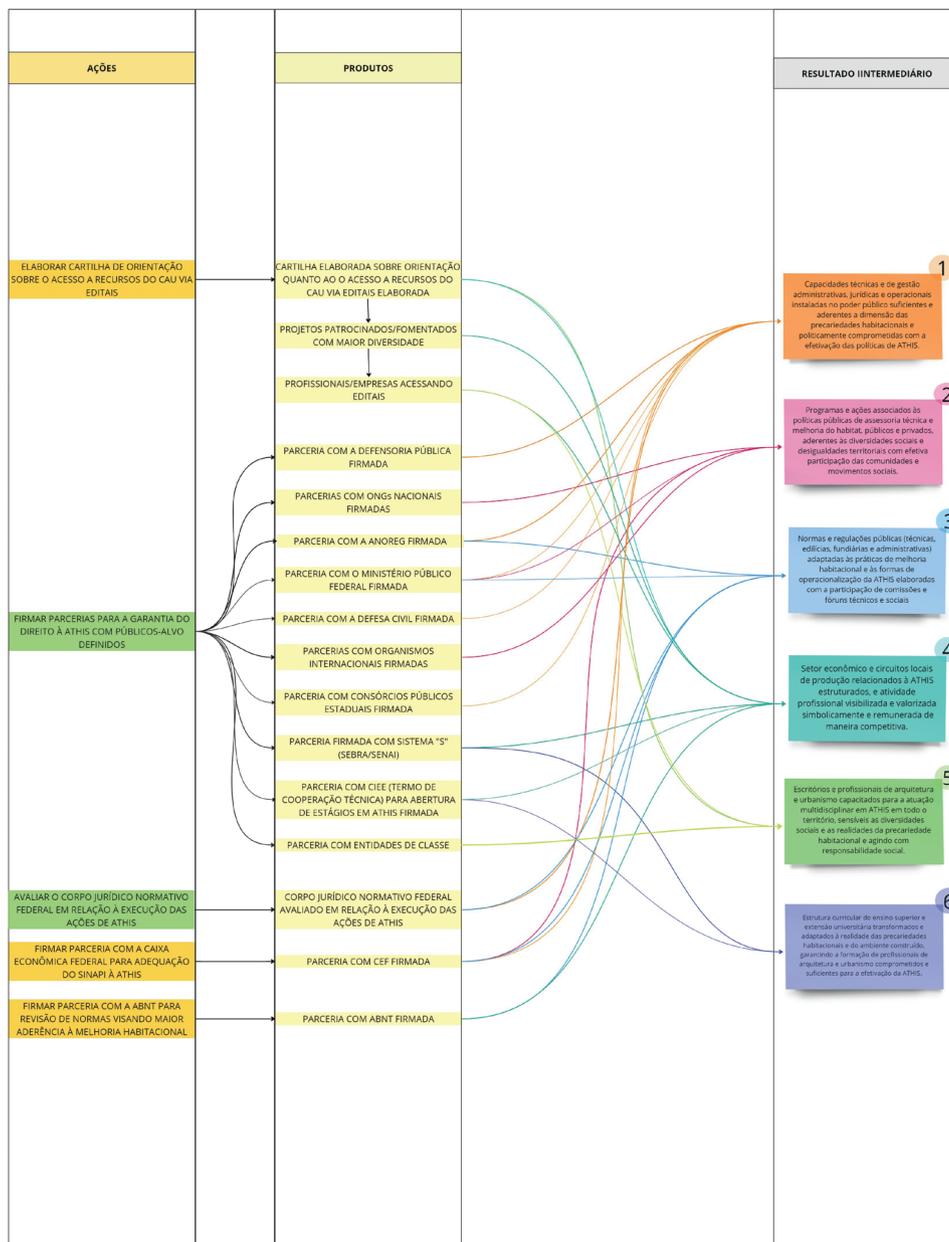
FIGURA 17

Ações estratégicas na esfera nacional: categoria diagnóstico, avaliação e parcerias

categoria diagnóstico, avaliação e parcerias (1/2)



categoria **diagnóstico, avaliação e parcerias**
(2/2)

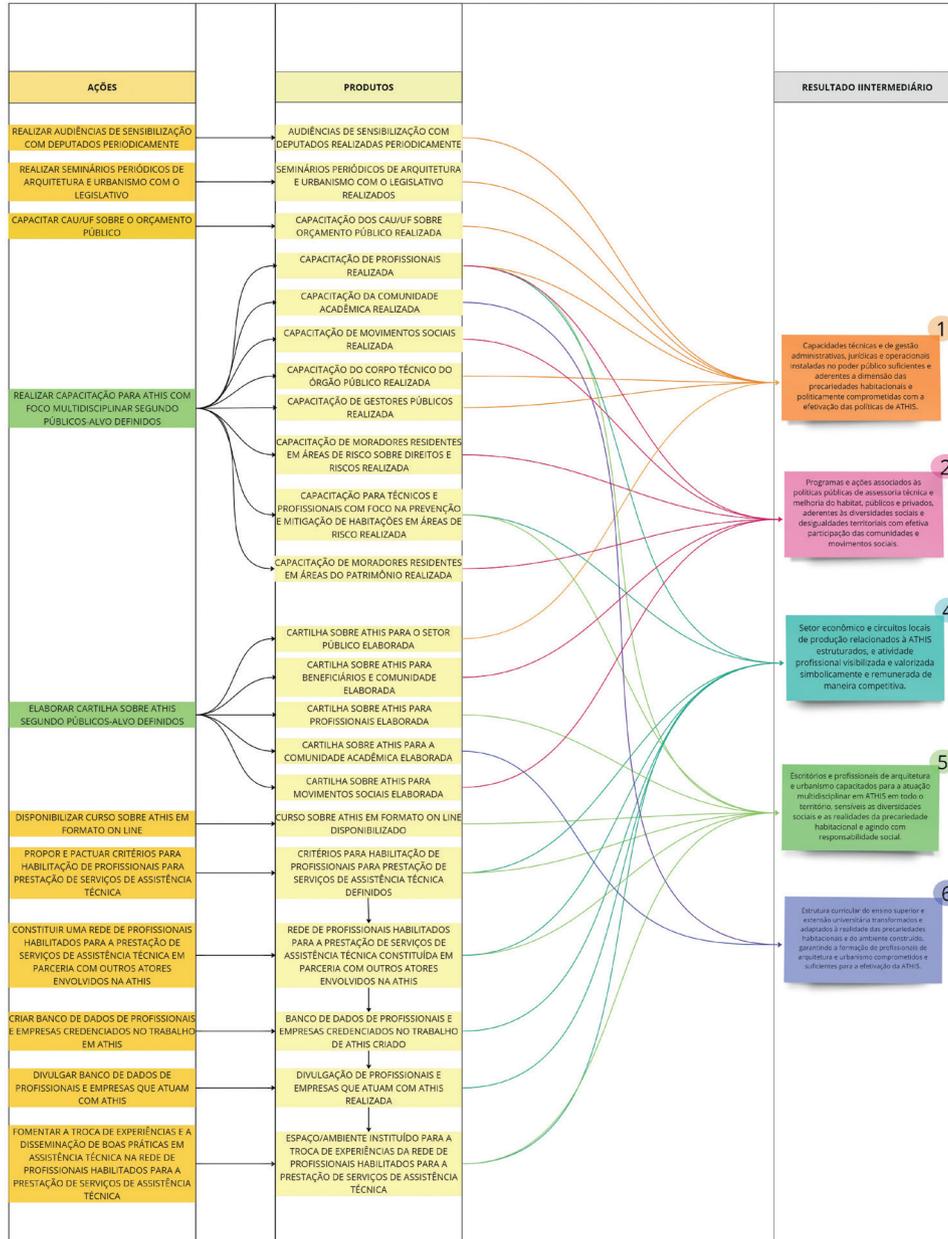


Elaboração dos autores.

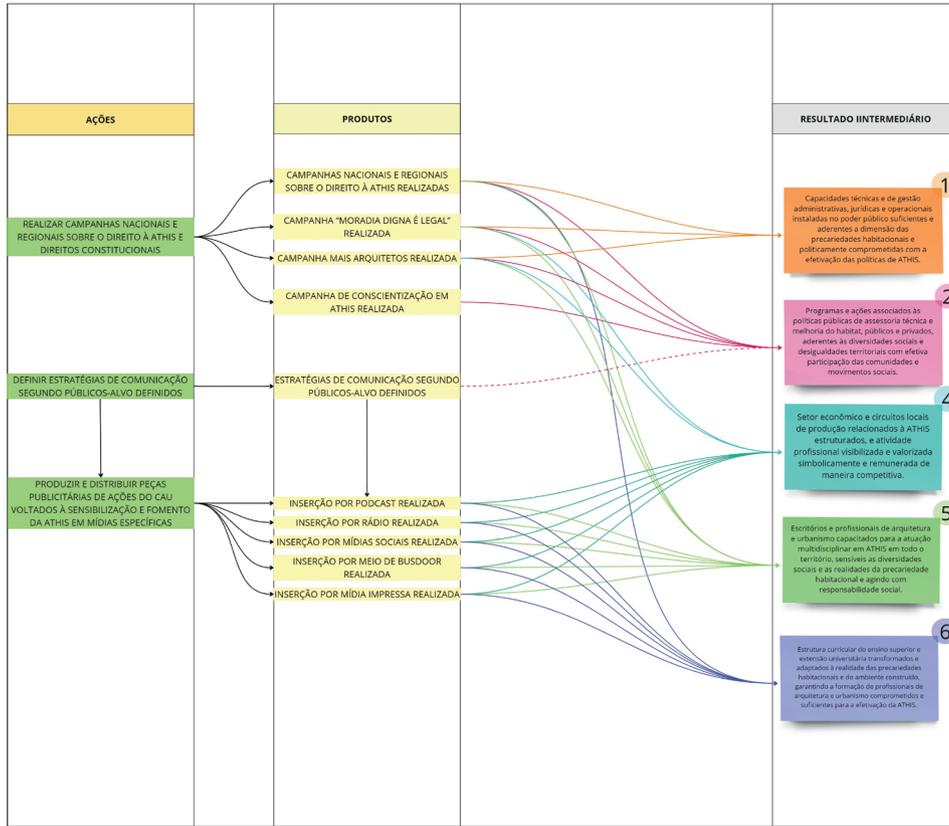
Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA 18
Ações estratégicas na esfera nacional: categoria divulgação, capacidades públicas e profissionais

categoria **divulgação, capacidades públicas e profissionais (1/2)**



categoria **divulgação, capacidades públicas e profissionais (2/2)**

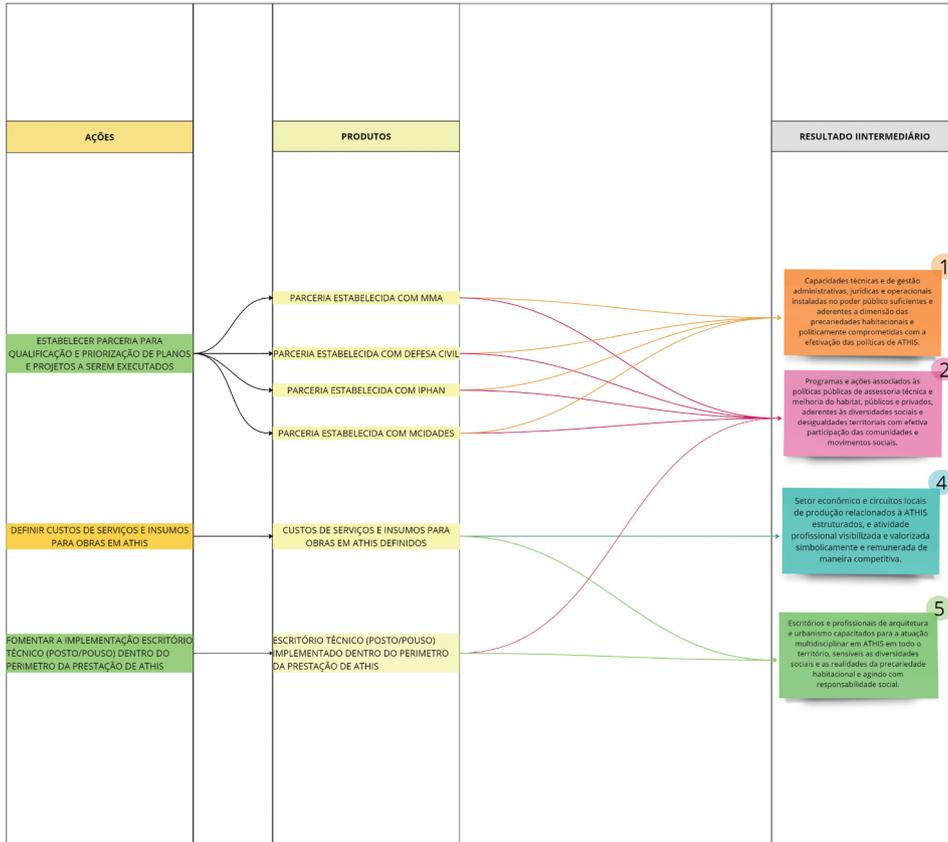


Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Abril de 2023

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

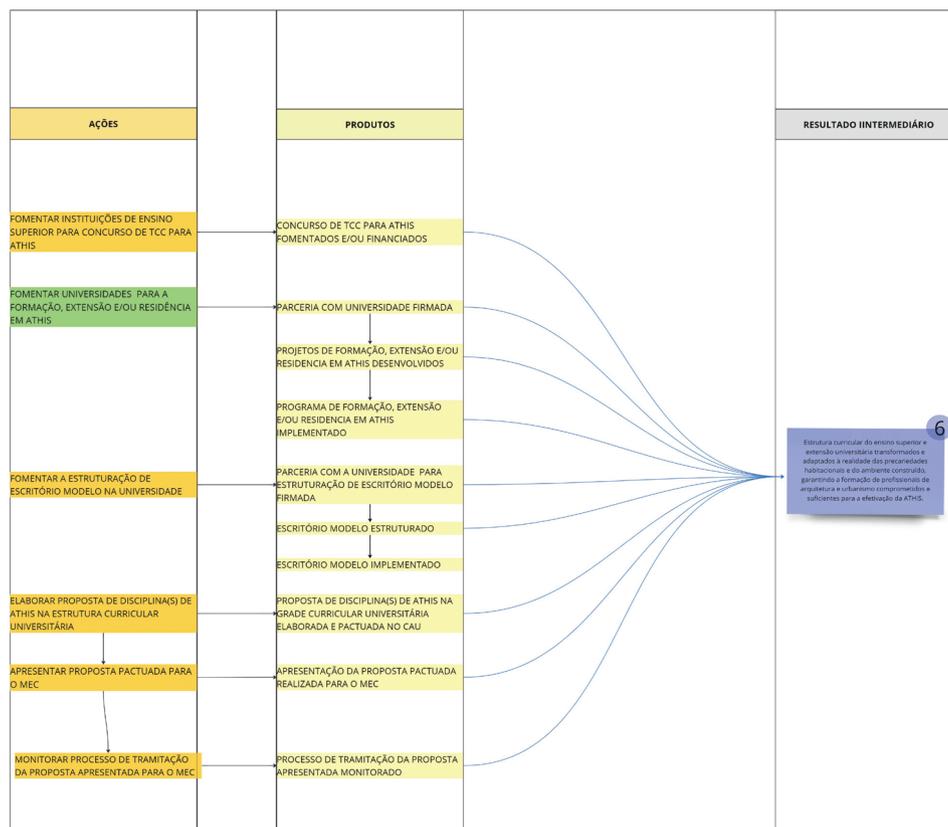
FIGURA 19
Ações estratégicas na esfera nacional: categoria obra



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA 20
Ações estratégicas na esfera nacional: categoria formação universitária



Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Abril de 2023

1/1

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Outro passo relevante a ser realizado posteriormente pelo CAU/BR em parceria com os CAU/UFs é a revisão do conjunto de ações para a definição de ações estratégicas na escala estadual, as quais seriam financiadas pelo orçamento da contribuição obrigatória redistribuída de 2% de cada CAU/UF. Nesse caso, como já mencionado, há a possibilidade de que um fundo redistributivo tenha o caráter programático. Verifica-se desde já que essa redistribuição pode se dar também regionalmente, como a princípio havia sido aventado, mas a modelagem lógica também permitiria ou justificaria a redistribuição por temas ou ações estratégicas.

7 CRONOGRAMA DAS PRÓXIMAS ETAPAS

Tendo sido relatadas as etapas já desenvolvidas e em desenvolvimento da construção do modelo programático para a Athis, o quadro 10 apresenta o cronograma de trabalho, que contempla também os próximos passos desta parceria.

QUADRO 10
Cronograma de trabalho¹

	2022		2023							
	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.	Ago.
Seleção e síntese da documentação	X									
Entrevistas com os CAU/UFs	X	X								
Reuniões com comissões e equipes do CAU/BR		X	X	X						
Estruturação do modelo lógico			X	X	X	X				
Revisão, validação, modelo de programa (relatório)				X	X	X				
Proposta de programa (ações prioritárias do CAU)						X				
Definição de resultados esperados e público-alvo					X					
Dimensionamento, investimentos e prioridades de melhoria habitacional e Athis						X	X	X	X	
Custos de melhoria habitacional e Athis							X	X	X	
Capacidades institucionais e profissionais para melhoria habitacional e Athis								X	X	X
Impactos na saúde (necessidade de capacidades)								X	X	
Mapeamento fundos e fontes						X	X			
Proposta de modelo gestão federativa e participativa							X	X		
Capacidades institucionais de gestão do fundo							X	X		
Modelo de fundo									X	
Relatório final										X

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Entre a elaboração deste relatório e sua publicação, dois principais fatores impactaram o desenvolvimento da pesquisa. O principal refere-se à dificuldade em obter dados para dimensionar o problema e seus custos. Soma-se a insuficiência da equipe, apesar de todos os esforços que superam quaisquer expectativas. Espera-se um atraso de dois a três meses no cronograma (Nota do coordenador).

8 NOTAS FINAIS E PRÓXIMOS PASSOS

Os trabalhos desenvolvidos nesta parceria entre o Ipea e o CAU/BR com relação à formatação de um modelo programático para a Athis revelam que a multiplicidade de esforços desenvolvidos para além desta parceria possui forte potencial para concertação e ganho de escala.

A relativa ineficácia observada nas ações dos CAU/UFs é decorrente de: i) fatores de contexto negativos potencializados no período passado; e ii) ações não previstas, mas essenciais para, no conjunto de ações, atingir resultados.

Nesse sentido, iniciou-se neste relatório o esforço de separação de ações específicas relacionadas ao CAU daquelas relacionadas a outras instituições.

Foi possível, ao longo deste trabalho, identificar que o sistema CAU tem *expertise* para contribuir decisivamente na proposição de uma estrutura programática para a Athis e que existem outras formas de financiar etapas da Athis a partir do CAU e/ou da política pública.

Nesse sentido, buscou-se propor uma estrutura programática que possa dar suporte efetivo às ações de Athis, permitindo dar escala e abrangência ao que já vem sendo desenvolvido.

Identificou-se a necessidade premente de unificar o entendimento sobre Athis no sis-

tema CAU, bem como de reduzir as desigualdades (financeiras e institucionais) no desenvolvimento de ações entre os CAU/UFs, garantindo a efetivação da Athis em todo o país.

Tida como solução inicial, a proposição de um fundo “redistributivo” do orçamento dos CAU/UFs, após este estudo, foi revista e aperfeiçoada, buscando a composição de um fundo que possa contar com diversas fontes de recursos alinhadas programaticamente, sendo o CAU um dos protagonistas da proposição de uma política pública de Athis, com o CAU/BR e os CAU/UFs estabelecendo uma relação mútua que subsidie e fomente o aprimoramento da Athis como política de Estado e como campo de atuação profissional.

Em contrapartida, avalia-se e considera-se a limitação do papel do sistema CAU na formulação de políticas públicas, entendendo a necessidade de que parcerias como essa com o Ipea sejam multiplicadas, notadamente a partir da composição de uma matriz geral de ações que envolva outros setores e áreas de conhecimento, além de profissionais de arquitetura e urbanismo.

Avalia-se que ações de fomento e efetivação do direito à Athis devam envolver no plano federal, prioritariamente, o MCidades, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Saúde (MS), o Ministério da Cultura – MinC (notadamente, mas não exclusivamente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan), o MEC (nos debates acerca da curricularização da Athis no ensino da arquitetura e na estruturação de um programa sustentável de residências em Athis, aos moldes do modelo da medicina), a Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Caixa. Considera-se que cada um desses ministérios poderia contribuir de diversas formas para a efetivação da Athis como política pública, a começar pela focalização em segmentos de públicos-alvo e beneficiários prioritários, passando pelo planejamento de ações e sua programação orçamentária na esfera federal e chegando, por exemplo, à realização sistemática de seleção de propostas a serem elaboradas por parte de estados, municípios e organizações não governamentais. Em comum, a organização dessas ações deveria guiar-se por princípios de multidisciplinaridade e deveria compreender a delimitação de perímetros de ação como diretriz prioritária, ou seja, compreender o território, o local, e suas comunidades.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BALBIM, R. **Do Casa Verde e Amarela ao Banco Nacional da Habitação, passando pelo Minha Casa Minha Vida: uma avaliação da velha nova política de desenvolvimento urbano**. Brasília: Ipea. 2022. (Texto para Discussão, n. 2751).

BALBIM, R. *et al.* **Meta-avaliação: estudos e proposições metodológicas a partir da avaliação de políticas de urbanização de assentamentos precários**. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1704).

BALBIM, R. *et al.* **Metodologia de avaliação de resultados: o caso das intervenções do PAC Urbanização de Favelas**. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1903).

BALBIM, R.; KRAUSE, C. Produção social da moradia: um olhar sobre o planejamento da habitação de interesse social no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 189, 2014.

BALBIM, R.; KRAUSE, C. **Eixos de estruturação da transformação urbana: inovação e avaliação em São Paulo**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

BALBIM, R.; KRAUSE, C. **Análise preliminar da seleção de propostas do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do programa Casa Verde e Amarela**. Brasília: Ipea, 2022. (Nota Técnica Dirur, n. 35).

BALBIM, R.; SANTIAGO, C. D. **Informal settlements: a divisão da cidade e seus termos**. Brasília: Ipea, 2023. (Texto para Discussão, n. 2833).

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 17 jun. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm.

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. **Diário Oficial da União**, 26 dez. 2008.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. **Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação**. Brasília: Ipea, 2010. (Nota Técnica, n. 6).

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Relatório de Gestão do CAU/BR 2013**. Brasília: CAU/BR, 2013. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/RELATORIO-DE-GESTAO-2013.pdf>.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. Conselho Diretor. **Deliberação nº 007/2015**. Brasília: CAU/BR, 2015. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Deliberacao_07_2015_CD.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Diretrizes para elaboração do plano de ação e orçamento do CAU: exercício 2017**. Brasília: CAU, 2016. Disponível em: https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/diretrizes_2017_CAU.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. Resolução nº 139, de 28 de abril de 2017. Aprova o Regimento Geral do CAU e o Regimento Interno do CAU/BR, revoga as Resoluções CAU/BR números 33, de 2012, 45 e 57, de 2013, 78, de 2014, e 111, de 2015, altera a Resolução CAU/BR nº 60, de 2013, revoga as Deliberações Plenárias CAU/BR números 7 e 11, de 2012, e dá outras providências. Brasília: CAU/BR, 2017. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/resolucao139-3.pdf>.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Athis: assistência técnica em habitação de interesse social – um direito e muitas possibilidades**. Brasília: CAU/BR, 2018.

IAB – INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. **Manual para a implantação da assistência técnica pública e gratuita a famílias de baixa renda para projeto e construção de habitação de interesse social**. Brasília: IAB, 2010. Disponível em: <https://www.caupr.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/manual-para-implantacao-da-assistencia-tecnica-publica-e-gratuita.pdf>.

KRAUSE, C.; DENALDI, R. (Org.). **Núcleos urbanos informais**: abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional. Brasília: Ipea, 2022.

KUTAS, É.; NUNES, A. C.; SARMENTO, D. P. G. O papel do Conselho de Arquitetura e Urbanismo na promoção da política de Athis – o caso de Santa Catarina. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 6., Brasília, Distrito Federal. **Anais...** Brasília: Anparq, 2021. p. 1841-1858. Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/ENANPARQ/ViENANPARQ/paper/view/21990>.

SANTOS, M. **L'Espace Partagé**: les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés. Paris: Éditions M.-TH. Génin Librairies Techniques, 1975.

SANTOS, C. H. M. **Políticas federais de habitação no Brasil**: 1964-1998. Brasília: Ipea, 1999. (Texto para Discussão, n. 654). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2814/1/td_0654.pdf.

UN-HABITAT – UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. **The right to adequate housing**. Geneva: UN, 2014. (Fact Sheet n. 21/Rev.1). Disponível em: <https://unhabitat.org/the-right-to-adequate-housing-fact-sheet-no-21rev1>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALBIM, R.; KRAUSE, C. Slum upgrading in Brazil: lessons from evaluation processes. **Revista C&Trópico**, v. 43, special edition, p. 185-202, 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Urbanização de Favelas**: a experiência do PAC. Brasília: MCidades, 2010.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Deliberação Plenária DBOBR nº 0056-10/2016**. Brasília: CAU, 2016. Disponível em: <https://transparencia.cau.br/gov.br/deliberacaoplenaria-dpobr-0056-10/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Protocolo de Intenções entre o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)**. Brasília: CAU/BR, 2022. (Nota Técnica CAU/BR nº 02/ASSESP/22).

NUNES, A. C.; POLETTO, C. E. A promoção de uma política de Athis a partir do CAU: uma análise do caso de Santa Catarina. *In*: CAMPOS, M. M. *et al.* (Org.). **Outra arquitetura social**: assessoria e assistência técnica em arquitetura e urbanismo. Vitória: Edufes; AsM, 2022. p. 51-64. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/12138/1/Outra-arquitetura-social-miolo_DIGITAL.pdf.

APÊNDICE A

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS CONSELHOS DE ARQUITETURA E URBANISMO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Identificação CAU

CAU/BR () Especificar:

CAU/UF () Especificar:

Identificação do entrevistado

Nome:

Função que desempenha:

Identificação dos demais participantes ouvintes

Nome:

Função que desempenha:

Antecedentes dos projetos e ações de Athis apoiados e desenvolvidos no estado ou de conhecimento da comissão

O entrevistado deve fazer um breve histórico, de preferência seguindo um fio condutor, que pode ser programático, regional ou temporal.

Identificação do problema

Como você define o problema central a ser enfrentado pelas ações de Athis já apoiadas ou que deveriam ser definidas?

Considerando aquilo que entende ser a Athis, qual a principal proposta de mudança nas políticas e ações no seu estado para enfrentar o problema?

Quais as principais consequências da persistência deste problema para as pessoas de baixa renda que vivem em situações de precariedade?

Quais as causas mais importantes que explicam a existência do problema?

Existem outros programas ou projetos (federais, estaduais, municipais, privados ou de ONGs) que atuam sobre causas do problema destacado?

Referências básicas de uma política de Athis?

- Objetivo

Qual o principal objetivo de um projeto ou ação de Athis?

- Público-alvo

Qual o público-alvo dos projetos ou ações de Athis?

Quais são os critérios para definição dos beneficiários, ou seja, a parcela do público-alvo atendida ou priorizada pelos projetos ou ações de Athis?

Resultados esperados (mudanças) a partir de projetos ou ações de Athis

Quais são os resultados esperados durante a execução de projetos ou ações?

E quais são os resultados esperados após sua conclusão?

(A pergunta deve ser feita de forma aberta, e seu propósito é captar tanto resultados intermediários quanto finais).

Análise do contexto

Quais são fatores de contexto que podem afetar a implementação dos projetos ou ações de Athis? Aponte os fatores favoráveis e os desfavoráveis.

Que tipo de alterações os projetos ou ações de Athis podem sofrer por conta de mudanças de contexto?

Componentes de projetos e ações de Athis segundo temas

Capacitação moradores e comunidade

Capacitação setor público

Capacitação profissional

Melhorias habitacionais

Regularização fundiária

Projeto arquitetônico

Inserção urbanística da moradia

Equipamentos comunitários

Trabalho social

Extensão universitária

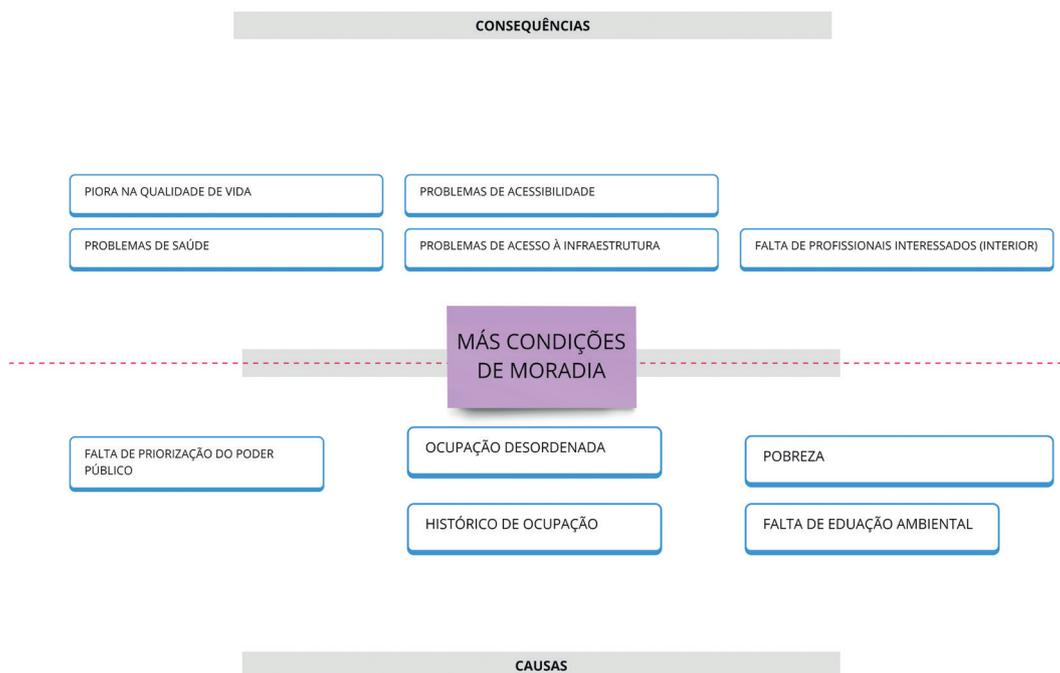
Formação universitária

Problema	Ações	Produtos

APÊNDICE B

QUADROS ELABORADOS PARA CADA CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

FIGURA B.1
Quadro da árvore do problema – CAU/AC

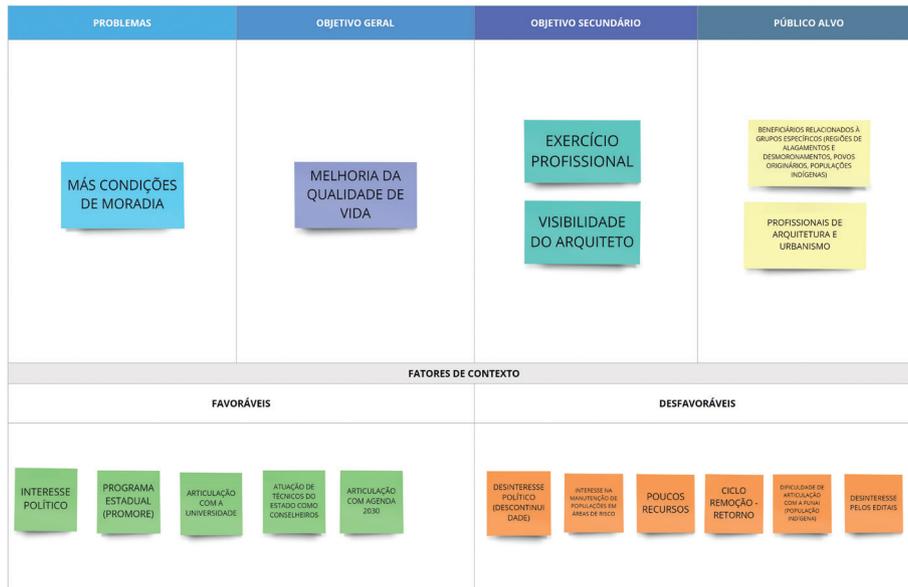


Elaboração dos autores.

Obs.: 1. CAU/AC – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

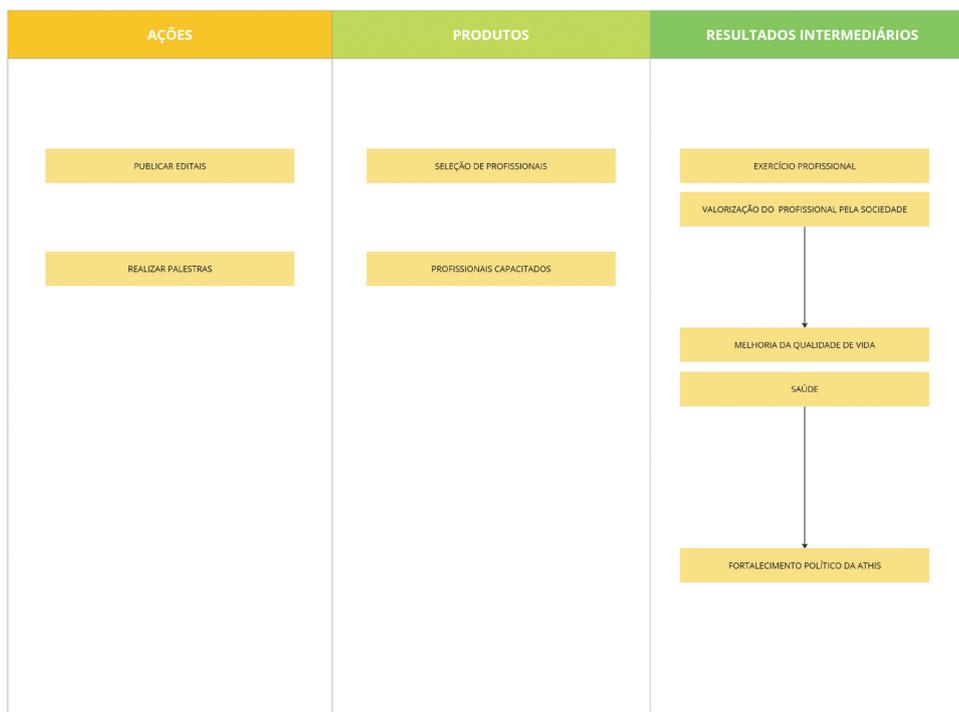
FIGURA B.2
Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/AC



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial)

FIGURA B.3
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/AC



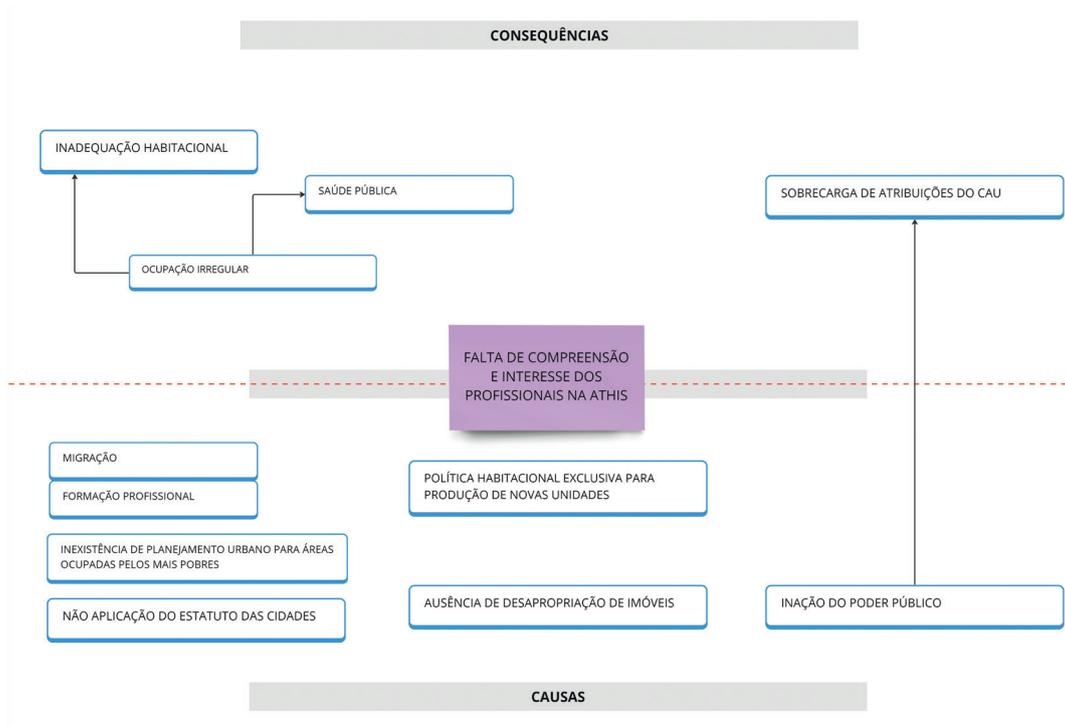
CAU AC | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Athis – assistência técnica de habitação de interesse social.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.4
Quadro da árvore do problema – CAU/AL

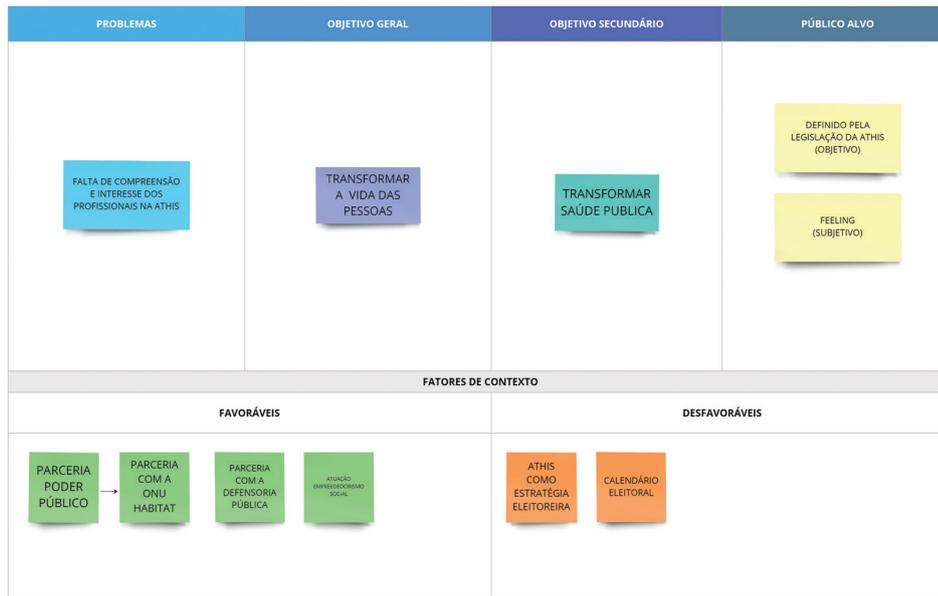


CAU AL | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.5
 Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/AL

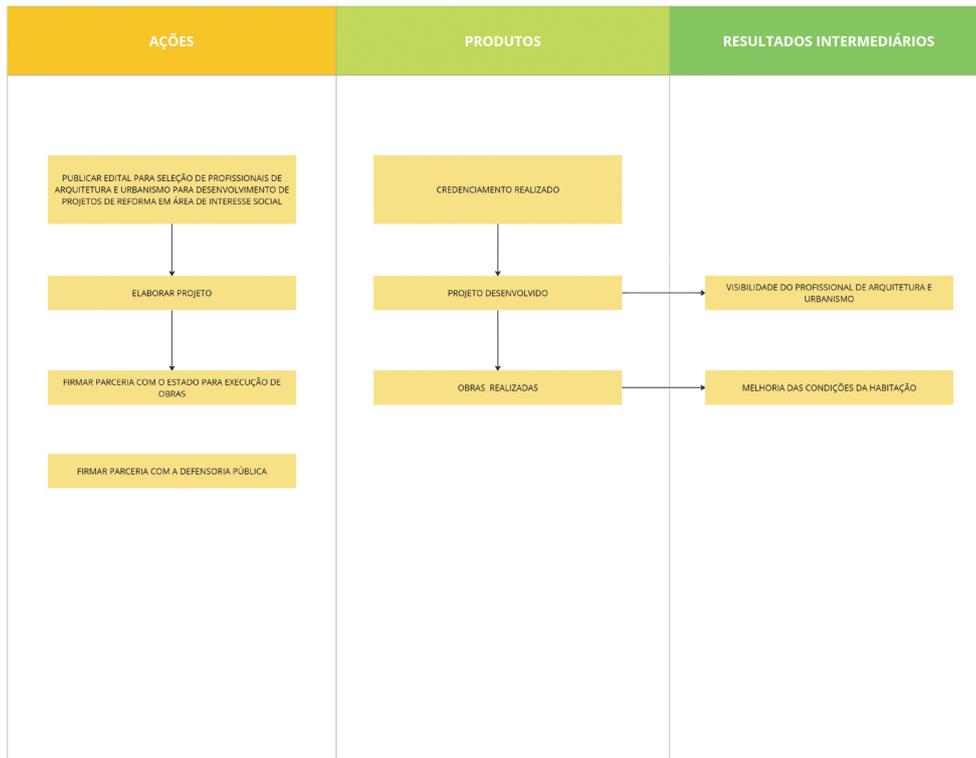


CAU AL | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

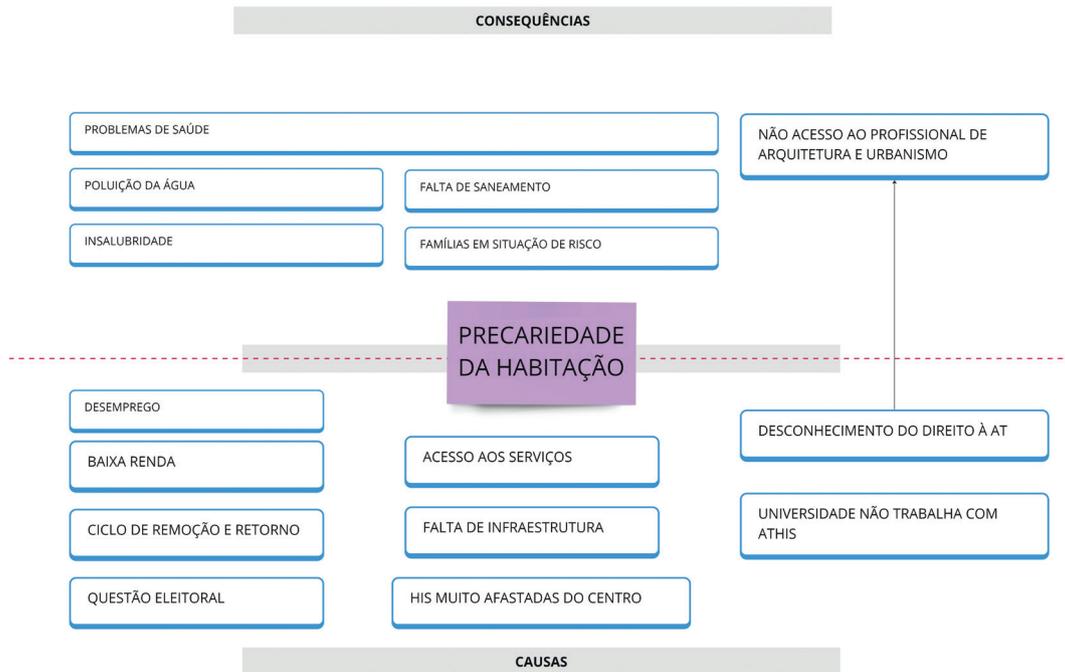
FIGURA B.6
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/AL



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.7
Quadro da árvore do problema – CAU/AP



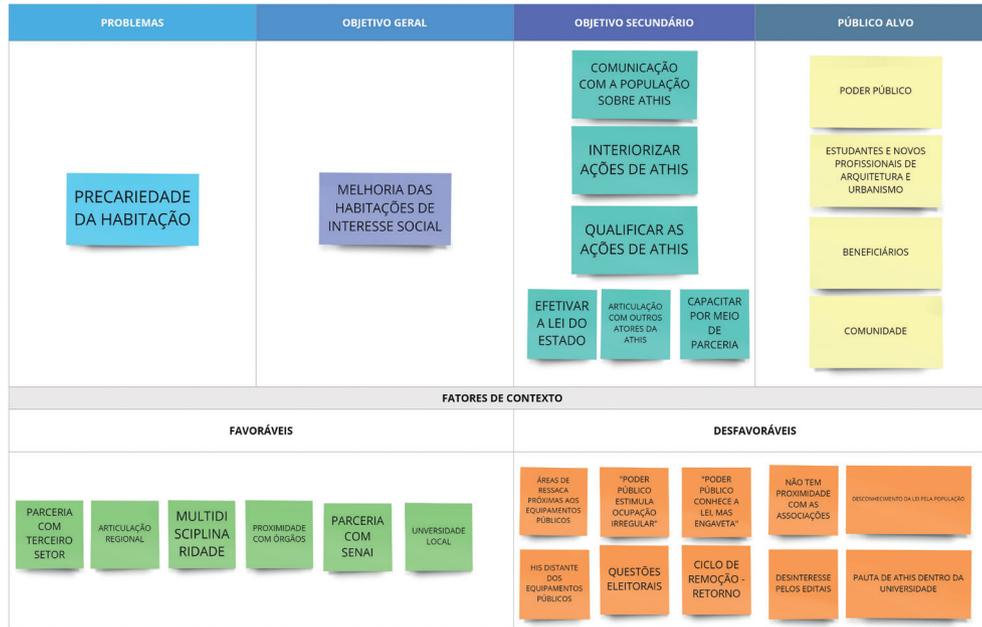
Elaboração dos autores.

Obs.: 1. HIS – habitações de interesse social; e AT – assistência técnica.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.8

Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/AP



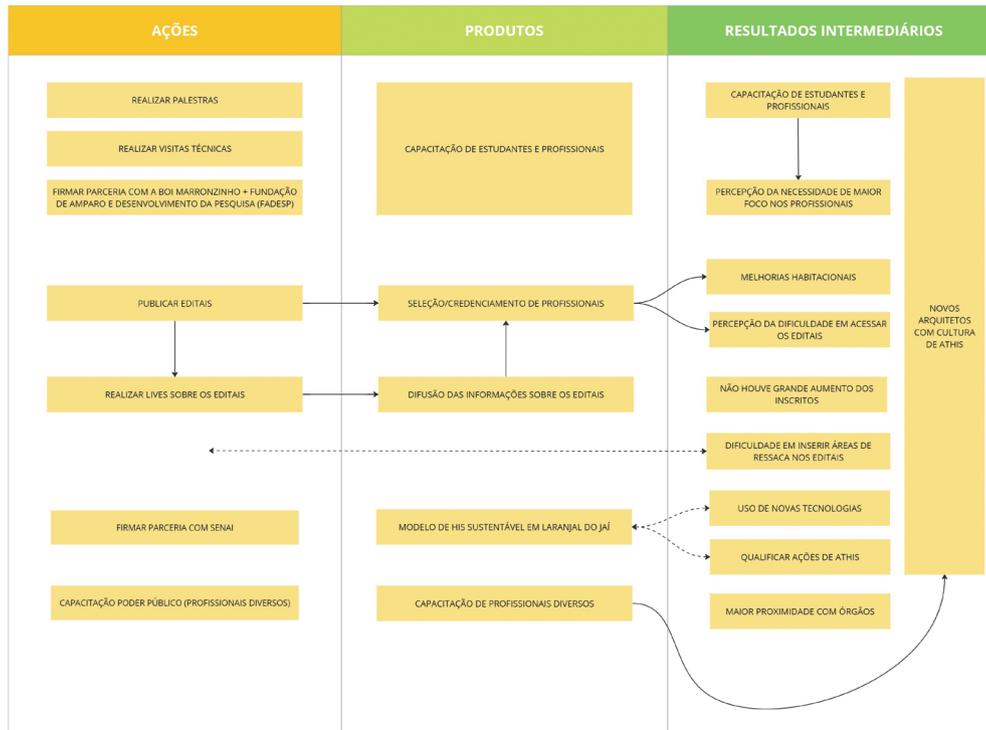
CAU AP | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.9
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/AP



CAU AP | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.10
Quadro da árvore do problema – CAU/BA

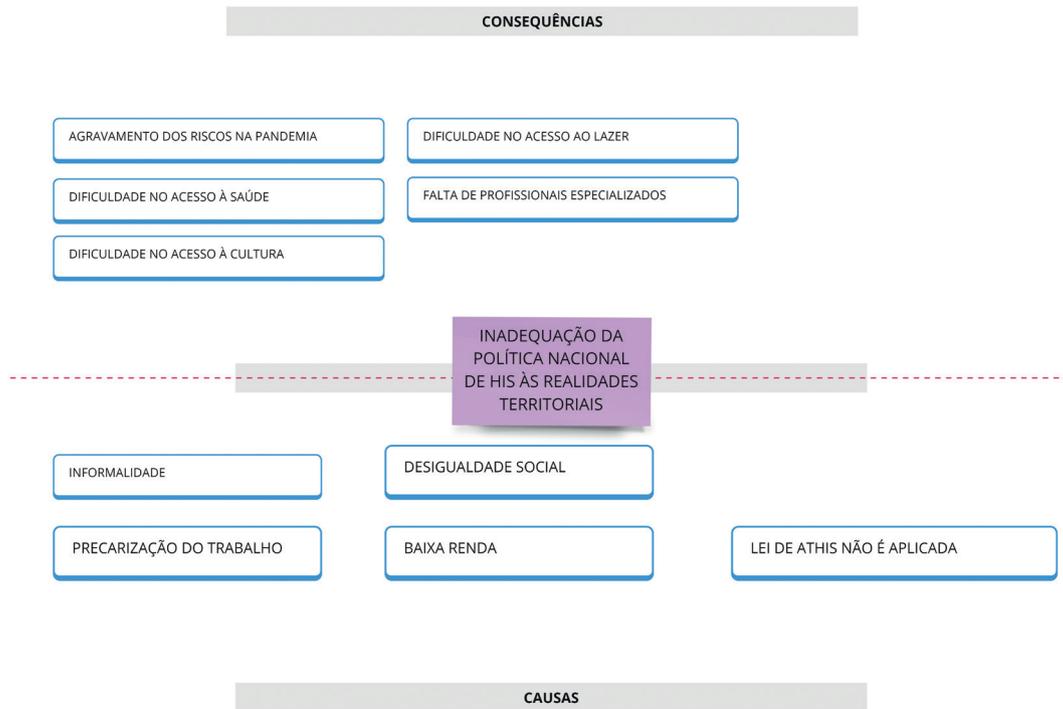
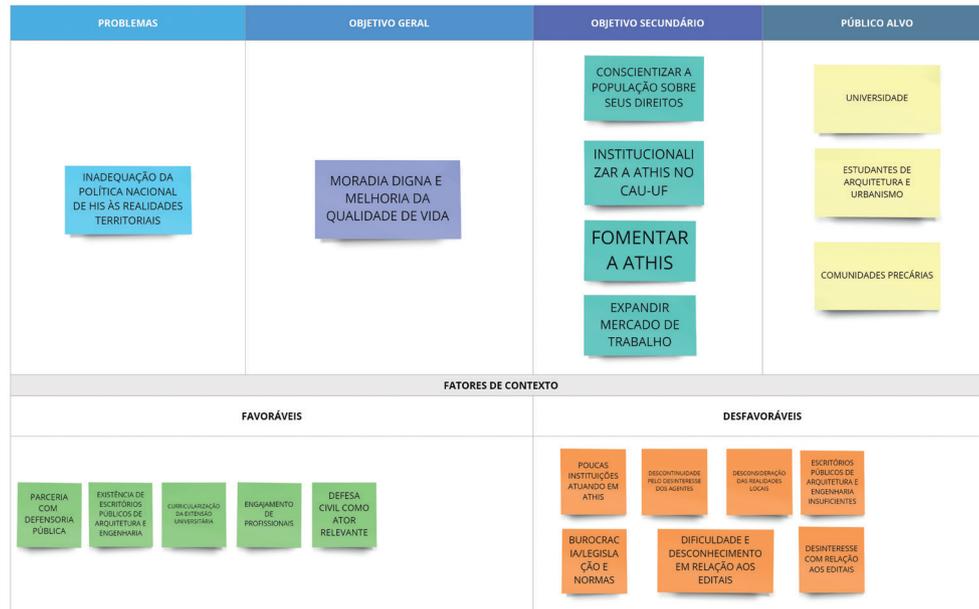


FIGURA B.11
 Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/BA



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.12
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/BA

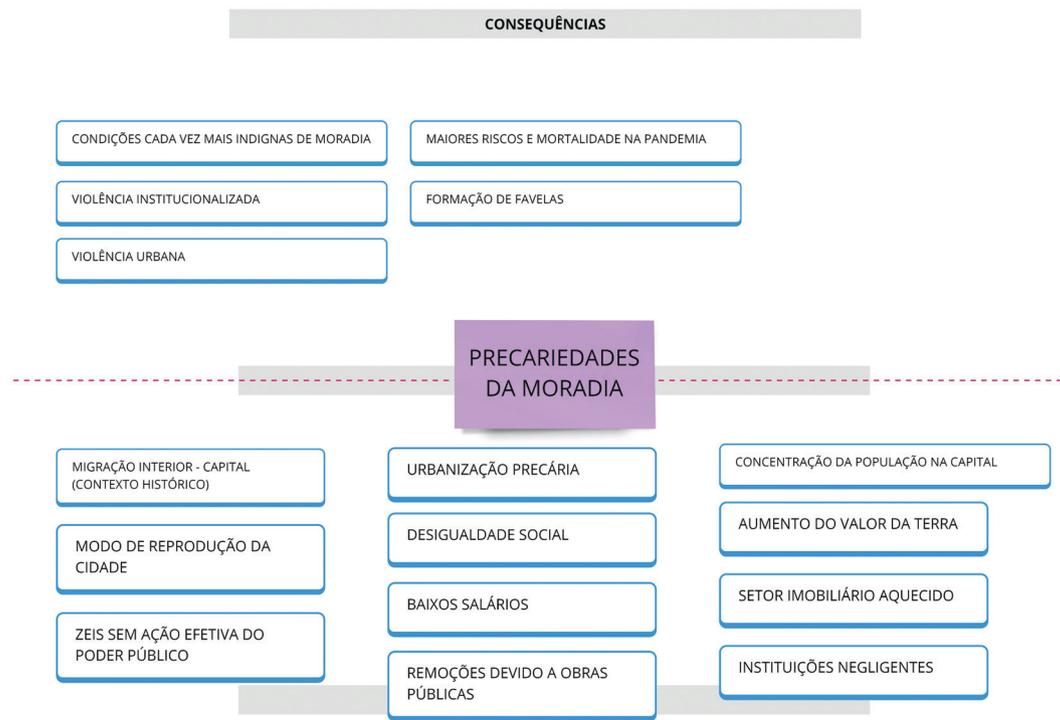
AÇÕES	PRODUTOS	RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS
ESTRUTURAR ATHIS NO CAU-BA	ATHIS NA COMISSÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS	
PUBLICAR EDITAIS	APOIO À UFBA NA PÓS-GRADUAÇÃO DE RESIDÊNCIA EM ATHIS	PROFISSIONAIS SENSIBILIZADOS E CAPACITADOS
	SELEÇÃO/CREDECIMENTO DE PROFISSIONAIS	DIREITOS GARANTIDOS
	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS	EDITAIS APRIMORADOS EM RELAÇÃO AO PROBLEMA
	LEVANTAMENTO PARA REALOCAÇÃO DE FAMÍLIAS	MAIOR IMPACTO DAS AÇÕES
REALIZAR EVENTOS	PALESTRAS REALIZADAS	SENSIBILIZAR PROFISSIONAIS
FIRMAR PARCERIA COM A DEFENSORIA PÚBLICA	CARTILHA ATHIS E IES	ESTUDANTES E UNIVERSIDADE SENSIBILIZADOS SOBRE ATHIS
ORIENTAR PREFEITURAS		

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. IES – instituições de ensino superior.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.13
Quadro da árvore do problema – CAU/CE

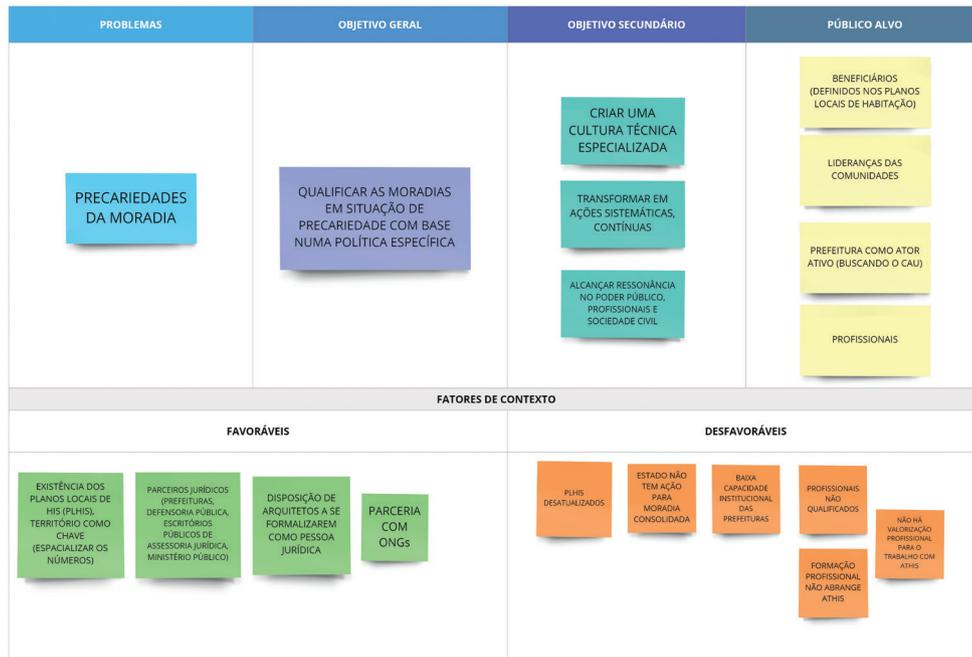


CAU CE | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.14
Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/CE



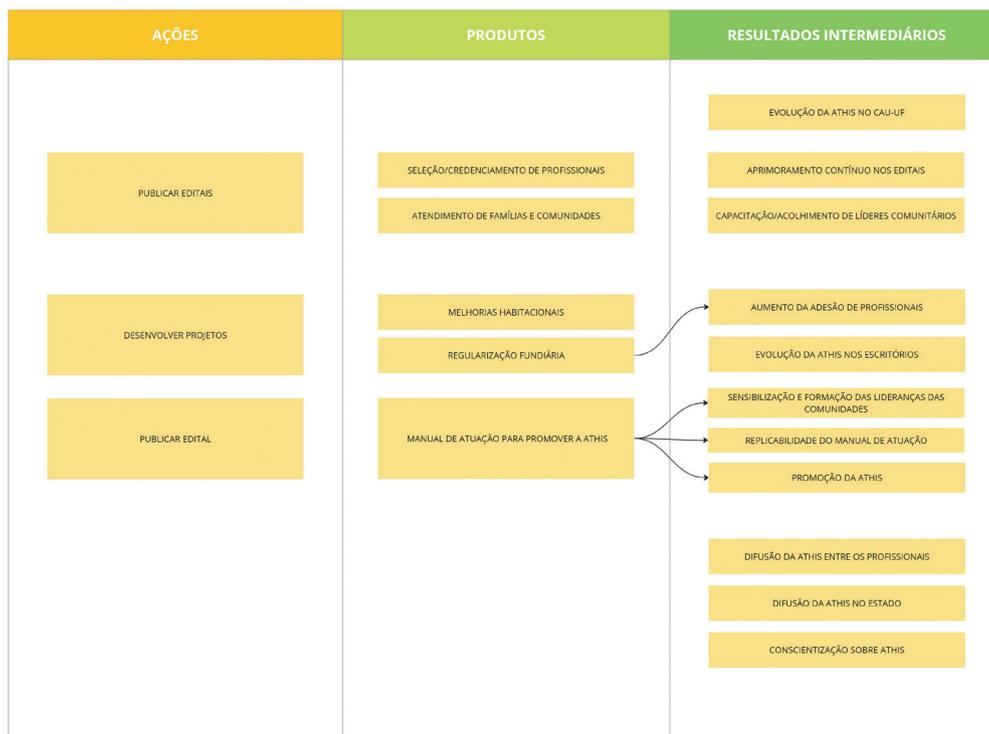
CAU CE | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. PLHIS – Planos Locais de Habitação de Interesse Social; ONGs – organizações não governamentais.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.15
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/CE

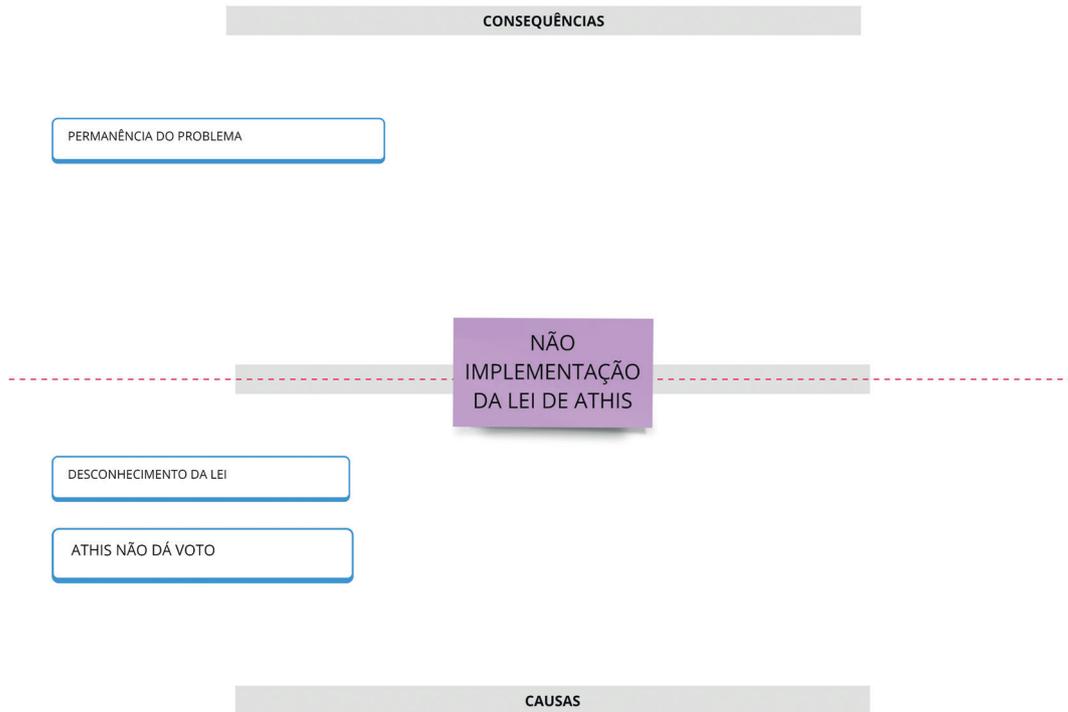


CAU CE | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.16
Quadro da árvore do problema – CAU/DF

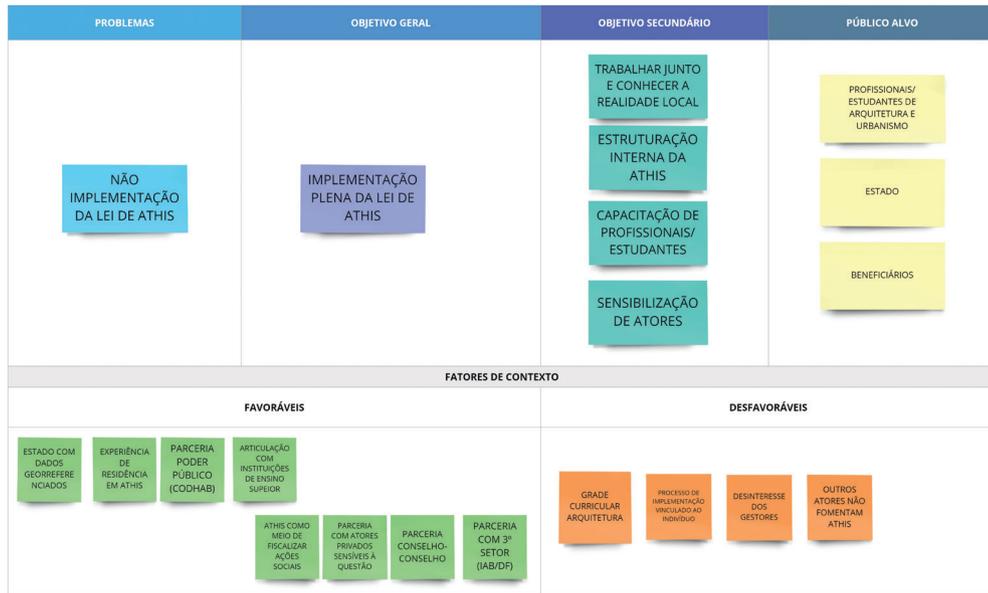


CAU DF | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.17
Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/DF



Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Codhab – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal; IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

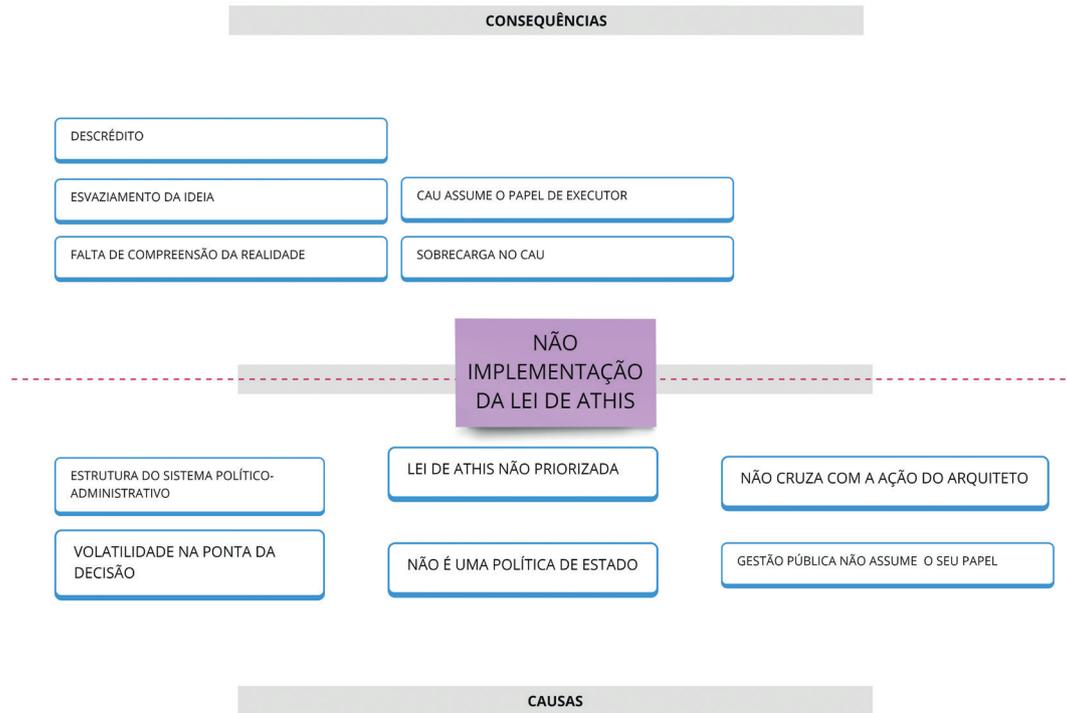
FIGURA B.18
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/DF



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.19
Quadro da árvore do problema – CAU/GO

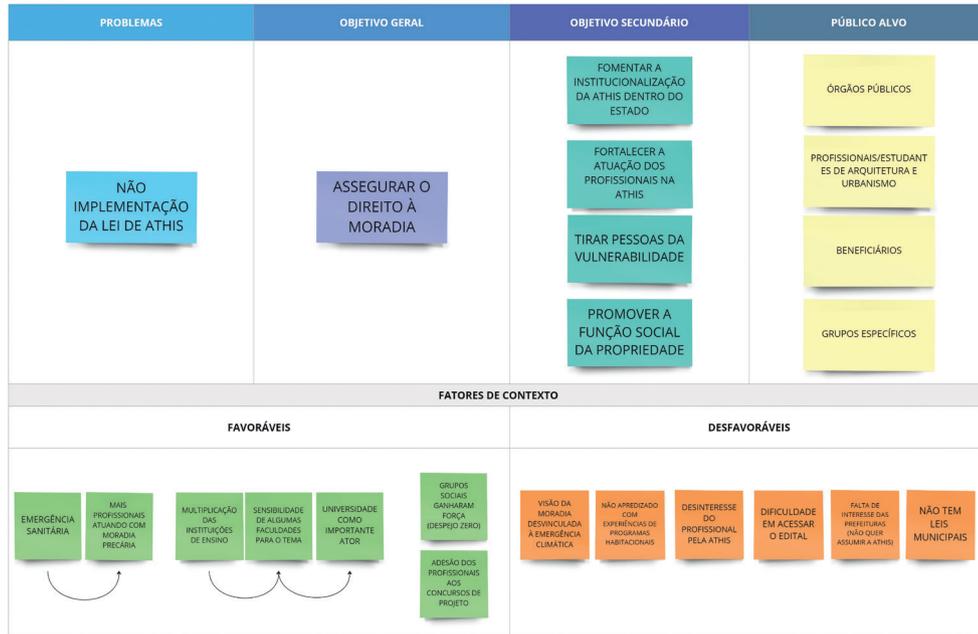


CAU GO | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.20
Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/GO

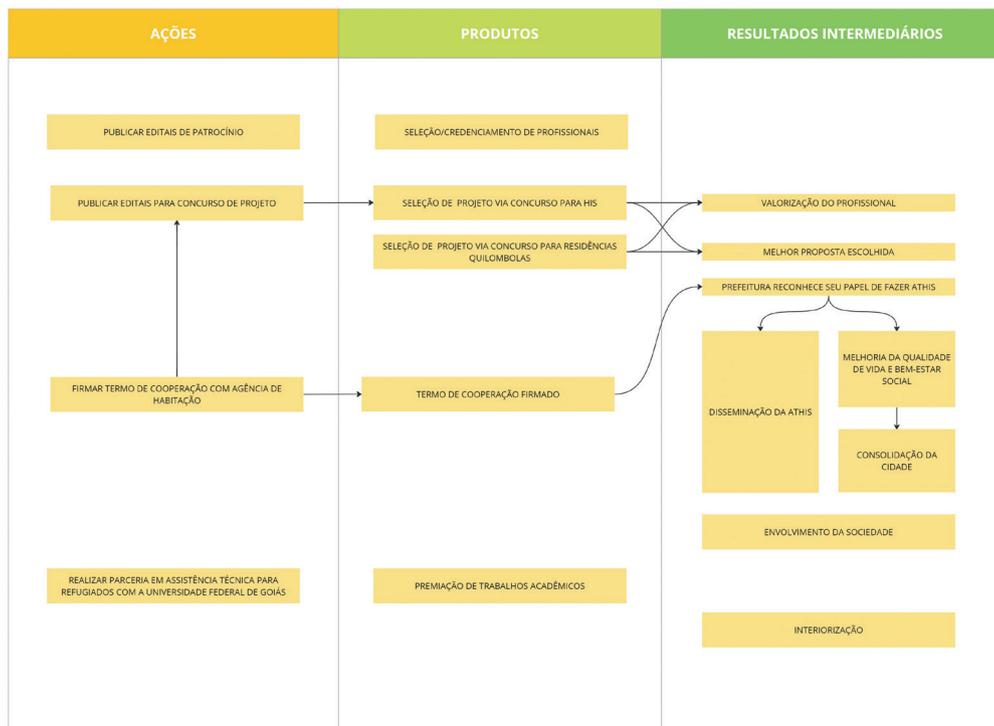


CAU GO | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.21
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/GO

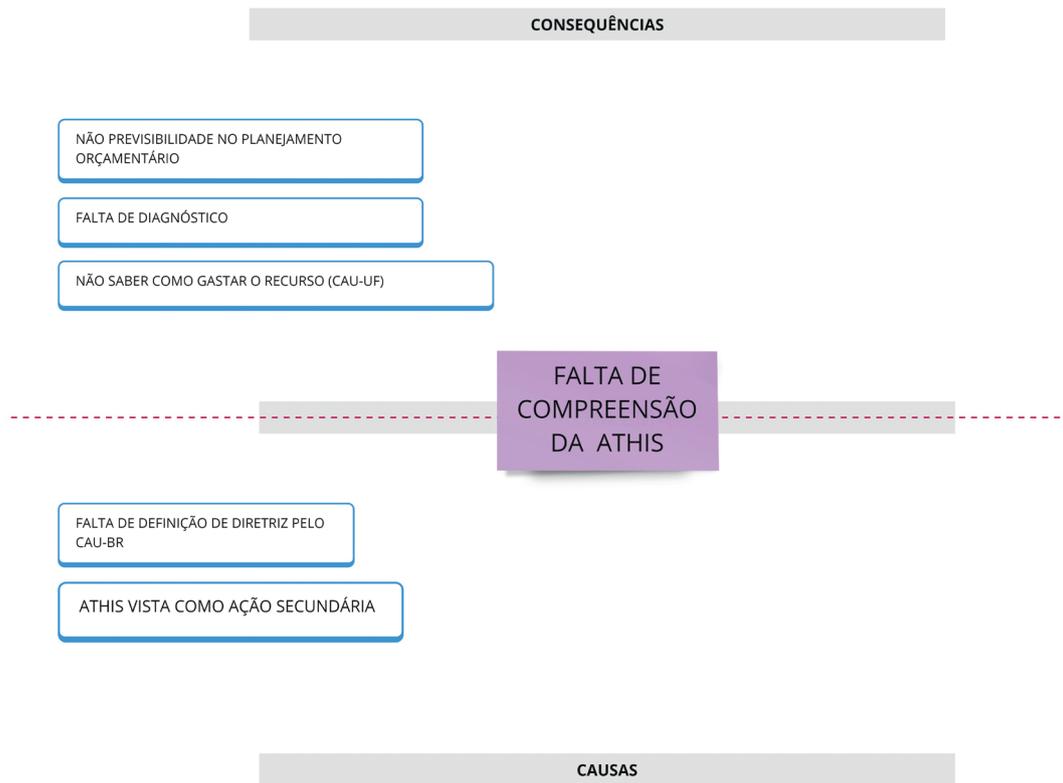


CAU GO | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.22
Quadro da árvore do problema – CAU/MA

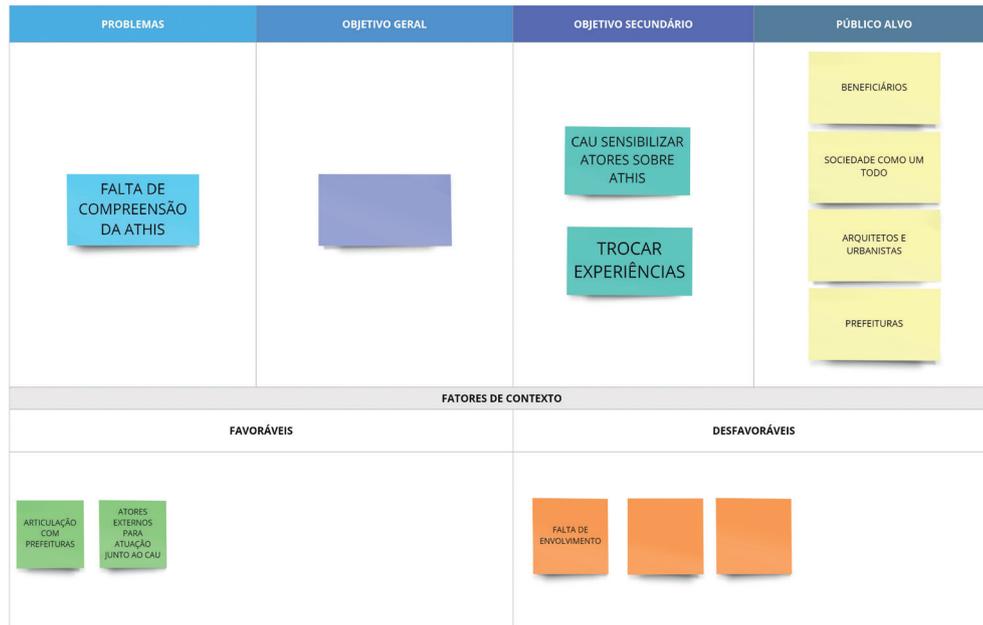


CAU MA | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.23
 Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/MA



CAU MA | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

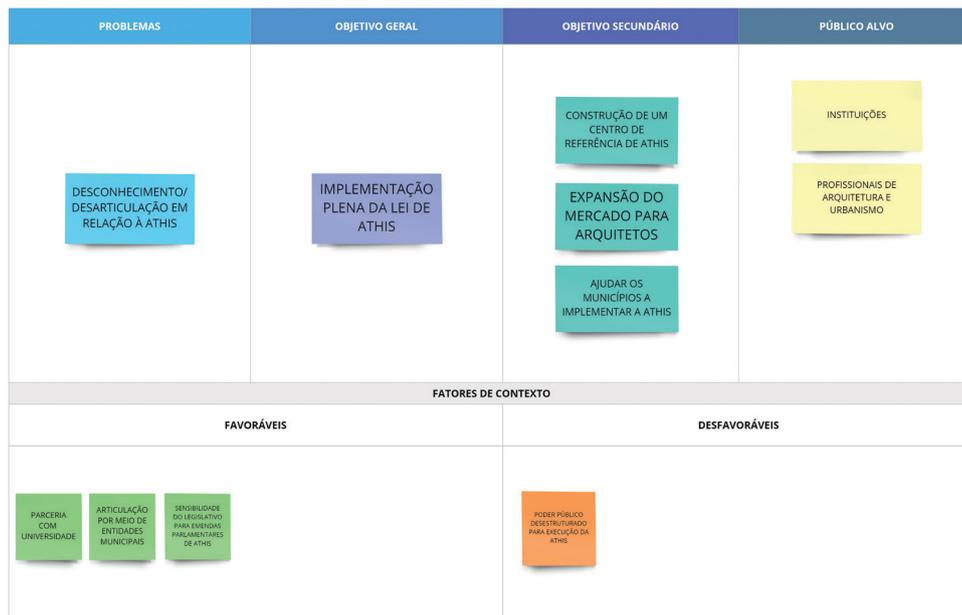
Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.24
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/MA

AÇÕES	PRODUTOS	RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS
<p>REALIZAR PALESTRAS</p> <p>REALIZAR APRESENTAÇÃO DE CASOS DE SUCESSO</p> <p>PARTICIPAR DE EVENTOS EM OUTROS CAU-LF</p> <p>ARTICULAR COM O PODER PÚBLICO</p>	<p>TEMA DE ATHIS DIFUNDIDO AOS PROFISSIONAIS E ESTUDANTES</p> <p>CAPACITAÇÃO DE ATORES INSTITUCIONAIS (SEMINÁRIO CAU-SP)</p> <p>criação de grupo com representantes de 4 municípios que atuam na ATHIS</p>	<p>AMADURECIMENTO DO CAMPO PROFISSIONAL</p> <p>CAU PERCEBIDO COMO ATOR RESPONSÁVEL PELA CAPACITAÇÃO</p> <p>PODER PÚBLICO SENSIBILIZADO</p> <p>UNIVERSIDADES SENSIBILIZADAS</p>

FIGURA B.25
 Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/MG¹



CAU MG | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

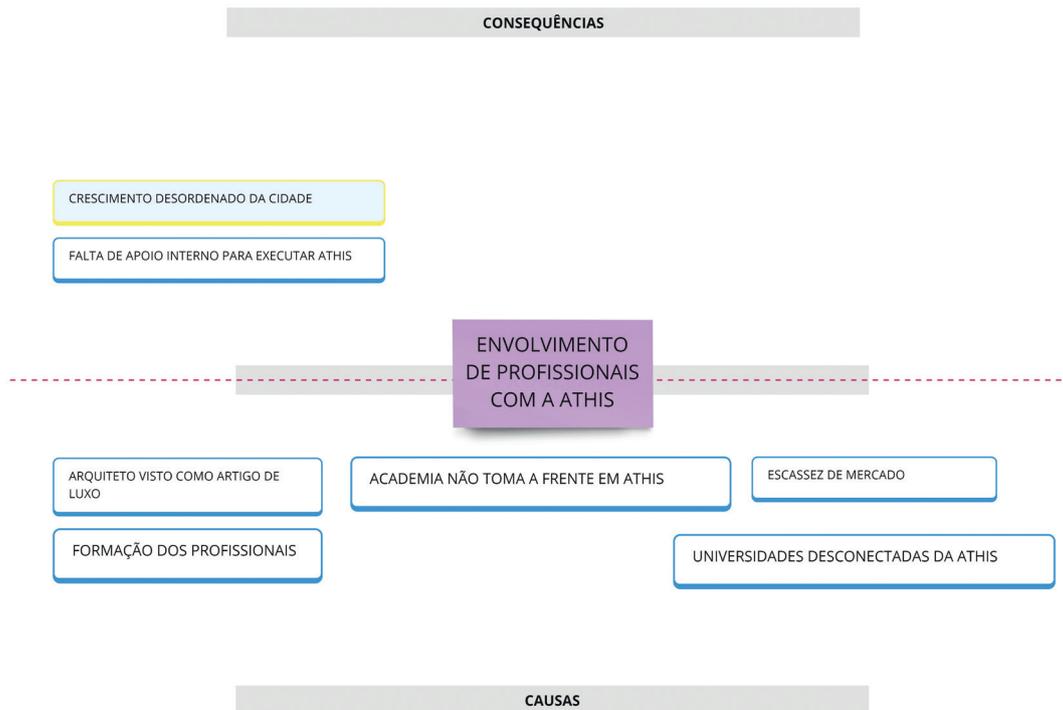
Nota: ¹ O quadro árvore do problema não foi elaborado para o CAU/MG.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.26
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/MG

AÇÕES	PRODUTOS	RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS
<p data-bbox="363 406 619 438">PUBLICAR EDITAIS</p> <p data-bbox="363 470 619 502">REALIZAR SEMINÁRIOS</p> <p data-bbox="363 534 619 566">CAPACITAR PROFISSIONAIS</p> <p data-bbox="363 597 619 629">CAPACITAR PODER PÚBLICO</p> <p data-bbox="363 661 619 693">ELABORAR TERMOS DE COOPERAÇÃO COM O PODER PÚBLICO</p>	<p data-bbox="692 406 948 438">SELEÇÃO/CREDECIMENTO DE PROFISSIONAIS</p>	<p data-bbox="1016 406 1272 438">AMADURECIMENTO DO CAMPO PROFISSIONAL</p> <p data-bbox="1016 470 1272 502">CAU PERCEBIDO COMO REFERÊNCIA PARA O PODER PÚBLICO</p>

FIGURA B.27
Quadro da árvore do problema – CAU/MS

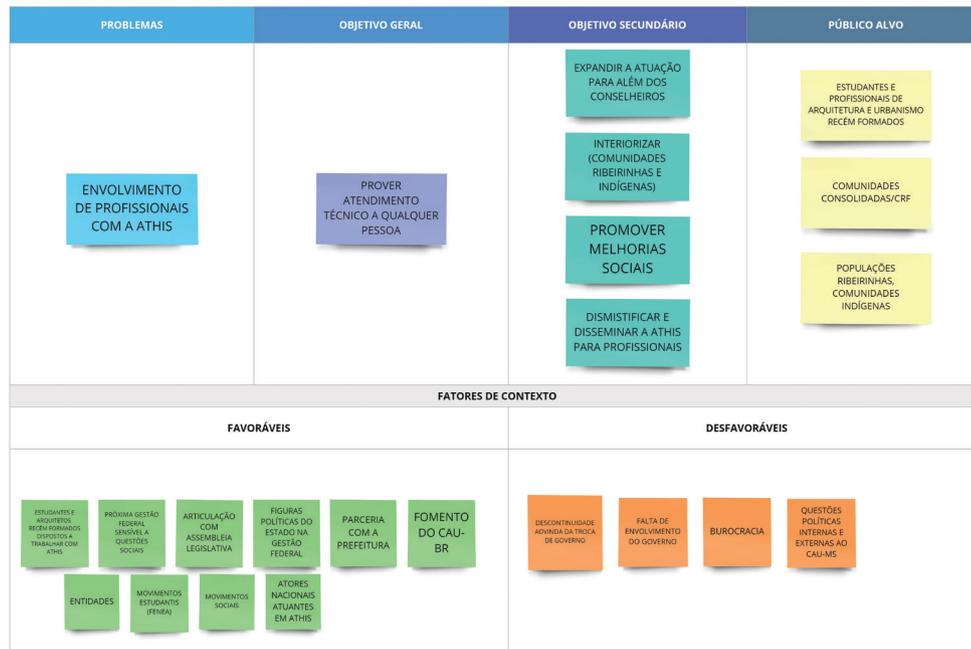


CAU MS | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.28
Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/MS



CAU MS | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

- Obs.: 1. Fenea – Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil; e CRF – Comunidade Organizada em Defesa de Moradias nas Ocupações Irregulares, Famílias sem Moradias no Mato Grosso do Sul.
2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.29
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/MS

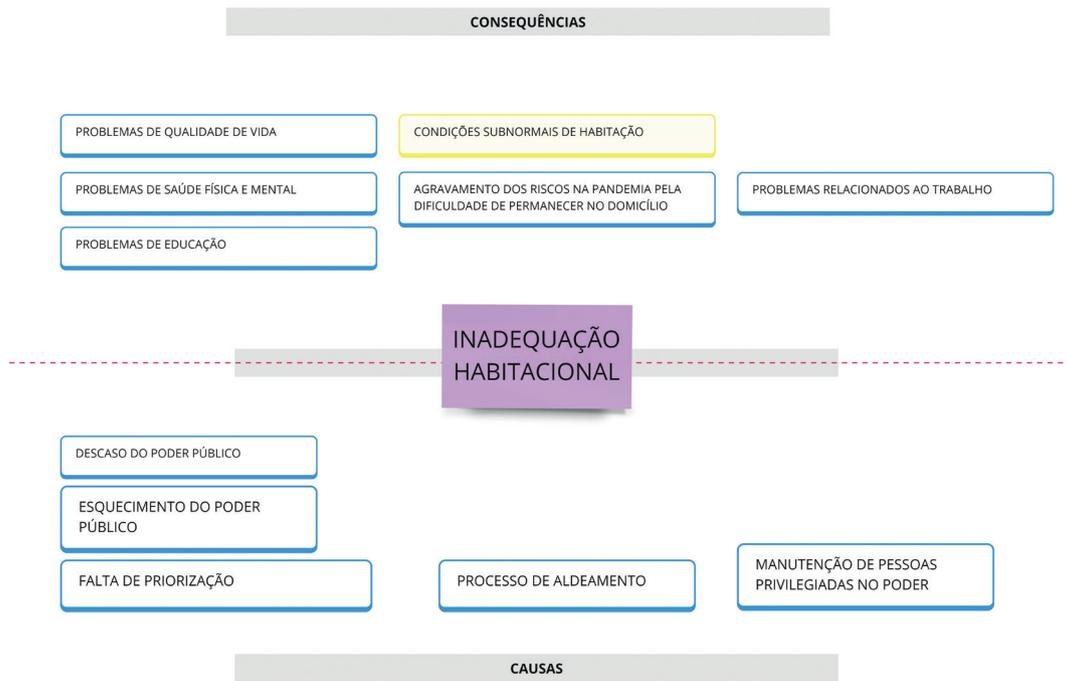
AÇÕES	PRODUTOS	RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS
<ul style="list-style-type: none"> CRIAR UM GRUPO DE TRABALHO EM ATHIS CRIAR COMISSÃO TEMPORÁRIA DE ATHIS 	<ul style="list-style-type: none"> INSTITUCIONALIZAR A ATHIS 	<ul style="list-style-type: none"> EFEETVAR AÇÕES DE ATHIS DENTRO DO CAU-MS
<ul style="list-style-type: none"> REALIZAR EVENTO PARA CAPACITAR PROFISSIONAIS PUBLICAR EDITAL PARA CAPACITAÇÃO FIRMAR ACORDO DE COOPERAÇÃO COM PREFEITURA 	<ul style="list-style-type: none"> CAPACITAÇÃO DE ATORES ENVOLVIDOS NA ATHIS SELEÇÃO/CREDECIAAMENTO DE PROFISSIONAIS CAPACITAR PODER PÚBLICO 	<ul style="list-style-type: none"> DISSEMINAÇÃO DA ATHIS PARA PROFISSIONAIS MAIS NOVOS CAU PERCEBIDO COMO REFERÊNCIA PARA O PODER PÚBLICO DECONSTRUÇÃO DE RESISTÊNCIA À ATHIS
<ul style="list-style-type: none"> ARTICULAR COM A PREFEITURA FIRMAR ACORDO DE COOPERAÇÃO COM PREFEITURA PUBLICAR EDITAL PARA CREDECIAAMENTO 	<ul style="list-style-type: none"> CREDECIAAMENTO EM PARCERIA COM A PREFEITURA CREDECIAAR PROFISSIONAIS 	<ul style="list-style-type: none"> ESTADO COMEÇOU A OLHAR PARA ATHIS FOMENTAR ATHIS ENTRE OS PROFISSIONAIS MUDANÇA SOCIAL MELHORAR QUESTÕES DE GÊNERO SALUBRIDADE DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO PESSOAL ASSISTENTE SOCIAL DENTRO DO PROCESSO
<ul style="list-style-type: none"> TENTATIVA DE PUBLICAR EDITAL DE PATROCÍNIO 	<ul style="list-style-type: none"> EDITAL NÃO APROVADO POR QUESTÕES IDEOLÓGICAS DE CONSELHEIROS 	

CAU MS | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

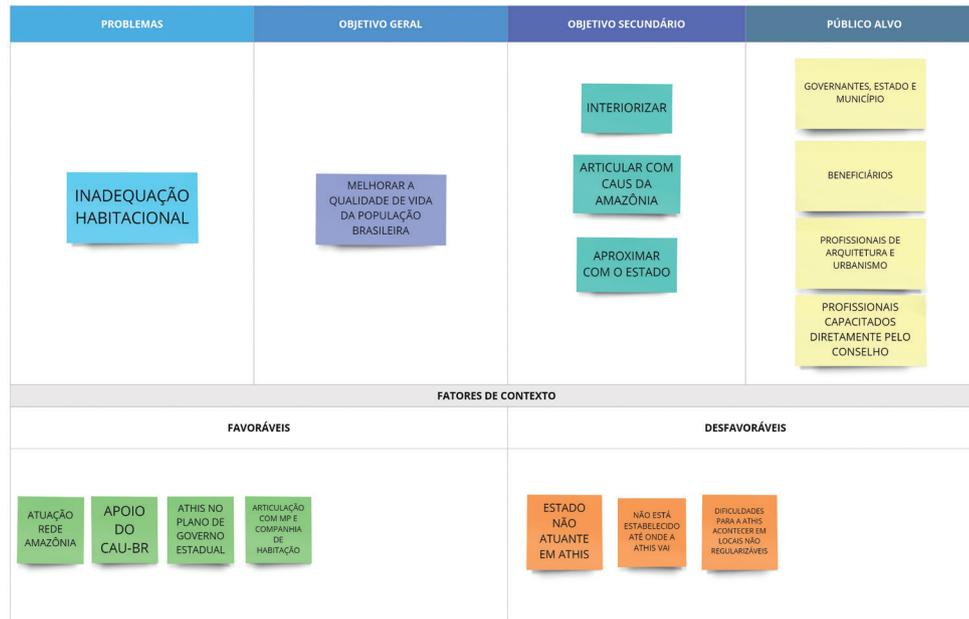
FIGURA B.30
Quadro da árvore do problema – CAU/PA



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.31
 Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/PA



CAU PA | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. MP – Ministério Público.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.32
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/PA



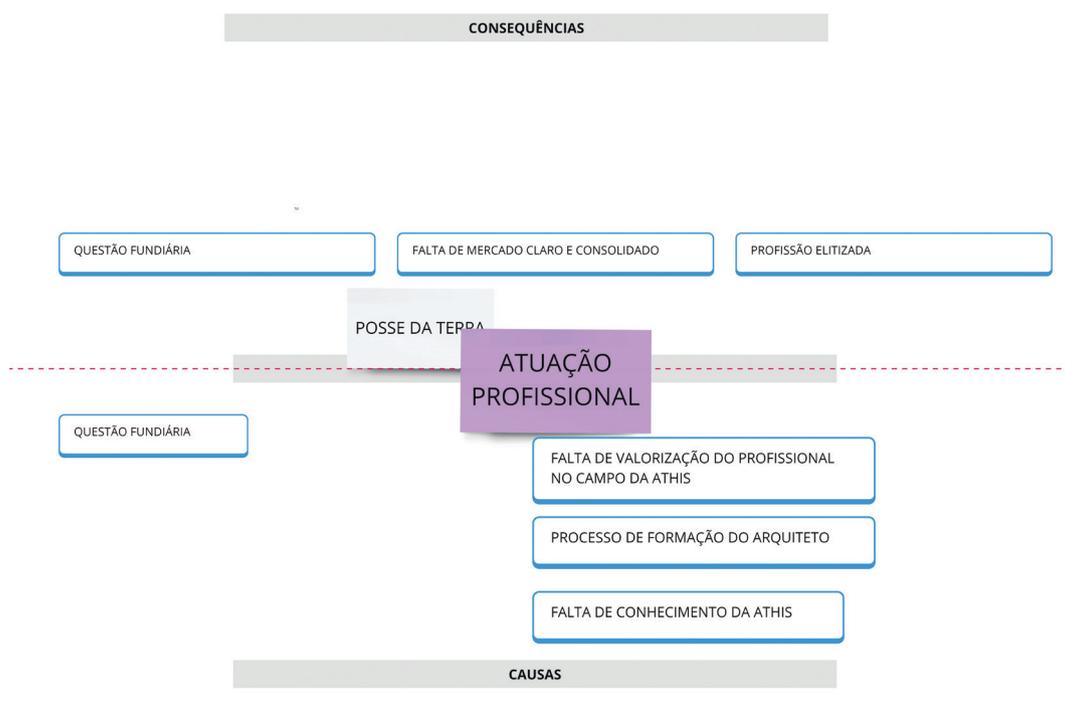
CAU PA | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. TCCs – trabalhos de conclusão de curso.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

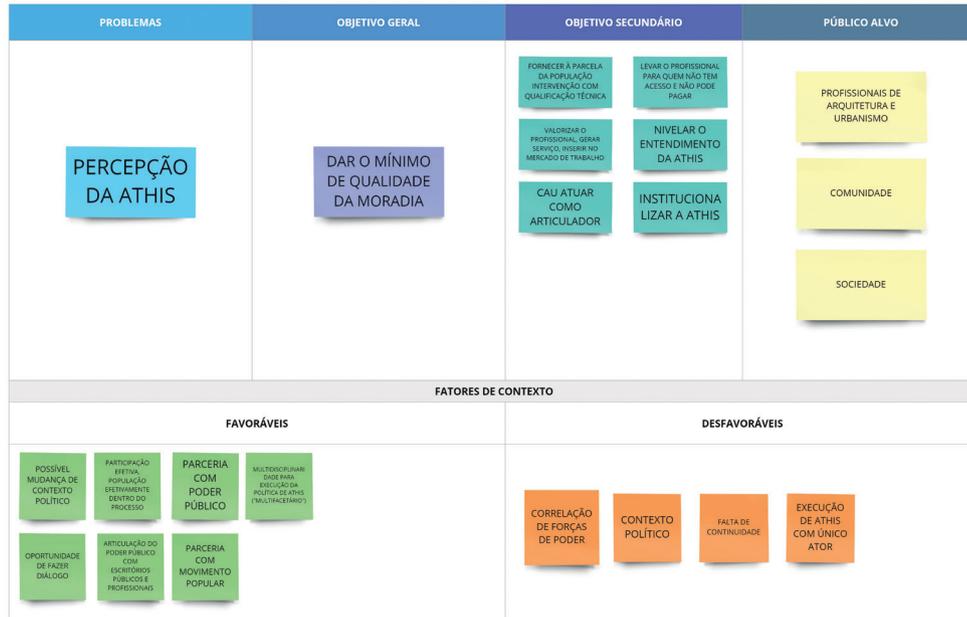
FIGURA B.33
Quadro da árvore do problema – CAU/PB



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.34
Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/PB

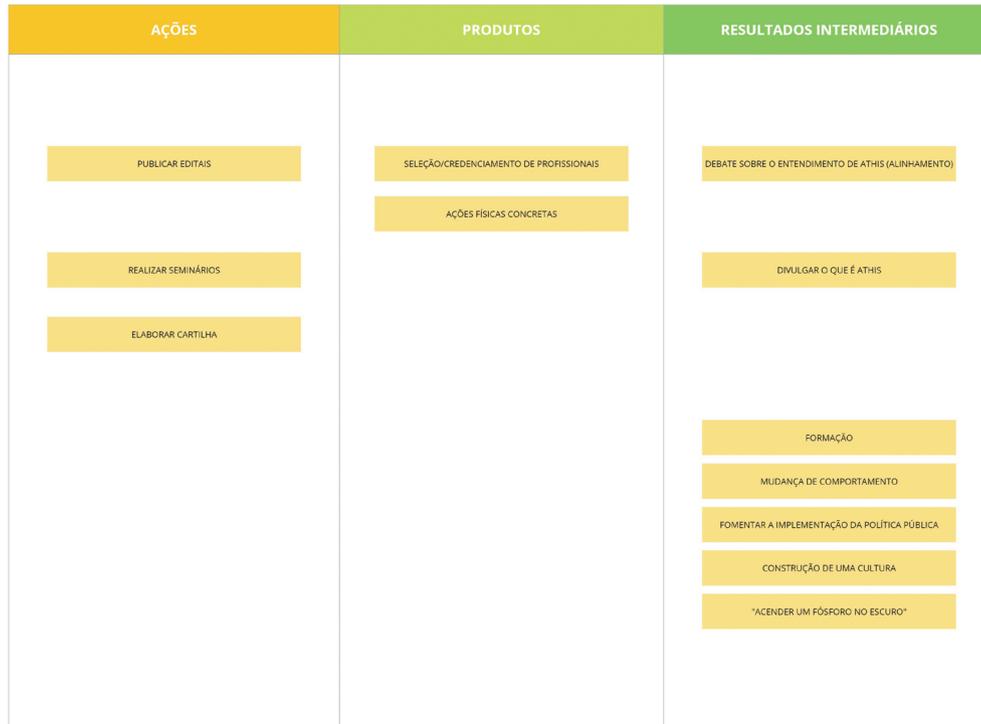


CAU PB | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos layouts e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.35
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/PB

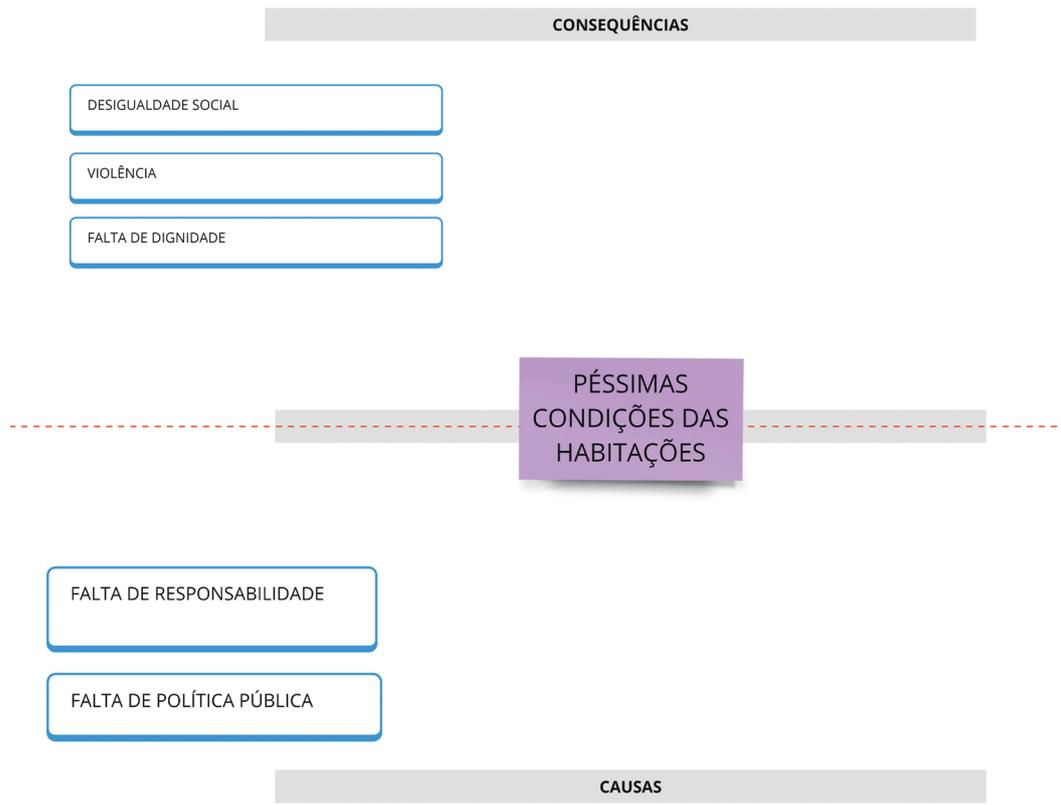


CAU PB | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.36
Quadro da árvore do problema – CAU/PE

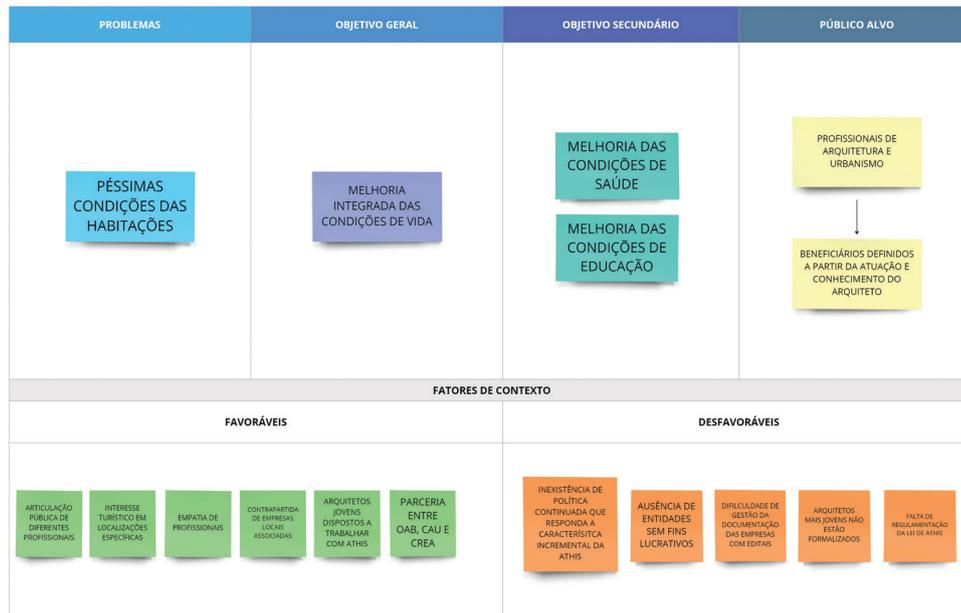


CAU PE | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.37
 Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/PE



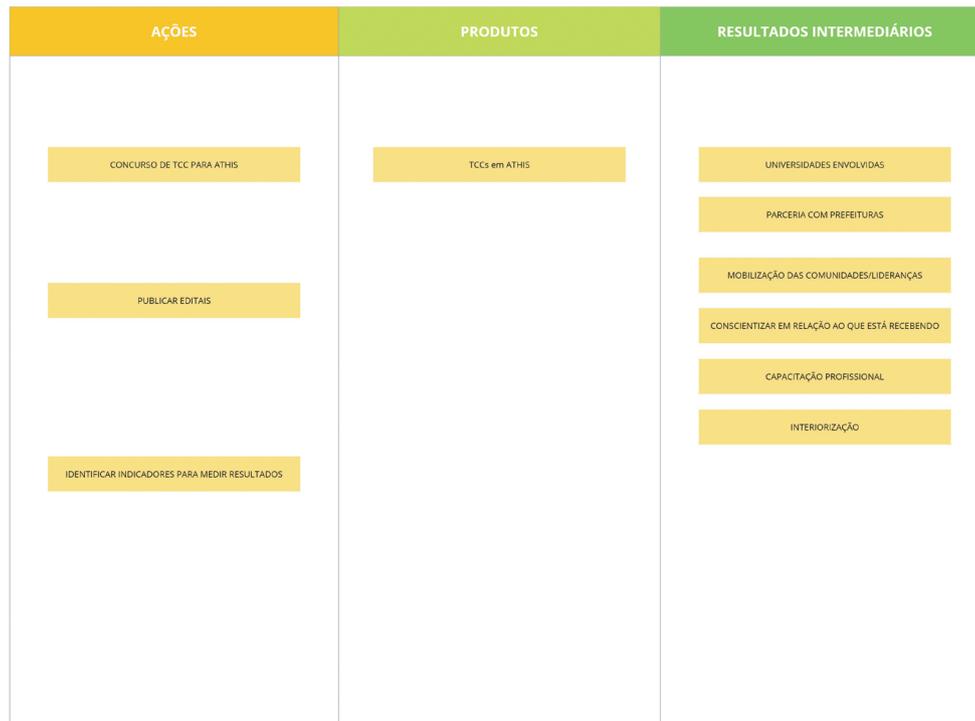
CAU PE | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. OAB – Ordem dos Advogados do Brasil; Crea – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.38
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/PE

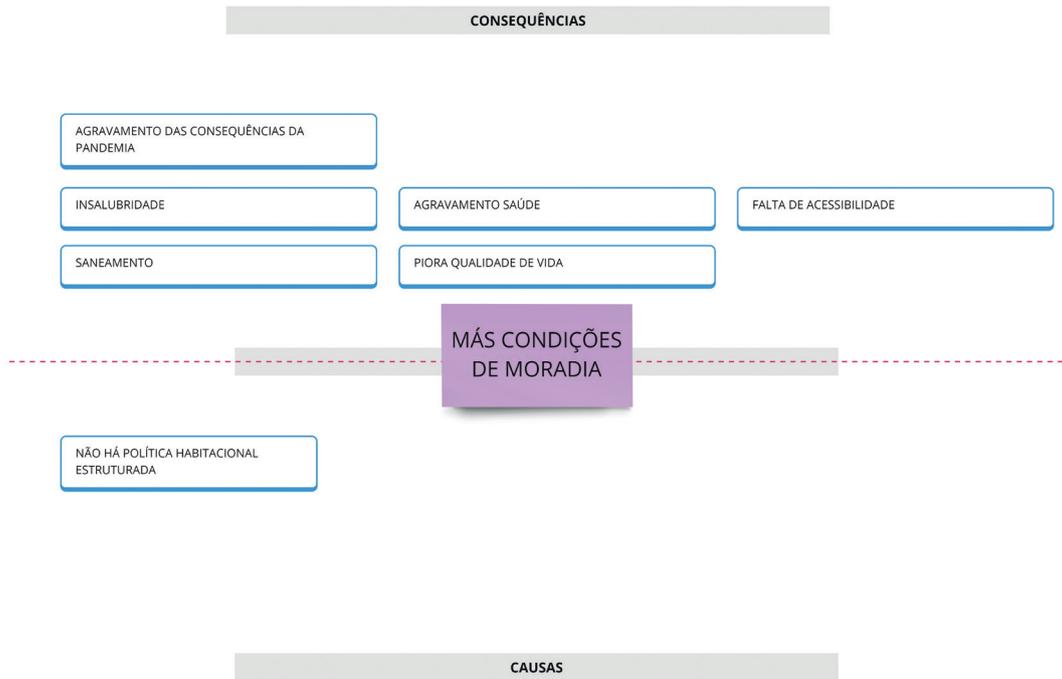


CAU PE | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

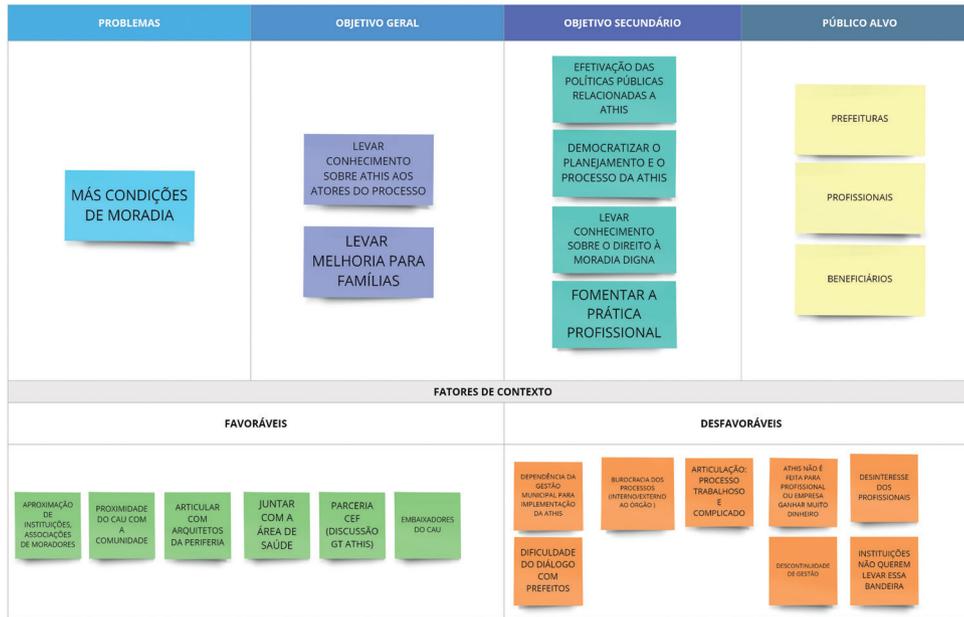
FIGURA B.39
Quadro da árvore do problema – CAU/PI



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.40
Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/PI



CAU PI | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. CEF – Caixa Econômica Federal; e GT– grupo de trabalho.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.41
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/PI

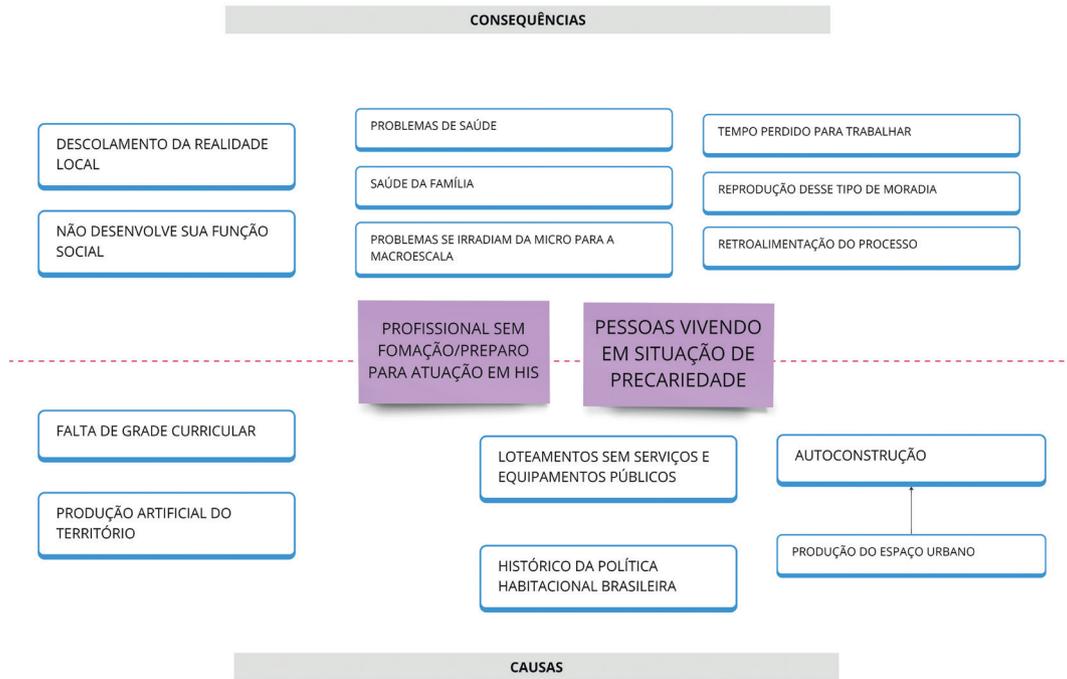


CAU PI | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

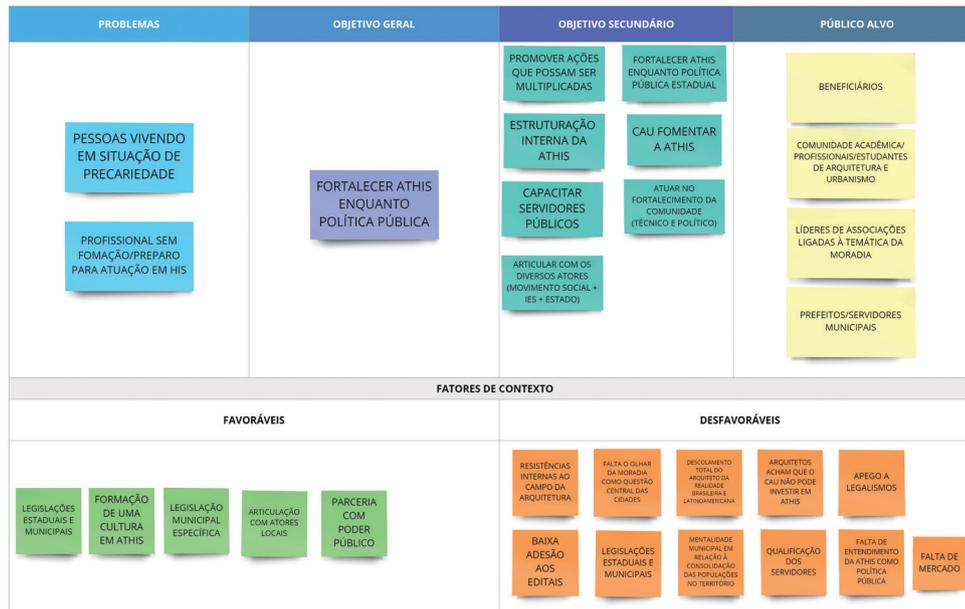
FIGURA B.42
Quadro da árvore do problema – CAU/PR



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.43
Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/PR



CAU PR | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos layouts e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.44
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/PR

AÇÕES	PRODUTOS	RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS
PUBLICAR EDITAIS DE PATROCÍNIO CULTURAL	PROJETOS PATROCINADOS	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ATHIS
PUBLICAR EDITAL (FUNASA)	PARCERIA COM MUNICÍPIO DE RIO BRANCO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	TRANSFORMAÇÃO DA PROFISSÃO
		EFEITO MULTIPLICADOR DOS ATORES (OUTRAS AÇÕES NOS MUNICÍPIOS)
CRIAR COMISSÃO TEMPORÁRIA DE ATHIS	FORTALECIMENTO POLÍTICO INTERNO	
ELABORAR TERMOS DE CONVÊNIO COM O PODER PÚBLICO	FIRMAR PARCERIA COM PODER PÚBLICO	MELHORIAS HABITACIONAIS (HIDROSSANITÁRIAS)
	REALIZAÇÃO DE OBRAS	MELHORIAS NA VIDA DA FAMÍLIA, COMUNIDADE, ENTORNO
	PROFISSIONAIS E SOCIEDADE CIVIL DEBATENDO ATHIS	COMPREENSÃO DAS COMUNIDADES QUE TEM ESSE DIREITO
CAPACITAR PODER PÚBLICO	SERVIDORES CAPACITADOS	ATHIS COMO POLÍTICA PÚBLICA

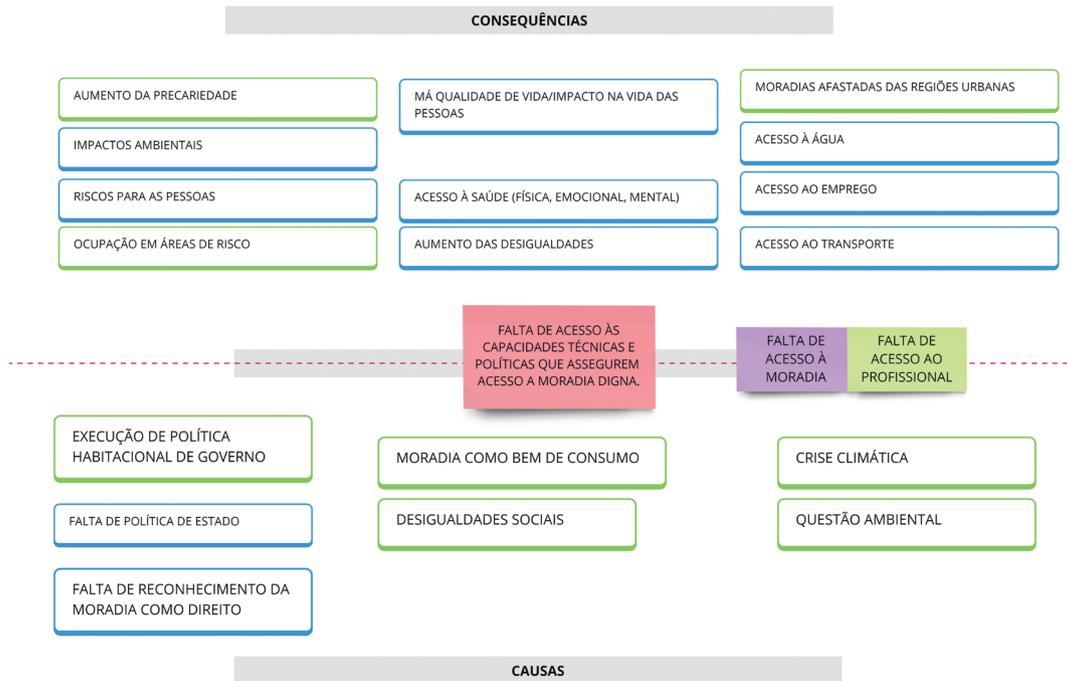
CAU PR | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Funasa – Fundação Nacional de Saúde.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.45
Quadro da árvore do problema – CAU/RJ

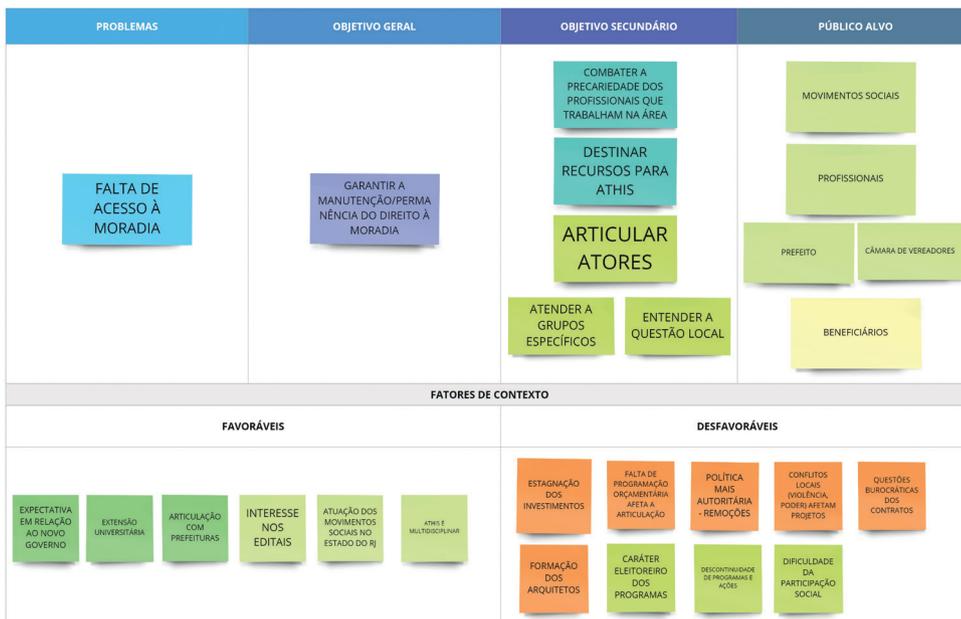


Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.46

Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/RJ

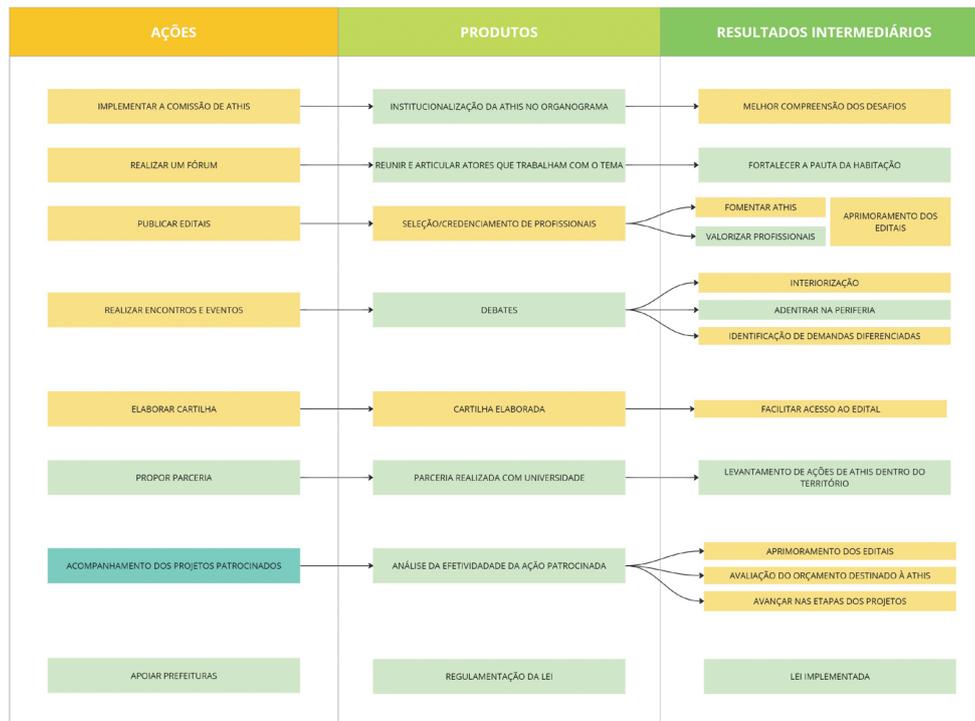


CAU RJ | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial)

FIGURA B.47
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/RJ

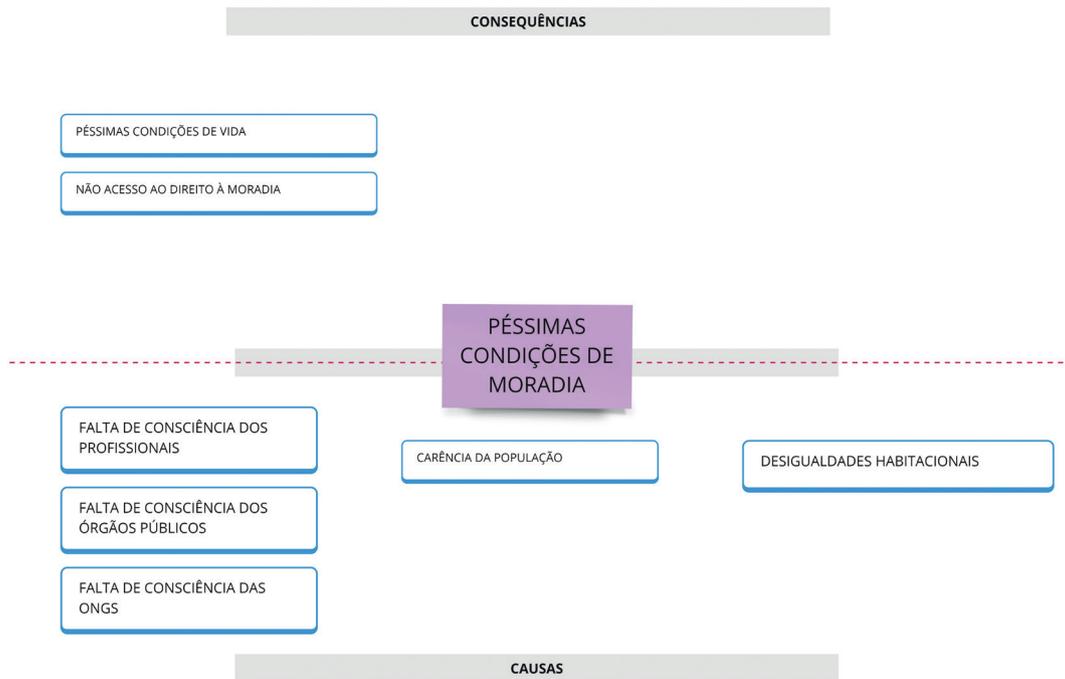


CAU RJ | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

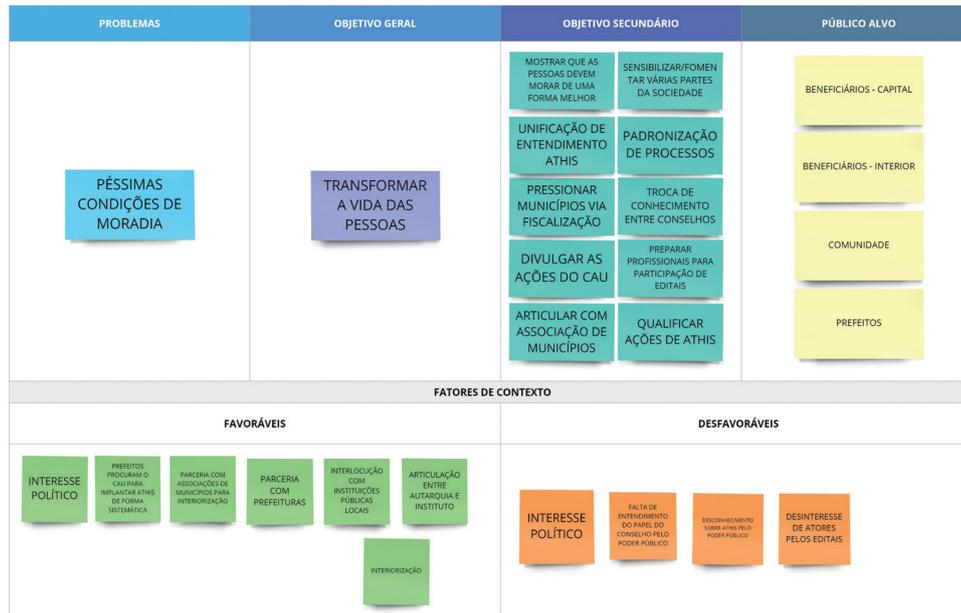
FIGURA B.48
Quadro da árvore do problema – CAU/RN



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.49
Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/RN



CAU RN | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

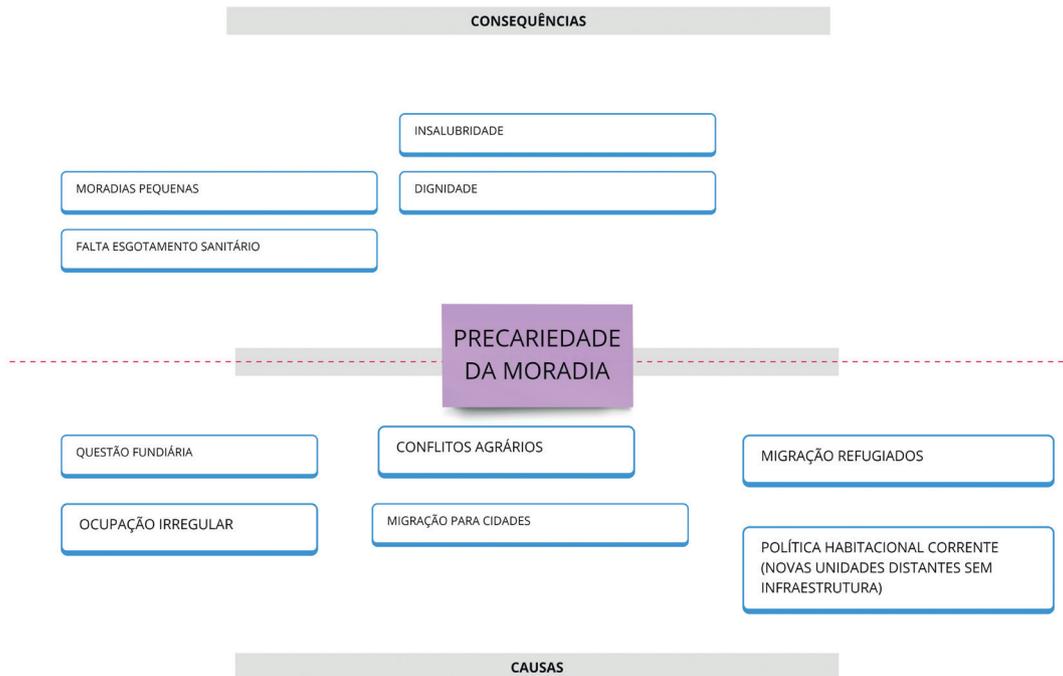
FIGURA B.50
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/RN



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

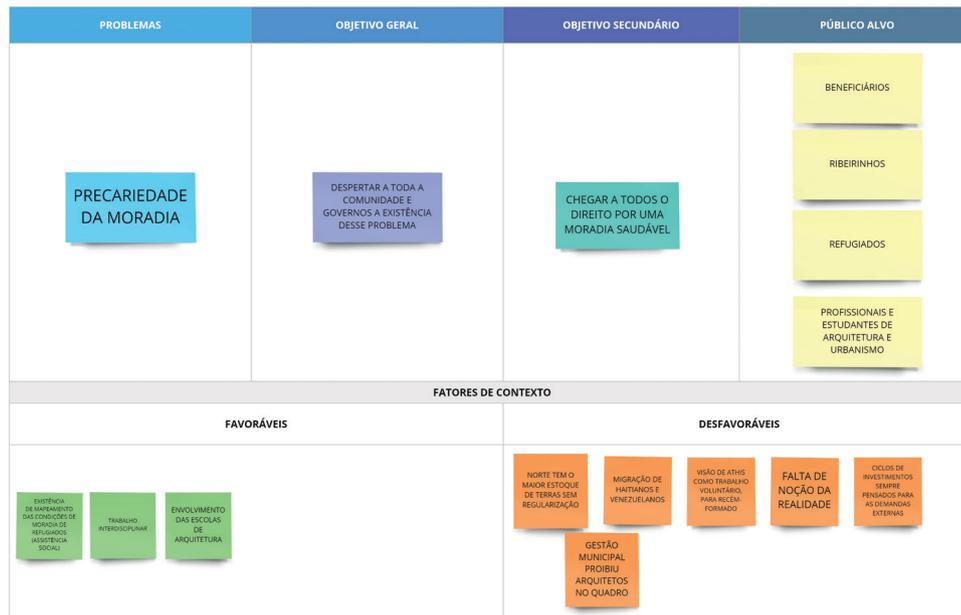
FIGURA B.51
Quadro da árvore do problema – CAU/RO



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.52
Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/RO



CAU RO | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.53
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/RO

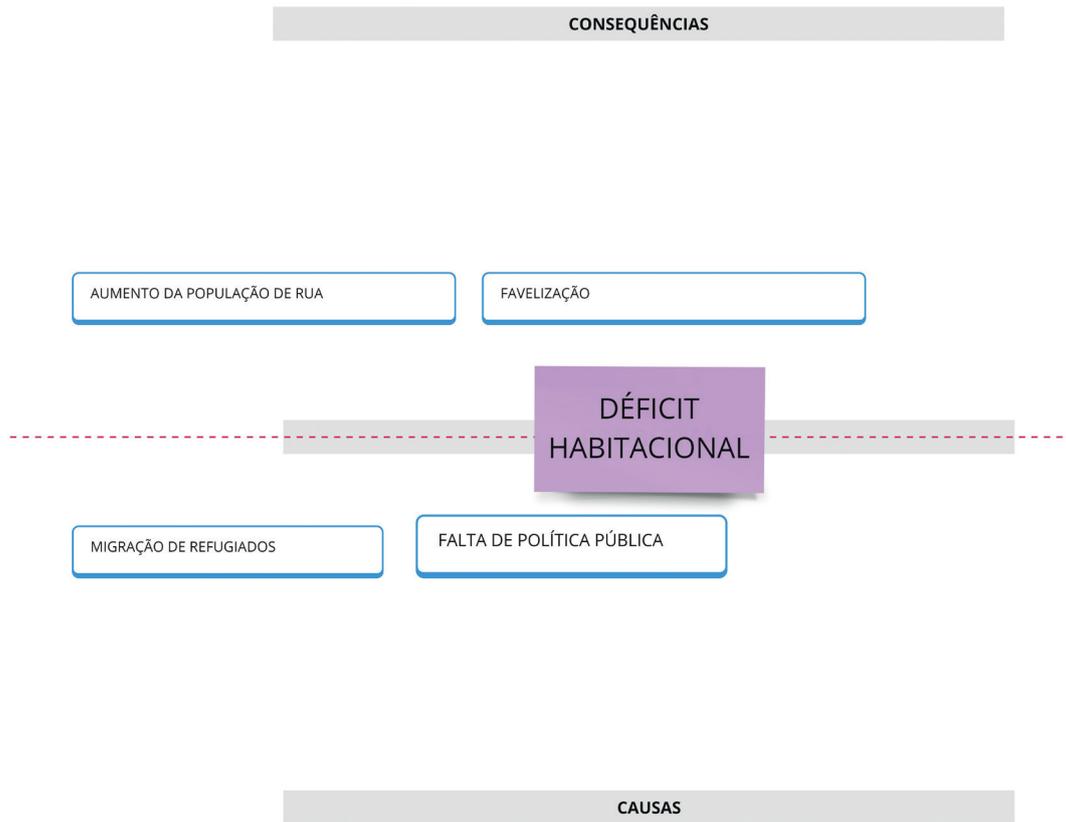
AÇÕES	PRODUTOS	RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS
PUBLICAR EDITAIS	NÃO HOUE PROJETOS CONTEMPLADOS	PERCEÇÃO DE DIFICULDADE DO ACESSO, DESCONHECIMENTO
REALIZAR CONCURSO DE TCC	TCCs RELACIONADOS À ATHIS	ESTUDANTES SENSIBILIZADOS
CAPACITAR PROFISSIONAIS	ARTICULAÇÃO COM COORDENADORES DE ESCOLAS DE ARQUITETURA	UNIVERSIDADE ABORDANDO ATHIS
NENHUMA CASA SEM BANHEIRO	TREINAMENTO PARA ARQUITETOS	PROFISSIONAIS CAPACITADOS
ARQUITETURA PARA RIBEIRINHOS	TRATATIVA COM DEPUTADA PARA VERBA PARA MÃO DE OBRA	RESPEITAR CARACTERÍSTICAS PARTICULARES
LEVAR PROJETO PARA CAU-AM		SENSIBILIZAR E DESCONSTRUIR NO SENTIDO DA ARQUITETURA PARA TODOS
		VIDAS TRANSFORMADAS (SALUBRIDADE, PROTEÇÃO DO CLIMA, SEGURANÇA, ALIMENTAÇÃO, ESTUDO, TRABALHO)
		SOCIEDADE SABER QUE ELA TEM DIREITO
		PROFISSIONAIS SENSIBILIZADOS

CAU RO | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.54
Quadro da árvore do problema – CAU/RR

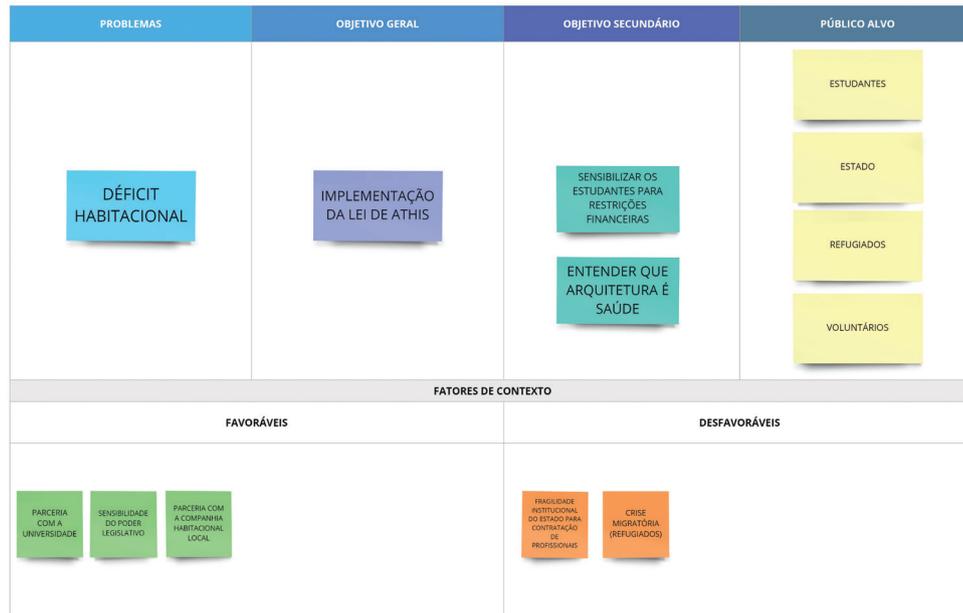


CAU RR | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.55
Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/RR



CAU RR | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.56

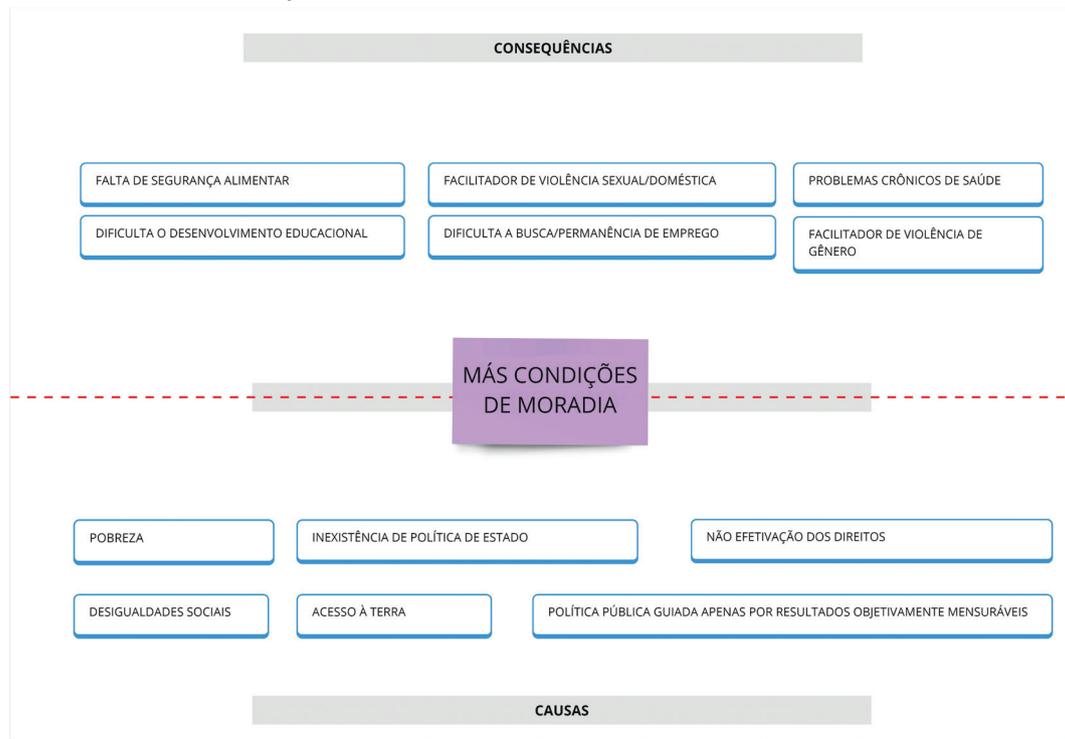
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/RR

AÇÕES	PRODUTOS	RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS
<p>FORMALIZAR CONVÊNIO</p>	<p>ESTÁGIO SUPERVISIONADO</p>	<p>MELHORIA HABITACIONAL</p>
<p>FIRMAR ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM UNIVERSIDADE</p>	<p>SELEÇÃO DE ESTUDANTES</p>	<p>CONSCIENTIZAÇÃO DOS ESTUDANTES (MUDANÇA DE ENTENDIMENTO)</p>
<p>DIÁLOGO COM ATORES</p>		<p>CONSCIENTIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS</p>

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.57
Quadro da árvore do problema – CAU/RS

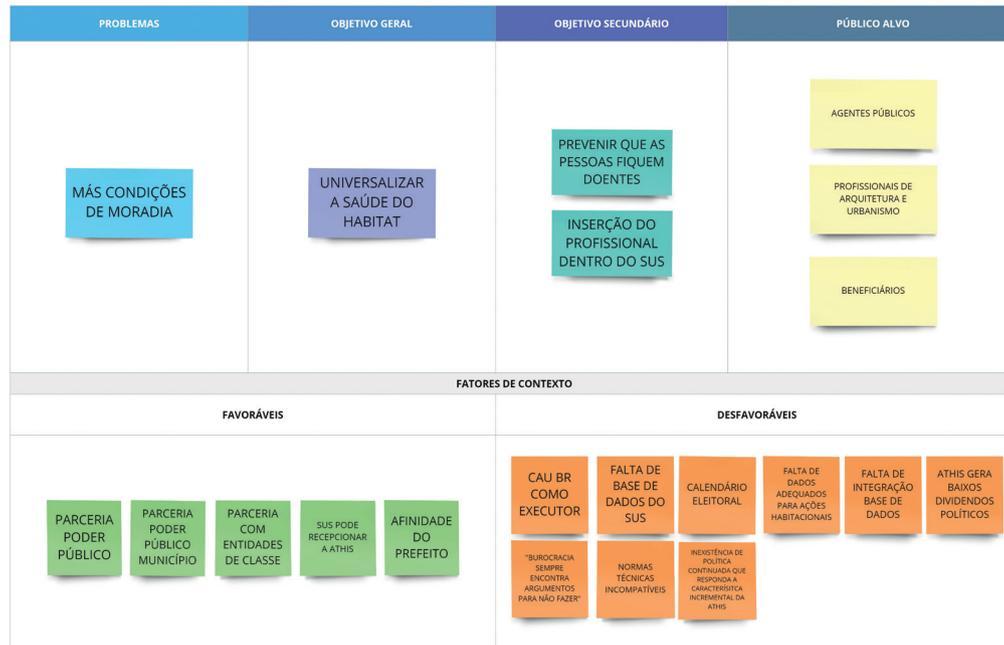


CAU RS | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.58
Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/RS



CAU RS | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. SUS – Sistema Único de Saúde.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.59
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/RS

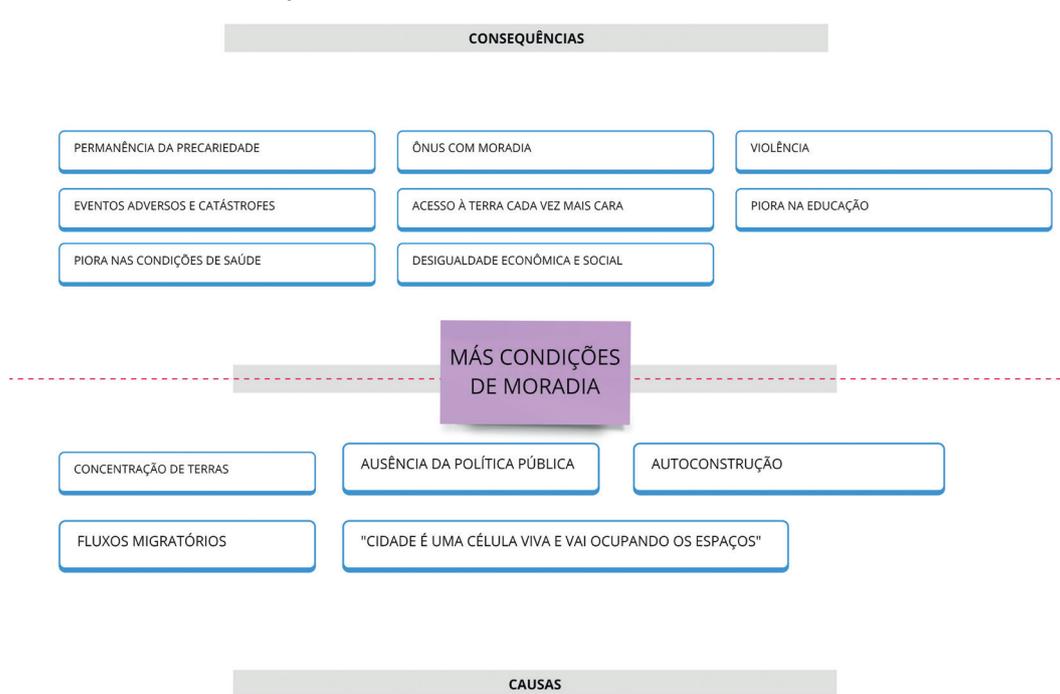


CAU RS | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

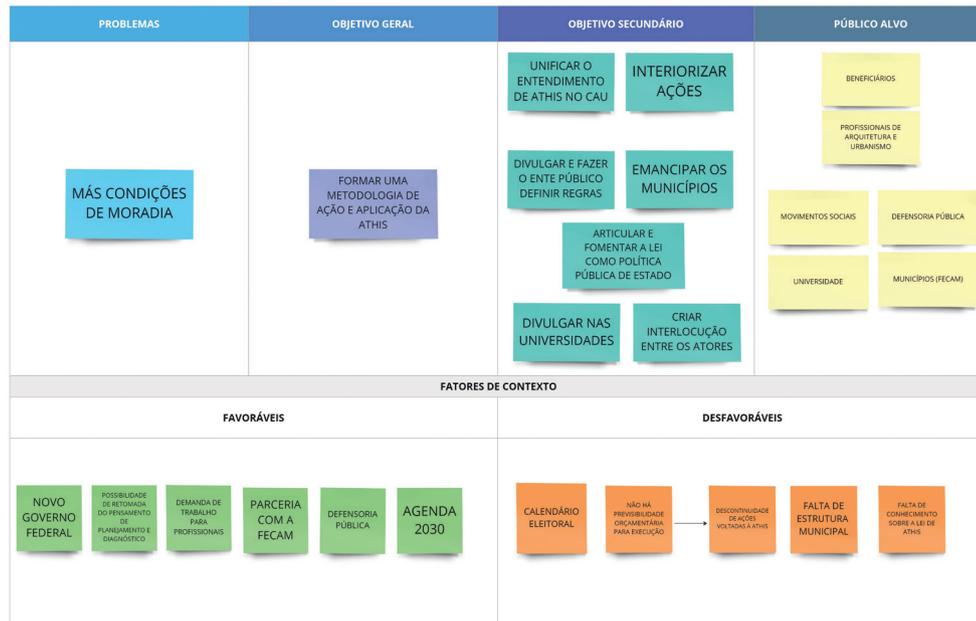
FIGURA B.60
Quadro da árvore do problema – CAU/SC



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.61
 Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/SC



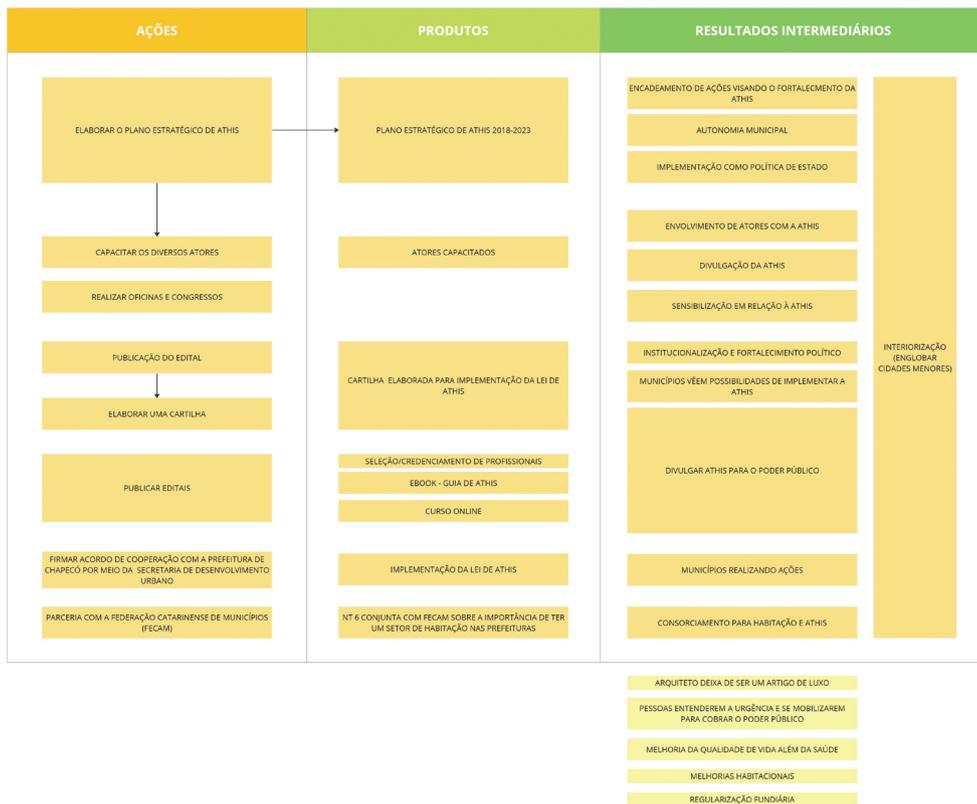
CAU SC | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Fecam – Federação Catarinense de Municípios.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.62
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/SC



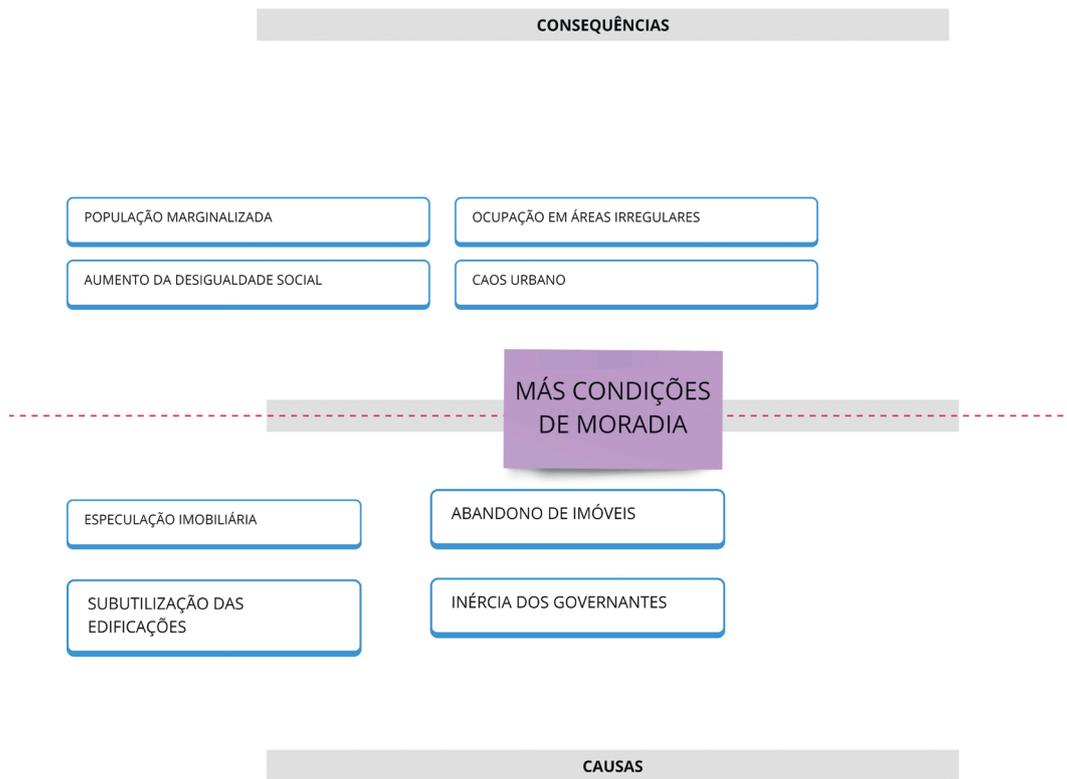
CAU SC | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. NT – Nota Técnica.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.63
Quadro da árvore do problema – CAU/SE

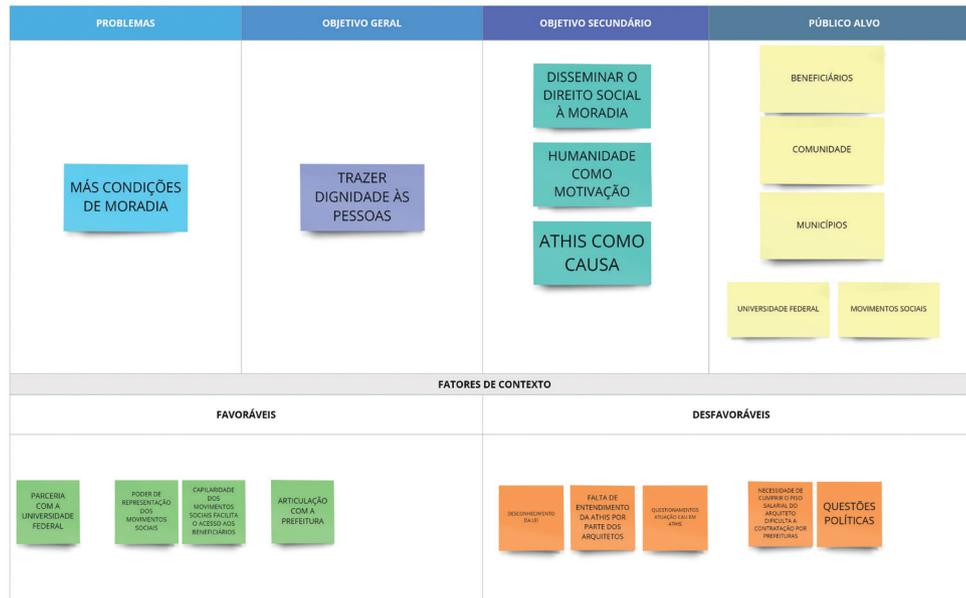


CAU SE | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.64
Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/SE



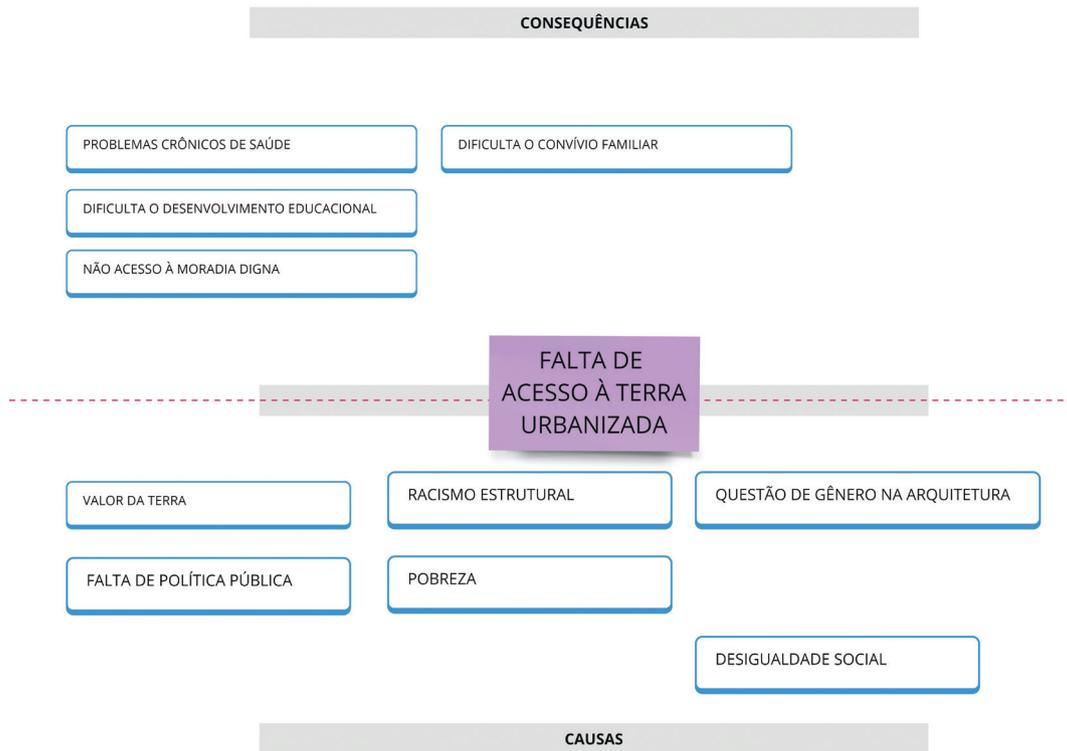
Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial)

FIGURA B.65
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/SE

AÇÕES	PRODUTOS	RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS
FIRMAR PARCERIA COM ONG SOLUÇÕES URBANAS	PARCERIA FIRMADA SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA ARQUITETOS E ENGENHEIROS	DISSEMINAR INFORMAÇÃO E PREPARAÇÃO DE ATORES PARA ATUAÇÃO (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)
PUBLICAR EDITAIS	SELEÇÃO/CREDECIMENTO DE PROFISSIONAIS	PROFISSIONAIS CAPACITADOS
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	PROJETOS DESENVOLVIDOS	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MORADIA
FIRMAR PARCERIA COM PREFEITURA	PARCERIA FIRMADA COM PREFEITURA MELHORIAS HABITACIONAIS EXECUTADAS COM SERVIÇOS PAGOS PELA PREFEITURA	PREFEITURA PRÓXIMA DO CAU
REALIZAR SEMINÁRIOS	EVENTOS REALIZADOS	SENSIBILIZAÇÃO DE ATORES
REALIZAR WORKSHOPS		

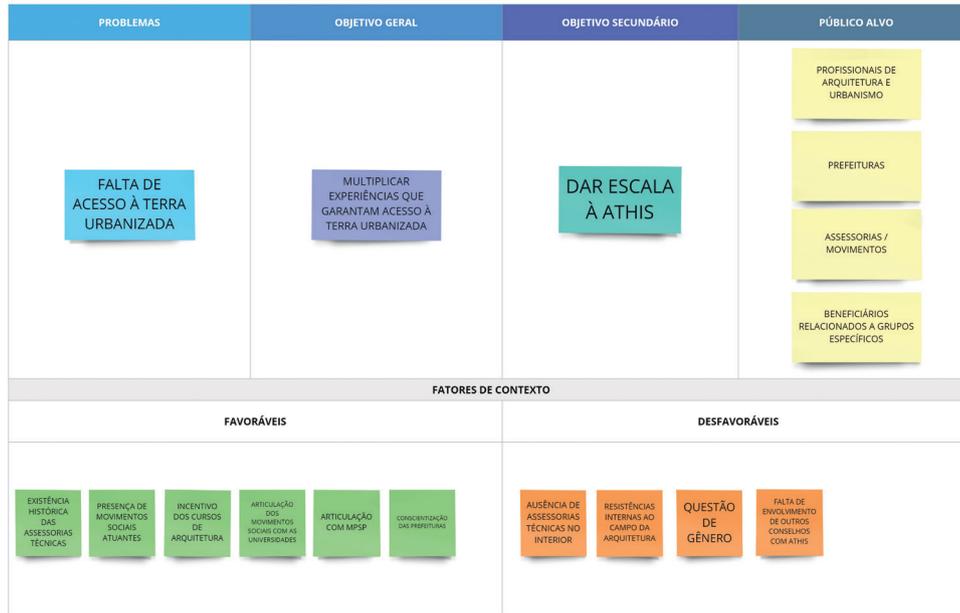
FIGURA B.66
Quadro da árvore do problema – CAU/SP



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.67
 Quadro de objetivos, público-alvo e fatores de contexto – CAU/SP



CAU SP | Modelo Lógico de Experiências em ATHIS | Dezembro de 2022

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. MPSP – Ministério Público do Estado de São Paulo.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA B.68
Quadro de ações, produtos e resultados intermediários – CAU/SP



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).